

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 57 - Série VII - N.º 737
11 de Fevereiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

MANIFESTAÇÕES DIZEM NÃO AO GOVERNO

O Governo está nervoso...

As declarações feitas pelo Primeiro-Ministro no passado sábado são, pelo seu próprio teor uma ostensiva confissão do nervosismo do Governo PSD face à cada vez mais ampla tomada de consciência por parte de largos sectores da população quanto ao carácter nefasto e injusto da política governamental.

Com a sua inextinguível vocação para a mistificação, bem pode o Primeiro-Ministro fingir que tudo reduz a meras «manobras» das forças de oposição, mas a verdade é que sabe muitíssimo bem que o que o seu Governo enfrenta é um crescente descontentamento - expresso em numerosas lutas e acções - dos cidadãos que vêem os seus interesses e aspirações ofendidos, ameaçados e desprezados pelos planos e medidas do Governo.

O Primeiro-Ministro bem pode continuar a prometer «mudanças» e a aceleração de «reformas», mas a verdade é que está cada vez mais claro que, por detrás de semelhantes eufemismos, o que se esconde é uma política de destruição económica e de retrocesso social, de reforço da exploração de quem trabalha e de sacrifício dos seus direitos essenciais, de *negocismo* e *infrene clientelismo*, de *arrogância*, *autoritarismo* e graves limitações à vida democrática do País, de servil enfeudamento a interesses estrangeiros e degradante abdicação da dignidade e independência nacionais.

O Primeiro-Ministro quis aparentar força e autoridade mas, só conseguiu dar sinal de insegurança e fragilidade.

O Primeiro-Ministro voltou a propagandear as alegadas excelências da sua política mas a verdade é que ela conduz visivelmente ao agravamento de todos os problemas nacionais.

O Primeiro-Ministro pretendeu impor a ideia de que a sua desastrosa política é invencível, mas acabou por reforçar a justa convicção de que, com o desenvolvimento da luta popular e da intensificação da acção das forças democráticas, essa política pode ser travada e finalmente derrotada.

8 de Fevereiro de 1988

A Secção de Informação e Propaganda
do CC do PCP



Lisboa

Aveiro

Lisboa



Lisboa



Faro

Porto

Coimbra



Lisboa

...e a luta continua

Porto, amanhã às 18 horas, manifestação na Praça da Liberdade de apoio à Câmara Municipal no conflito com a EDP e o Governo

Leiria, Sábado às 15 horas, junto ao teatro José Lúcio da Silva, concentração contra o pacote laboral

Madeira, Jornada de luta contra o pacote laboral no dia 18

Lutas salariais na Carris, CP, TAP, Metropolitano, CEL-CAT, Covina, CTT

1931-1988

Avante!

No próximo número, comemorando os 57 anos de publicação do «Avante!», um suplemento especial de 8 páginas

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 737

11 de Fevereiro de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

As massas — a base de mudanças

Portugal, sob o impacto da ofensiva restauracionista dos monopólios e do seu poder pelas mãos do cavaquismo governante, entrou num clima de tensões e de profunda instabilidade para que não se vislumbra saída no quadro político actual.

Contra o projecto cavaquista em acelerada execução cresce necessariamente a resistência das forças democráticas e do movimento popular de massas nas formas mais diversas. O povo português dá-se conta dos perigos e ameaças que pesam sobre o regime democrático e reage de maneira consequente.

Neste entrechoque de forças, alterações de vulto se estão produzindo de que é imprescindível extrair as necessárias conclusões políticas.

As importantes jornadas de luta da classe operária no último fim-de-semana, com destaque para as grandiosas manifestações populares de Lisboa, Porto, Aveiro, Santarém e Faro contra o pacote laboral, inseridas numa vasta movimentação nacional de sectores sociais muito diversificados e por variadas reivindicações, puseram em relevo uma realidade impossível de escamotear no momento actual — o crescente divórcio entre o Governo Cavaco/PSD e largas camadas do povo, a substancial redução da sua base de apoio.

Foi um fim-de-semana notavelmente movimentado a coroar um mês de intensa contestação social e política ao processo restauracionista em curso e de aberta confrontação popular aos primeiros arranques desta nova fase dos planos cavaquistas de liquidação de Portugal de Abril nos domínios do Executivo e do Legislativo como passo prévio imediato da sua liquidação no domínio constitucional.

O pacote laboral que o Governo pretende impor aos trabalhadores com a sua maioria parlamentar domesticada e ao arrepio das normas constitucionais, está no centro da ofensiva de classe do grande capital das suas tentativas de destruição das conquistas democráticas fundamentais de Abril protagonizada pelo Governo Cavaco Silva/PSD como pedra angular da espoliação monopolista que pretende restaurar.

Num todo que compreende a imposição de tectos salariais abaixo da taxa do aumento do custo de vida e a diminuição efectiva dos salários reais; o agravamento das formas de exploração do trabalho; o cerceamento dos direitos, liberdades e garantias sociais dos trabalhadores; a intensificação dos métodos de repressão patronal e estatal; a liberalização absoluta dos despedimentos, o pacote laboral destina-se a alargar de maneira desmedida a base actual de acumulação capitalista, o crescimento ilimitado da massa da mais-valia e a conversão de uma parte cada vez mais elevada do fundo de consumo pessoal dos trabalhadores em fundo de acumulação capitalista numa crescentemente injusta repartição dos rendimentos.

Cavaco Silva mente com todo o descaro quando, como na noite de anteontem após a reunião extraordinária do Conselho de Ministros,

vem dizer aos portugueses, através da sua TV paga por todos nós, que é mentira o que se diz do pacote laboral que o seu ministro do Emprego classificou lapidariamente de «fim de toda a estabilidade no emprego». «A partir de agora — disse ele — ninguém está senhor do seu cargo», e não se referia obviamente ao «cargo» dos ministros cavaquistas...

As centenas de milhares de trabalhadores que no último fim-de-semana desfilarão pelas ruas das capitais dos distritos atrás citados e os que vão desfilar no dia 12 no Porto, no dia 13 em Leiria e no dia 18 na Região Autónoma da Madeira em protesto contra o pacote laboral revelam uma viva consciência do que está em jogo nos projectos legislativos do Governo.

Depois da Conferência da CGTP em Braga no mês passado e da grande manifestação com que foi encerrada, depois de inúmeros encontros, plenários e reuniões de trabalhadores, o pacote laboral tem merecido o repúdio generalizado das forças democráticas e tem estado associado às greves e lutas de um impressionante número de empresas e sectores profissionais por reivindicações específicas, tem sido um factor de intensa politização do movimento de massas nas últimas semanas e nas acções programadas para os próximos dias.

Um repúdio que esteve presente nas paralisações e concentrações dos trabalhadores da IN-DEP; nas da CEL-CAT, hoje de novo paralisada; da Covina, com novas greves programadas para todo o mês de Fevereiro; da Petrogal; da Carris, cujos trabalhadores em exemplar unidade foram agora objecto de uma inconstitucional «requisição civil» decretada pelo Governo e encaram de imediato novas formas de luta; dos trabalhadores da indústria metalomecânica da Amadora e de Viana do Castelo, num processo continuado de paralisações, desfiles e concentrações; da TAP, com greve marcada pelo pessoal de terra para amanhã; do Metropolitano, hoje em greve; da CP com paralisação anunciada para o dia 17 e concentrações previstas para Março; dos CTT, com greve marcada para o dia 15; do Matadouro de Beja, que ontem fizeram greve; da Feruni, do Porto, que ontem fez greve e tem outras marcas; da Siderurgia Nacional, do Porto, com greves nos dias 18 e 19; ainda do Encontro do MSU em Montemor-o-Novo a que se seguiu um participado desfile; dos Enfermeiros da Zona Sul e da Região Autónoma dos Açores; dos trabalhadores da Função Pública; do Encontro dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, em Avis; dos trabalhadores do Hospital Distrital de Portalegre; dos trabalhadores da Jaime da Costa, do Porto, numa lista forçosamente incompleta de trabalhadores em luta.

Cavaco Silva bem pode insensatamente preferir provocações e ameaças contra o movimento operário organizado (ameaça com novas leis para as Associações Sindicais e as Comissões de Trabalhadores). Bem pode dizer que «fizeram uma manifestação e podem já convocar outra para a semana, que nós levaremos para a frente a legislação laboral tal como as outras» mas

sabe que assumirá as responsabilidades de uma resposta mais firme dos trabalhadores se outra alternativa não tiverem, sabe que se for paralisada a máquina produtiva do País, como recurso contra a sua cega intransigência, será o povo que gravemente afecta quem lhe pedirá contas e a quem pagará politicamente os custos.

O Primeiro-Ministro tem por si o grande capital. A CIP, a CCP, a CJV, todo o alto patronato querem que o Governo anda mais depressa na legislação antilaboral, que carregue mais no acelerador da exploração capitalista e da repressão. O fascista Ferraz da Costa — que fez uma retirada estratégica do Conselho de Concertação Social — diz mesmo que «difícilmente poderá haver equilíbrio nas negociações entre parceiros sociais» se o patronato não puder dispor da arma do «lock-out»!

Mas o cavaquismo e o seu Governo têm contra si a crescente vontade dos trabalhadores e do povo. À sua ofensiva de classe responderá de maneira cada vez mais vasta, consequente e combativa o mundo do trabalho com a sua resposta de massas de classe.

Nas declarações produzidas no último fim-de-semana e nas que proferiu na 2.ª feira após a reunião extraordinária do Conselho de Ministros, Cavaco Silva, com o seu estilo arrogante — que é um dos indícios mais evidentes das quebras da sua base política —, abre fogo contra todos os opositores, contra todos os objectores e críticos, denota o medo da direita restauracionista de perder o comboio da maioria absoluta da Assembleia da República para operar com êxito a contra-revolução legislativa.

«Vamos acelerar — proclama ele — nos próximos seis meses todas as reformas anunciadas e que já estão preparadas».

«O Governo não val ceder nem um milímetro às forças conservadoras (deve referir-se, provavelmente, aos que querem «conservar» Abril na realidade nacional...)

Previne que «algumas medidas do Governo vão provocar descontentamento em grupos profissionais» (não se refere provavelmente aos advogados e aos jogadores de futebol sobre quem vai agravar impostos), nem naturalmente à sua clientela alojada em múltiplas Direcções-Gerais e nos cargos políticos (em que se deve incluir o «grupo profissional» de ministros a quem vai dar chorudos aumentos de vencimento...). É evidente que se prepara para novas investidas contra os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais (já anunciou a nova lei dos Baldios e o pacote rural).

Não cederá «absolutamente em nada a quaisquer manobras daqueles que não conseguiram obter o apoio do povo português em eleições livres» — e aqui labora Cavaco num profundo erro.

É verdade que ganhou a maioria absoluta em 19 de Julho, que legitimou a sua estadia no Governo na base de eleições.

Mas quantos nele votaram e lhe voltam agora

Resumo

3 Quarta-feira

Governo aceita nova redução das contrapartidas financeiras dos EUA pela utilização da base das Lajes, após encontro com Carlucci ■ Em grotesca cerimónia, a réplica da caravela de Bartolomeu Dias escala Mossel Bay, praia interdita a negros pelo regime do apartheid ■ Chega a Lisboa o primeiro-ministro moçambicano Machung para contactos com o Presidente da República e com o Governo ■ Morre em hospital de Lisboa o embaixador da Argélia, Ahmed Draia, vítima de doença ■ Milos Jakes, secretário-geral do PC da Checoslováquia assume as funções de presidente da Frente Nacional daquele país socialista ■ Israel encerra escolas da Cisjordânia ocupada e fere a tiro dezenas de palestinos.

4 Quinta-feira

Todos os partidos da oposição abandonam o plenário da Assembleia da República, impedindo o PSD, por falta de quórum, de aprovar o seu projecto antidemocrático de Lei Orgânica da Assembleia ■ Em mais de 30 localidades do País, os metalúrgicos levam a cabo uma jornada nacional de luta contra o pacote laboral e por uma revisão salarial justa ■ Em Santarém, centenas de representantes de organizações de trabalhadores manifestam-se junto ao Governo Civil ■ Delegação de estudantes dos Institutos de Contabilidade e Administração do Porto, Aveiro, Coimbra e Lisboa



Estudantes contra o Governo

manifestam-se na capital junto ao Ministério da Educação contra as medidas anunciadas pelo Governo de os passar ao ensino politécnico ■ Grupo Parlamentar do PCP anuncia uma interpelação ao Governo sobre agricultura e legislação agrária ■ Inicia-se em Braga congresso da UGT ■ Presidente da Câmara Municipal de Porto, do PSD, anuncia a deliberação, por unanimidade, da autarquia em proceder judicialmente contra o Governo pela usurpação dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade que o executivo decidiu.

5 Sexta-feira

Deputados comunistas ao Parlamento Europeu anunciam que o PCP propõe ao Governo um acordo a fim de melhorar a posição de Portugal na CEE ■ A CIP critica o Governo em vários aspectos da sua actuação e sobretudo por não ir tão longe nem tão depressa quanto deseja o patronato ■ Ministro das Finanças anuncia a baixa das taxas de juro em meio ponto percentual ■ Milhares de trabalhadores manifestam-se em Coimbra contra o pacote laboral ■ Presidente da Câmara da Amadora apresenta publicamente o Plano de Atividades e Orçamento da Autarquia para o ano corrente ■ Primeiro-ministro moçambicano en-

contra-se no Porto com empresários do Norte do País, a quem expressa o interesse de Moçambique na cooperação económica com Portugal.

6 Sábado



Todos contra o «pacote»

Em Lisboa, no Porto, em Aveiro e em Faro, muitos milhares de trabalhadores participam em grandiosas manifestações convocadas pela CGTP/Intersindical Nacional contra o pacote laboral do Governo ■ Cavaco Silva, após uma reunião do Conselho de Ministros, reconhece que o pacote laboral irá provocar descontentamento e não se mostra disposto a alterá-lo ■ Governo italiano aprova reforma monetária, criando nova moeda, a «lira pesada», que vale mil das actuais liras ■ A direcção do SITAVA anuncia para sexta-feira próxima uma greve na TAP ■ Registam-se tensões entre «sensibilidades» várias do PSD no congresso da UGT que decorre em Braga ■ Mau tempo no Brasil provoca mais de 120 mortes em consequência de cheias e de aluimento de terras na região do Rio de Janeiro.

7 Domingo



«O futuro é nosso»

Realiza-se no Porto a 1.ª Assembleia de Militantes da JCP do distrito. O camarada Ângelo Veloso intervém no final dos trabalhos sobre a situação política actual ■ Regressado a Maputo, primeiro-ministro moçambicano anuncia que o Governo português vai fornecer apoio logístico ao seu país ■ Encalha junto a praia da Rainha um batelão italiano, de 24 mil toneladas, que fazia viagem de experiência após reparações na Lisnave ■ Termina em Braga o congresso da UGT, com a eleição, em lista únicas de elementos do PS e do PSD. Aprovada uma moção que mandata o Secretariado Nacional para decretar uma «greve geral» no dia da entrada em vigor do pacote laboral ■ Carlucci defende em Munique a modernização do arsenal nuclear de «teatro» (500 km de alcance) estacionado na Europa Ocidental ■ É empossado o presiden-

te do Haiti eleito durante um escrutínio marcado por fraudes e violência ■ Tropas israelitas disparam sobre manifestantes em Bei Ummar, matando quatro pessoas e ferindo dezenas ■ A polícia de Pinochet prende em San António 43 estudantes que participavam em manifestação. Entre os presos contam-se o presidente da Confederação dos Estudantes do Chile e o presidente da Juventude Democrata Cristã.

8 Segunda-feira



Carris volta a parar

Carris volta a paralisar em Lisboa. A Festrú anuncia que a luta prosseguirá sob outras formas enquanto se mantiver a requisição civil decretada pelo Governo. Os sindicatos afirmam que tal requisição não tem valor legal ■ O Grupo Parlamentar do PSD afirma-se disposto a aceitar «pequenas alterações» ao seu projecto de revisão constitucional, mas indisponível para aceitar as «leis para constitucionais» propostas pelo PS ■ Cerca de 400 professores participam em seminário organizado pelo Sindicato da Grande Lisboa, debatendo a gestão democrática ■ Mikhail Gorbatchov afirma que os governos da URSS e do Afeganistão fixaram a data de 15 de Maio para o início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, desde que seja concluído um acordo entre este país e o Paquistão ■ Os presidentes da Líbia, da Tunísia e da Argélia reúnem-se em cimeira na povoação tunisina de Sakiet Sidi Youssel ■ O ex-primeiro-ministro francês Raymond Barre apresenta a sua candidatura às eleições presidenciais que se realizarão em Abril ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, reunidos em Bonn, aprovam declaração comum condenando a repressão que Israel exerce nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia ■ Dirigentes da guerrilha salvadorenha propõem ao governo de Napoleón Duarte o reatamento das negociações para uma solução política da situação do país.

9 Terça-feira

Uma comissão unitária convoca para dia 12, às 18 h, uma manifestação no Porto em protesto contra a «usurpação do SMGE» pelo Governo ■ O Movimento Democrático das Mulheres propõe a criação de uma Provedoria da Igualdade, aquando da próxima revisão constitucional ■ A FESTRU considera que a requisição civil para a Carris põe em causa «o exercício do direito constitucional à greve» ■ A CP anuncia greve de 24 h nos dias 17 e 22 ■ O presidente da CIP defende que «o Governo devia discutir com o PS a questão das privatizações» ■ Professores do ensino básico e secundário debatem reestruturação do ensino ■ É assassinado mais um jovem palestino na Cisjordânia ocupada por Israel ■ O Irão abate dois aviões do Iraque no Golfo ■ Os jornalistas italianos iniciam greve de 48 h por aumentos salariais.

as costas? Quantos se arrependeram já de lhe ter dado um apoio irreflectido? Quantos votariam contra ele e o seu partido se houvesse eleições neste momento?

Quantos trabalhadores que votaram em Cavaco e no PSD participaram nas potentes acções de massas dos últimos tempos, quantos operários, quantos agricultores, quantos pequenos e médios empresários, quantos jovens, quantos reformados, quantos professores, médicos, quadros técnicos, eleitores do PSD desceram à rua e tomaram e estão tomando posições em aberta contestação da política cavaquista?

A resposta a estas perguntas não darla margem a dúvidas: o cavaquismo perdeu força, não representa já hoje a maioria que lhe deu o voto. A consciência do voto errado sedimentará e dará frutos, a experiência será leccionadora para os dias vindouros.

Uma questão de importância política transcendente ganha relevo: a do factor decisivo de uma necessária mudança política que se vai pondo na ordem do dia.

Cavaco Silva e o PSD têm a base parlamentar para ir forçando a contra-revolução legislativa, mas não têm já a base popular de apoio para levar avante o seu projecto restauracionista. O momento chegará em que a base parlamentar não terá visivelmente correspondência na base popular de que ainda se reclama quando é notória a quebra de sua popularidade e do seu apoio social e político.

Chegará o momento em que a base popular — e não a base parlamentar — se tornará decisiva e tornará exigente e sem apelo a mudança de governo e de política.

A batalha da revisão constitucional preocupa desde já as hostes cavaquistas. O Governo e o grupo parlamentar do PSD que se mostraram ainda recentemente de uma grande arrogância e irredutibilidade para com o conjunto de outros partidos representados na Assembleia da República já fala agora em «consensos» para conseguir a revisão que deseja da Constituição da República para a qual não dispõe dos dois terços de deputados necessários para a operar. A sugestão dos «consensos» tem um destinatário.

Que aqueles de quem depende a possibilidade ou a impossibilidade do desfiguramento cavaquista da Constituição meditem nas suas responsabilidades no processo de revisão constitucional.

O argumento falaz de Cavaco Silva de que «a oposição vai a reboque do PCP» só pode iludir ingénuos ou servir de pretexto para impensadas decisões antidemocráticas.

A unidade dos trabalhadores e do povo nas grandiosas jornadas dos últimos dias é uma fonte inspiradora para todos os democratas e patriotas de quem depende a continuação do regime democrático e de Portugal de Abril.

Nela se inspira com determinação o Partido Comunista Português.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VÓS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Pacote laboral deve ser retirado

exigem milhares de trabalhadores nas acções do fim-de-semana

Numa atmosfera de unidade muito ampla, milhares e milhares de pessoas vieram às ruas na quinta-feira, na sexta e no sábado, em Santarém, Coimbra, Viseu, Lisboa, Porto, Aveiro e Faro, para exigir que o Governo retire o seu projecto de alteração das leis laborais (despedimentos, contratos a prazo, lay-off, protecção aos representantes dos trabalhadores). No fim de Janeiro já se tinham realizado manifestações em Braga e Lisboa com o mesmo objectivo. Em inúmeras reuniões e plenários de empresa, em abaixo-assinados, em comunicados ao público, cresceu a onda de protestos.

Significativamente, só os autores do pacote laboral aparecem em público a defendê-lo, com um tom autoritário que retrata bem as intenções que presidiram à elaboração do projecto.

Prosseguir a mobilização

A CGTP-IN, cuja Comissão Executiva fez na segunda-feira o balanço da jornada e convocou o Conselho Nacional para dia 25, sublinhou que as «muitas grandes» acções já realizadas «refletem apenas uma parte do descontentamento» provocado pelo pacote e decidiu «prosseguir o esclarecimento e a mobilização e intensificar a luta».

Os dirigentes da Central criticaram a deficiente cobertura informativa dada, sobretudo pela RTP, às manifestações e protestaram pela posição assumida por Cavaco Silva e seu Governo, que «mantém a posição de falta de diálogo e de afrontamento quanto ao pacote laboral, à

tentativa de imposição de tectos salariais e a medidas administrativas», como na Carris e outras empresas.

Perguntado na conferência de imprensa sobre a possibilidade já avançada de realização de uma greve geral, Manuel Carvalho da Silva lembrou que «várias organizações têm falado em greve

geral, mas até este momento só a CGTP as realizou». Depois de afirmar que a Intersindical Nacional é uma organização «empenhada na luta, quando anunciamos acções é para as fazer», o coordenador da CGTP-IN declarou aos jornalistas que «não está excluída nenhuma forma de luta, mas a hipótese de greve geral não foi discutida» na reunião da Executiva. Frisou, contudo, que uma acção desse género só poderá resultar de uma ampla discussão com os trabalhadores e não pode ser decretada de cima.

Isso sentiu-se nas manifestações deste fim-de-semana (de que deixamos algumas imagens nesta edição), onde o protesto contra o pacote laboral foi acompanhado da denúncia de empresas

que continuam a manter salários em atraso, de situações de flagrante violação da legalidade perante a inoperacionalidade do Governo e da Inspeção do Trabalho, ameaças de despedimento e encerramento de empresas, recusa de diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores e tentativa de imposição de um tecto salarial — tudo com o objectivo de intensificar a exploração dos trabalhadores, degradando as suas condições de vida e de trabalho.

Contra a ofensiva generalizada do Governo, da direita e do patronato alarga-se a unidade dos trabalhadores e toma corpo uma forte barreira em defesa dos interesses das classes laboriosas e do regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

Sábado é em Leiria, dia 18 — na Madeira

No âmbito das acções levadas a cabo pelo movimento sindical unitário contra as propostas governamentais de alteração das leis dos despedimentos, dos contratos a prazo, do lay-off e da protecção aos representantes dos trabalhadores, está marcada para sábado, dia 13, às 15 horas, uma concentração em Leiria, junto ao teatro José Lúcio da Silva.

Entretanto foi também anunciada para dia 18, quinta-feira, a realização de uma jornada de luta dos trabalhadores da Região Autónoma da Madeira contra o pacote laboral.



Porto — Durante cerca de 3 horas a baixa do Porto foi no sábado ocupada pelos desfiles contra o pacote laboral que, vindos de Vila Nova de Gaia, do largo da Igreja de Cedofeita e do Campo 24 de Agosto, convergiram para a Praça da Liberdade. Esta iniciativa foi o culminar de um grande trabalho de esclarecimento e mobilização que, só no mês de Janeiro, incluiu a realização de 226 plenários de empresa e 27 assembleias de delegados sindicais e envolveu cerca de 40 mil trabalhadores. Destaque vai, naturalmente, para a acção de dia 28 de Janeiro: 30 delegações de trabalhadores de 24 sectores e mais de 200 da maiores empresas do distrito deslocaram-se ao Governo Civil para entregar documentos repudiando o pacote laboral. Os trabalhadores e a população aprovaram, durante a concentração de sábado na Praça da Liberdade, uma moção repudiando o «violento ataque do Governo ao Poder Local democrático que constitui a ocupação e usurpação ilegal dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade»



Aveiro — Milhares de pessoas de todo o distrito de Aveiro participaram na concentração de sábado, no largo da Estação, e no desfile pela Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Além das palavras de ordem contra o pacote laboral, os cartazes e as faixas falavam dos problemas nas várias empresas e sectores. Até ao dia 3 de Fevereiro, segundo uma nota da União dos Sindicatos de Aveiro, no quadro das acções de esclarecimento e mobilização contra os projectos do Governo e do grande patronato, realizaram-se no distrito mais de 180 plenários e reuniões em empresas e foram recolhidas 25 mil assinaturas

O Militante
ENTREVISTA COM



ÁLVARO CUNHAL

Trabalhadores

Regar o protesto

Não podia faltar, no imenso coro de protestos que por todo o País se fez ouvir sábado contra o pacote laboral, o protesto do caprichoso São Pedro. Cada um protesta como sabe, e ele lá mandou uns aguaceiros. Nada que estragasse o dia, já que o protesto dele ia no mesmo sentido. Vai daí, só umas pinguinhas de água, de vez em quando. Só que, cá por baixo, isto anda tão mau que até um santo perde a paciência.

Na INDEP não pagam a quem trabalha, mandam a polícia arrear e os gramofones dizer mentiras como a dos operários que se pisaram uns aos outros, suspendem 33 pessoas por exigirem aquilo a que todos têm direito e, ainda por cima, vêm agora prometer trabalho seguro para... quatro ou cinco centenas das 2100 almas que se aguentam em corpos que ali suam há uma data de anos.

Às alminhas mais novas prometem (ai, estas promessas!) emprego, formação, acesso aos conhecimentos, uma vida feliz... E depois, pumba! Mandam-lhes com aquela dos contratos a prazo para toda a gente até aos 25 anos! Reduzem a oito contos (oito!) o subsídio para quem procura o primeiro emprego! Desqualificam os ISCA's, talvez com a tal mania que há doutores a mais! E fiquemos por aqui, se não ainda temos trovoadas. Pois, trovoadas!

É que um santo também perde a paciência. E foi isso o que aconteceu ao São Pedro, quando olhou para as manifestações de sábado. Despedimentos e encerramento de empresas são aos montes! Salários em atraso só acabaram na campanha eleitoral (ai, as promessas!)! Ilegalidades — é um ver se te avias!...

E o Governo, que faz? Puxa a brasa toda à sardinhã dos grandes patrões, manda às urtigas os que vão lá à porta do sr. Silva protestar e vai para a televisão dizer que isto assim é que tem que ser para ser moderno! Ora toma!

Isto faz, realmente, um santo perder a paciência. Vai daí, no sábado o protesto do São Pedro às vezes saía mais rijo e, em vez daquelas pinguinhas que só molham os outros, descaía-se com umas valentes bátegas de água.

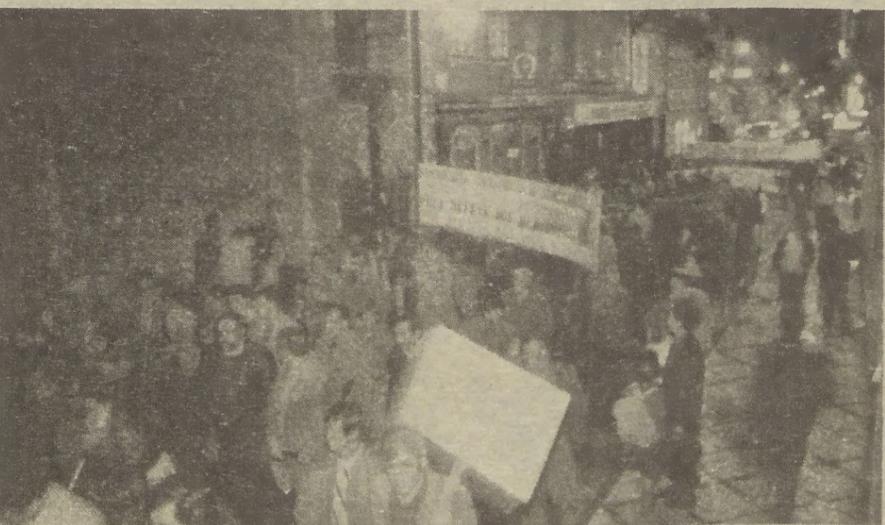
É da praxe! No outro dia os jornais (menos o «Correio da Manhã», que não tem espaço para essas coisas) referiam as chuvadas, dizendo que elas não foram obstáculo à forte participação que se verificou em todas as iniciativas.

É certo que estava muita gente, pelo menos na que eu vi. Mas não gosto muito dessa coisa de dizer «apesar da chuva» ou «mesmo à chuva», ou coisas do género... enfim, são gostos.

Quando a chuva apertou mais, gritou-se perto de onde eu estava uma daquelas de rachar e queimar: «Mesmo a chover, o Cavaco vai arder!» Fazia mesmo lembrar o quentinho da lareira, mai-la minha avó. Gostei da saída espontânea.

Mas gostei mais da boca daquele anónimo, que teve que se abrigar com outros três debaixo de um só guarda-chuva: «Deixa regá-la, que é para crescer mais depressa!» Ela era, está-se mesmo a ver, a manifestação.

Não é que eu ache que o protesto precise de ser regado para crescer, sobretudo quando o pacote laboral e a política do Governo são tão mauzinhos que até fazem um santo perder a paciência. Mas gostei mesmo da boca anónima. E, se alguém preferir os apesares, não discuto. São gostos.



Não é só o pacote laboral —

Também as medidas que o Governo está a preparar no quadro da ofensiva contra a Reforma Agrária foram firmemente repudiadas nas manifestações e outras acções de rua durante a jornada contra o pacote laboral. A defesa do sector empresarial do Estado e a revisão da Constituição foram temas que também mereceram tomadas de posição nas moções aprovadas e nas intervenções de dirigentes sindicais. Na resposta dos trabalhadores à ofensiva do patronato, da direita e do Governo, «não é só contra o pacote laboral que cresce o descontentamento, a oposição e a luta dos trabalhadores. Por todo o lado crescem as lutas contra a tentativa de imposição de um tecto salarial, contra os despedimentos e a repressão, contra os salários em atraso e o encerramento das empresas», como afirmou Cristina Rocha, ao ler a intervenção da USL e da USS na concentração no Rossio. (Na foto, alguns dos trabalhadores agrícolas que se deslocaram a Lisboa, integrados na delegação do distrito de Setúbal.)

Faro — Um longo cordão humano percorreu no sábado à tarde as ruas da baixa da capital algarvia; centenas de trabalhadores manifestaram assim o seu protesto contra o pacote antilaboral avançado por Cavaco Silva e Silva Penada. Os manifestantes concentraram-se frente à sede da União dos Sindicatos do Algarve e desfilaram depois até ao Jardim Manuel Bivar

Coimbra — Em Coimbra decorreu na sexta-feira a jornada de protesto contra as leis laborais que o patronato manda e o Governo faz. Milhares de manifestantes concentraram-se ao fim da tarde na Praça 8 de Maio, onde sindicalistas e trabalhadores de empresas em luta (Companhia de Papel de Góis, Fábricas Triunfo, Cerâmicas Estaco) falaram da situação social no distrito. Em manifestação, desfilaram depois até ao Largo da Portagem e voltaram a concentrar-se na Praça 8 de Maio

Santarém — Em Santarém reuniu no dia 4 o encontro de dirigentes, delegados e activistas sindicais, que exigiu a retirada do pacote laboral, a revogação do decreto 36/87 (lei das baixas), a viabilização urgente das empresas encerradas, o pagamento das dívidas aos trabalhadores; foi também condenado o pacote agrícola que o Governo tem na forja e foi exigida uma política de rendimentos que tenha em conta os interesses dos trabalhadores. O encontro mandou a Executiva da União dos Sindicatos do distrito para marcar «acções de massas por forma a alcançar-se aqueles objectivos» e, cerca das 17 horas, os seus participantes deslocaram-se ao Governo Civil. Aqui juntaram-se-lhes várias centenas de trabalhadores. Na ausência do representante do Governo central, foram recebidos pelo seu secretário

Viseu — Uma centena de dirigentes e delegados sindicais participaram no plenário efectuado quinta-feira na sede da União dos Sindicatos de Viseu e onde foi discutido o pacote laboral. Os representantes dos trabalhadores do distrito deslocaram-se depois à delegação do Ministério do Trabalho para entregar uma resolução aprovada no plenário em que se protesta contra os intentos do Governo e se exige a retirada do pacote

Trabalhadores

Pacote laboral deve ser retirado



Ninguém o defende — «Até agora não há ninguém, a não ser os seus autores, que tenha vindo a público defender o pacote laboral. É o mais violento ataque registado nos últimos anos contra os direitos dos trabalhadores. Põe em causa o direito ao trabalho, à estabilidade no emprego e ao salário. Possibilita a generalização dos contratos a prazo e retira a protecção aos representantes eleitos pelos trabalhadores, no exercício da actividade sindical. Procura condicionar a acção dos tribunais. Dá todo o poder ao patronato.» (...) «No seu conteúdo, nas suas consequências directas ou indirectas, nas suas intenções, no seu ódio de classe aos trabalhadores, este projecto merece a recusa total.» (Da Resolução aprovada durante a concentração no Rossio)



Um ano tem 2 meses? — «Em princípio de Dezembro de 1987 o Governo anunciava aumentos dos preços de bens e serviços essenciais e garantia a manutenção das novas tabelas pelo período de um ano; a energia, no consumo doméstico, sofreu então um aumento de 7,4%. A menos de 60 dias de tão peremptória garantia, já o sr. Mira Amaral (ministro da Indústria) referia a necessidade de proceder a ajustamentos nos preços da energia. Será que para o Governo de Cavaco Silva o ano dura apenas dois escassos meses?» (Da Resolução aprovada durante a concentração no Rossio)



Unidade muito ampla — Nos distritos de Lisboa e Setúbal realizaram-se 1200 plenários e reuniões para debater o pacote laboral. «Foram plenários dos mais participados dos últimos anos. Foram dezenas de milhares os trabalhadores que neles participaram com uma característica extremamente importante: referimo-nos em concreto ao grau de unidade atingido em dezenas e dezenas de empresas» — sublinhou-se na intervenção daquelas uniões sindicais, — e isso demonstra que «nesta matéria, não há barreiras político-ideológicas que se interponham entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo tal resposta dos trabalhadores mostra bem a gravidade e perigosidade das medidas contidas no pacote laboral de Cavaco Silva, do ministro do desemprego e da insegurança social e dos patrões da CIP, da CAP e da CCP.»

De onde vem a desestabilização

— «Toda esta ofensiva dá corpo a uma política antinacional e antidemocrática, contrária ao espírito de coesão e de solidariedade que deve prevalecer na sociedade. O Governo tem consciência disso, sabe que o povo reage e, por isso, reforça o seu carácter repressivo, faz das promessas de diálogo letra morta, assume práticas prepotentes, arbitárias, intransigentes e afrontosas.» (Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CE da CGTP-IN, na concentração no Rossio).



Novas formas de luta — As muitas dezenas de milhar de trabalhadores que participaram na manifestação de Lisboa manifestaram a sua disposição «para desenvolver formas de luta novas e de maior envergadura contra o pacote laboral, pela defesa das condições de vida e de trabalho e do regime democrático consagrado constitucionalmente.» (De acordo com a Resolução aprovada durante a concentração no Rossio).



A solidariedade para com os trabalhadores das empresas em luta, particularmente da INDEP e da Carris, marcou uma forte presença na manifestação de Lisboa.



Antecipar a revisão constitucional

— «O Governo lança-se na revisão antecipada da Constituição da República através de leis ordinárias: os projectos de privatização de empresas do SEE, com vista à entrega de tudo o que é rentável aos grupos capitalistas privados nacionais e estrangeiros; o pacote agrário, que visa a destruição da Reforma Agrária e a reconstituição da grande propriedade e do latifúndio e o agravamento das condições de subsistência de milhares e milhares de pequenos agricultores e rendeiros; o pacote laboral, com que pretende dar todo o poder ao patronato, reduzir drasticamente o campo de intervenção sindical e a força dos sindicatos e colocar todos os trabalhadores na situação de contratos precários.» (Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CE da CGTP-IN, na concentração do Rossio)



Trabalhadores

Privatizar... os lucros (10) ... da CP

«Lucros? Mas alguma vez a CP pode dar lucros?» — perguntará com compreensível surpresa o leitor. É que, como empresa de prestação de um serviço de importantíssimo valor social, o objectivo fundamental da sua actividade não pode ser o lucro, entendido como a contabilização pura e simples de mais receitas que despesas. Só que, como alertava um comunicado recente da célula do PCP na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses EP, «há muitas maneiras de *matar pulgas*, nomeadamente entregando as partes com viabilidade de lucro ao sector privado e deixando para o Estado todos os encargos». É para isso que aponta a política de destruição da empresa, posta em prática pelos governos dos últimos anos e seus conselhos de gerência. Isso também se vê de forma clara no anteprojecto de Lei de Bases dos transportes terrestres. Contra a privatização dos lucros da CP à custa de quem ali trabalha, à custa dos utentes e à custa do Estado têm-se manifestado desde sempre os trabalhadores e as suas estruturas representativas.

«Depois da discreta divulgação do anteprojecto de Lei de Bases dos transportes terrestres» — comentava a comissão de trabalhadores da CP, no seu comunicado 12/87 — «começa a ficar relativamente fácil de compreender como tudo se conjuga para viabilizar o processo das privatizações que o Governo promete e que grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros exigem e cobiçam». E concretizava.

O anteprojecto

Como o anteprojecto exclui as linhas suburbanas daquilo a que convencionou designar por rede fundamental, «é caso para perguntar se a excessiva e despropositada autonomia dada aos *Nós Ferroviários* não representa o primeiro passo de um processo de reprivatização das linhas de Cascais, Sintra e complexo Póvoa-Guimarães, que, tendo direito à grande fatia das indemnizações compensatórias, são as que poderão ter resultados de exploração positivos, pelo menos durante o período em

que os investimentos serão mínimos» — afirmava a CT.

Também a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, no seu 2.º Congresso (Outubro de 1987), analisou aquele documento, reafirmando o parecer desfavorável que ele merecera da sua direcção.

Entre outras graves orientações definidas pelo Governo, a FSTFP refere o facto de Cavaco e o PSD pretenderem retirar à CP as *infra-estruturas ferroviárias*, passando-as para o Estado e obrigando a Companhia ao pagamento de uma taxa de utilização. Para a Federação, «o objectivo desta medida parece-nos ser o de *proporcionar a empresas exteriores ao caminho de ferro as concessões de conservação, construção e vigilância das infra-estruturas*».

Entretanto...

Mas, enquanto a lei vem e não vem, o Governo e o seu conselho de gerência vão avançando com a destruição da CP, fomentando a degradação da qualidade dos serviços e manobrando para o

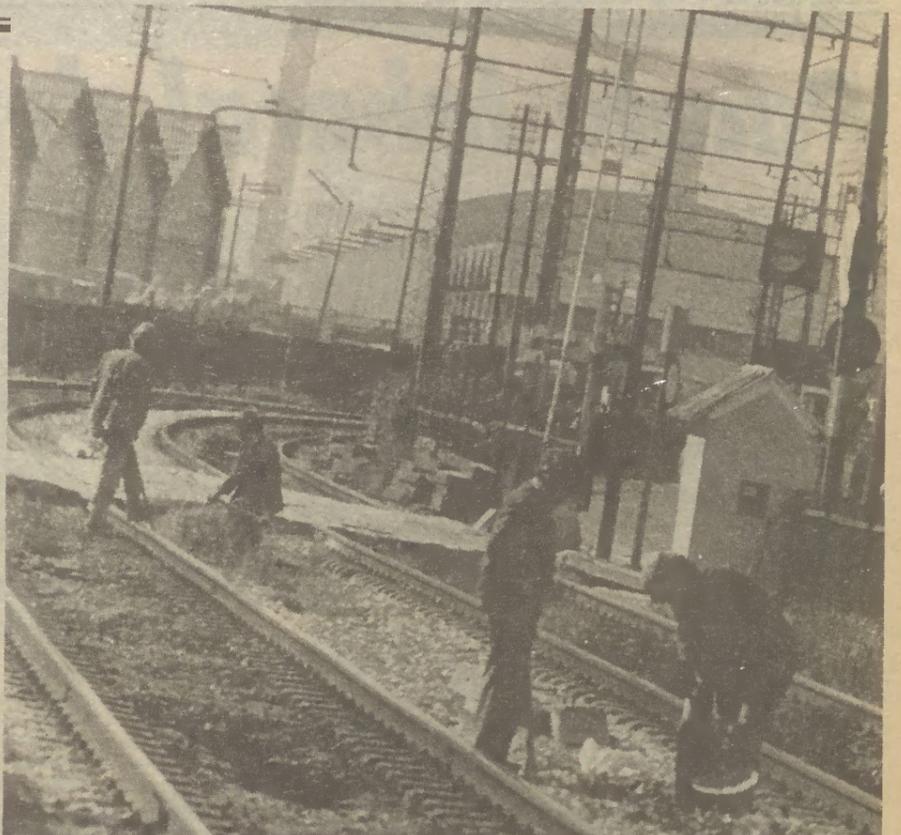
desmantelamento da empresa. São também os trabalhadores que denunciam os escândalos.

Já depois de concluído o concurso de pré-qualificação de empresas para as obras de *renovação da via*, projecto orçado em mais de 30 milhões de contos (preços de 1975), o CG viu-se obrigado a começar tudo de novo, sem para isso dar qualquer explicação fosse a quem fosse.

«Embora a verdade não tenha sido dita, sabe-se que o colapso da pré-qualificação ficou a dever-se à dificuldade que houve de conciliar os interesses antagónicos dos vários grupos que cobiçavam o negócio do século...» — lê-se no comunicado da CT que referimos atrás.

Um membro da comissão de trabalhadores confirmou sexta-feira passada ao «Avante!» que já foi concretizado pelo CG o *aluguer de parte da fábrica da Fundação de Oeiras para instalar as oficinas da CP do Cais do Sodré*. No comunicado 12/87 da CT já se alertava para tal negócio, declarando esta estrutura ter dificuldade em compreender que o conselho de gerência se tenha decidido a ir gastar rios de dinheiro na instalação das oficinas em propriedade alugada. «*Ou não será já o primeiro passo para, numa fase mais avançada, ensaiar a concessão desta oficina a uma empresa privada?*»

Após os acidentes no Algarve surgiu, sem qualquer concurso, a outorga de empreitada da *renovação do troço entre Casa Branca e Beja* à Somafel, que o CG anunciava ser no valor de *um milhão de contos*. «Não se admite — comentou a propósito a CT — que desde 1983 estejam paralisados os trabalhos de renovação para agora, a pretexto de uma si-



A política de redução de pessoal (6 mil postos de trabalho liquidados entre 1976 e 1986) é um dos traços que caracterizam a situação dos trabalhadores na CP, tal como os elevados índices de trabalho extraordinário. No final de 1986 a CP tinha uma média de seis trabalhadores por quilómetro de linha, um nível muito baixo, na opinião da FSTFP. Baixa é também a taxa de absentismo — 6% no final de 1986. Entretanto, a produtividade dos ferroviários portugueses continua bastante superior à média dos caminhos-de-ferro europeus

tuação de emergência, se entregar à Somafel, sem qualquer concurso, uma empreitada de um milhão de contos».

É que em situação de emergência está toda a rede, pois, como foi afirmado no 2.º Congresso dos Ferroviários, desde 1983 a renovação da via esteve praticamente parada. Só foram renovados 14 km de linha no Algarve, «depois de a via ter chegado a tal ponto que impedia a circulação das locomotivas 1900».

Mas é sabido que *cesteiro que faz um cesto, faz um cento* — e a *renovação da via no ramal de Lagos*, com início previsto para este mês, estava para ser entregue por 400 mil contos, segundo a CT, à empresa «que mais agradar ao CG».

Deixa andar que é EP

A destruição é um objecti-

vo que está patente também naquilo que o Governo e a gerência não fazem na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses EP. O *deixa andar* leva ao acumular de problemas, ao desprestígio da empresa, ao descontentamento dos que dela necessitam e dos que nela trabalham.

A situação criada ficou bem patente no Congresso de Outubro, com a divulgação de alguns dados sobre, nomeadamente, infra-estruturas e material circulante. Vejamos alguns exemplos:

- a homogeneização de velocidades que se estava a processar na linha do Norte foi suspensa, ficando por concluir mais de metade do plano inicial;

- muitas obras de conservação da via são entregues a empreiteiros sem o mínimo de qualificação para as executarem em todos os seus aspectos (legais, técnicos, etc.);

- as telecomunicações e os

sistemas de comando da circulação datam dos anos 40; os sistemas de sinalização são, na sua maioria, do início do século;

- desde 1983 a CP adquiriu 15 automotoras UTE, 58 carruagens CORAL e 115 vagões usados (propriedade da Transfesa, que estavam em regime de *leasing* e passaram a pertencer à CP, com uma idade média de 32 anos); o parque continuou a envelhecer e a CP continua a gastar imenso dinheiro com o aluguer de vagões a empresas particulares e com a utilização de vagões da RENFE espanhola.

A responsabilidade por tal situação é claramente imputada aos governos e aos conselhos de gerência. Mas, aplicando uma receita que tentam impor em todo o País, pretendem que sejam os utentes e os trabalhadores a pagar. Contra isso se mobilizam uns e outros. É forte a determinação de defender a CP nacionalizada.

Forte participação na jornada nacional da metalurgia

Encarada como um preâmbulo às manifestações do fim-de-semana, decorreu no dia 4 a jornada nacional de luta da metalurgia e metalomecânica, com paralisações de trabalho e outras acções em mais de 30 localidades. De destacar as concentrações efectuadas em Viana do Castelo, no Porto e na Amadora.

Os metalúrgicos incluíram entre os objectivos desta jornada nacional, além da luta contra o pacote laboral do Governo, a defesa do sector empresarial do Estado, a actualização salarial e a rápida conclusão da negociação do CCTV, o pagamento dos salários em atraso e a viabilização das empresas, a revogação da «lei das baixas».

A Comissão Executiva da Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP) tinha uma reunião anteontem para fazer o balanço desta jornada e decidir sobre próximas acções.

Em **Viana do Castelo**, segundo a Federação, desde 1974 não havia memória de uma acção de rua tão participada como o desfile pelas ruas da cidade e a concentração junto à delegação do Ministério do Emprego. As paralisações tiveram uma adesão global de 80 por cen-

to dos trabalhadores abrangidos, atingindo os 95% nos Estaleiros e na Empresa de Pesca.

No **Porto** os trabalhadores concentraram-se na rotunda da Boavista e desfilaram até à delegação do Ministério do Emprego. Marcaram especial presença os trabalhadores da Facar, da EFI, da Feruni, da Metalúrgica Duarte Ferreira e da Oliveira & Ferreirinha. Nestas empresas está ameaçado o emprego de 2500 pessoas.

Na **Amadora** os metalúrgicos (sobretudo da Sorefame e da Cometna), a quem se juntaram trabalhadores da CEL-CAT e da BIS, desfilaram da Venda Nova até à Câmara Municipal e, de seguida, interromperam o tráfego ferroviário durante 15 minutos.

O presidente da CM, Orlando de Almeida, afirmou

aos trabalhadores que o executivo autárquico segue com atenção a situação social no concelho, onde, só no sector metalúrgico, recorde-se, estão em perigo 4 mil postos de trabalho.

A paralisação convocada pelo sindicato metalúrgico de **Lisboa** teve adesões superiores a 85 por cento. Na UTIC e na Lisnave, que não estavam abrangidas, realiza-

ram-se plenários de trabalhadores. Em Alverca, tal como noutros locais do distrito, foi distribuída uma tarjeta à população sobre os motivos da luta e apelando à participação nas manifestações contra o pacote laboral.

Em Santarém (dia 4) e Coimbra (dia 5) as iniciativas dos metalúrgicos integraram-se nas acções convocadas pelas outras estruturas do

movimento sindical unitário. Realizaram-se ainda acções de rua, segundo a FSMMMP, em Castelo Branco, Leiria, Águeda, Aveiro, S. João da Madeira, Vila da Feira, Mangualde, Tondela, Viseu, Guarda, Vila Real, Chaves, Bragança, Braga, Évora, Barreiro, Almada, Setúbal, Sintra, Torres Vedras, Oeiras, Cascais, Sacavém, Vila Franca de Xira.

«Nem de metralhadora!...»

«Nem de metralhadora entram cá» — foi a resposta do patrão da metalúrgica portuense **Só-Redes** quando, no dia 2 deste mês, dirigentes sindicais foram à empresa para participar num plenário de trabalhadores legalmente convocado mas que devido à prepotência patronal, não se realizou.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto comunicou o impedimento do plenário à Inspeção de Trabalho e marcou nova reunião de trabalhadores para o dia seguinte. Só que o porteiro (da Securitas) e o encarregado geral da Só-Redes não queriam deixar entrar, desta

vez, o Inspector da IGT, recusaram identificar-se e só cederam depois de chamada a PSP. Segundo o sindicato, tudo indica que o inspector terá procedido judicialmente contra a Só-Redes.

Esta não é, contudo, a única empresa do sector que teima em não cumprir as leis, nomeadamente o crédito de 15 horas anuais concedido aos metalúrgicos para actividades sindicais, sem perda de vencimento. O sindicato recorda que igual comportamento têm a Esmaltal, a Lógica Móveis e a Alberto Marinho.

Trabalhadores

A Carris é mais um caso Na linguagem do Governo dialogar significa impor

O Governo de Cavaco Silva «fala muito de diálogo e de concertação social, mas o que vem sucessivamente praticando são atitudes de intransigência, de rigidez e de obstinada recusa em aceitar soluções negociadas que tenham em conta os legítimos interesses e as justas reivindicações dos trabalhadores» — afirma a SIP (Secção de Informação e Propaganda) do PCP numa nota acerca da requisição civil aplicada na Carris desde terça-feira. Esta afirmação é confirmada pelo evoluir das negociações laborais noutras empresas e sectores, onde o Governo e o patronato assumem posições de extrema rigidez e provocam o conflito. Considerando à requisição civil imposta à Carris como «um acto arbitrário e prepotente que se insere na orientação provocatória que o Governo do PSD tem vindo a seguir em relação aos principais conflitos laborais», os comunistas reafirmam que «não é o legítimo exercício pelos trabalhadores dos seus direitos constitucionais que é um factor de instabilidade social, mas sim uma política governativa baseada em medidas repressivas e administrativas e apostada em agravar as condições de vida e em atingir os direitos e regalias de quem trabalha».

«O Governo deu na passada terça-feira, 2 de Fevereiro, indicações à empresa para cessar com todas as reuniões caso a FESTRU e os trabalhadores da Carris não aceitassem o aumento de 6 para 6,8 por cento» — revelou a Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU), numa nota de imprensa em que dava a conhecer a sua nova proposta (10,2% de aumentos a partir de 1 de Janeiro de 1988) e desafiava o Primeiro-Ministro ou o ministro dos Transportes, Oliveira Martins, para um debate público na RTP acerca da situação na empresa.

A CGTP-IN, entretanto, defendendo a justeza da proposta sindical, lembra que ela é comprovada pelos dois últimos acordos colectivos assinados, superiores a 13%: a Dragapor e o ensino de condução automóvel.

A luta vai continuar

A Federação dos Rodoviários acusou o Governo de, com a requisição civil, pretender dividir os trabalhadores. «Mas isso nós não vamos permitir» — declara aquela estrutura, acrescentando: «Pretende Cavaco Silva reprimir os trabalhadores, mas nós não lhe vamos dar margem para isso.»

«A luta, que até agora se traduziu pela greve, com a entusiástica adesão de todos os trabalhadores, prosseguirá, enquanto se mantiver a requisição civil, sob outras formas que a FESTRU e os trabalhadores saberão encontrar» — afirma-se numa informação distribuída à imprensa logo que foi anunciada a decisão do Governo.

A FESTRU desmentiu na ocasião as declarações de Oliveira Martins ao Telejornal de dia 8. «Disse estar aberto ao diálogo, quando a verdade é que lhe foram solicitadas nos últimos meses deze-

nas de audiências e o sr. ministro não teve disponibilidade para nenhuma.» Pelo mesmo caminho vai, acusa a FESTRU, o Primeiro-Ministro, pois ainda não respondeu a um pedido de audiência formulado há mês e meio.

«Disse que os trabalhadores da Carris têm salários de 98 contos, quando a verdade é que o salário não chega a metade dessa verba.» Aqui, a Federação desafia o antigo secretário de Estado do regime fascista e actual ministro dos Transportes a, de uma assentada, repor a verdade e acabar com o conflito na empresa: «se o Governo quiser assinar esse salário de 98 contos, a luta acaba amanhã.»

A Comissão Executiva da FESTRU reuniu anteontem e decidiu solicitar audiências aos diversos órgãos do poder. Protestou por a RTP ter ouvido «apenas as mentiras do ministro» e, mais uma vez, ter esquecido os trabalhadores, e exigiu a reposição da verdade sobre as verdadeiras razões do conflito na empresa.

Aquele organismo dirigente da Federação dos Rodoviários alerta para o facto de «a conjugação da prorrogação automática com o alargamento do âmbito da requisição significa, na prática, que o direito à greve estaria definitivamente eliminado no sector dos transportes». A FESTRU tinha já anunciado que vai processar judicialmente a administração da Carris pelo seu procedimento ilegal.

A solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa continua a manifestar-se de diversas formas. Recorde-se os aplausos que recebeu a sua delegação ao longo da Avenida da Liberdade, no dia da manifestação contra o pacote laboral.

Registe-se, ainda, a tomada de posição da CGTP-IN, denunciando o comportamento autoritário do Governo como «a causa principal da conflitualidade» nesta empre-



Unidade, participação e sentido de responsabilidade têm caracterizado a actuação dos trabalhadores e das suas organizações na luta em defesa de melhores condições de vida e de uma política que assegure desenvolvimento e justiça. (Na foto de cima, um momento do plenário de trabalhadores da TAP, dia 3; em baixo, um pormenor da concentração de ferroviários, quinta-feira passada, no Terreiro do Paço)

sa, «como já se verificou noutros casos, particularmente na INDEP».

Ferrovários

Em plenários realizados anteontem no Barreiro, em Lisboa, no Entroncamento, em Coimbra e no Porto, os trabalhadores ferroviários decidiram, face à «posição de irredutibilidade» do conselho de gerência da CP nas negociações do acordo de empresa, entrar em greve nos dias 17 e 22 de Fevereiro, das zero às 24 horas. Dando seguimento às posições assumidas nas concentrações de dia 4, a Federação dos Ferrovários (FSTFP) anunciou já que vai entregar os necessários pré-avisos de greve.

Nas concentrações de ferroviários efectuadas na passada quinta-feira em Lisboa (junto ao Ministério dos Transportes) e no Porto (estação de S. Bento) foi decidido apresentar ao Governo e ao conselho de gerência uma proposta de aumentos salariais baseada na média dos valores já acordados para 1988 noutros sectores e empresas. A federação sindical do sector (FSTFP) considera esta decisão um «repto» para que seja mais rapidamente concluída a negociação do acordo de empresa.

Os trabalhadores ferroviários marcaram ainda para 19 de Fevereiro, às 15 horas, uma concentração junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, caso até lá não haja uma resposta favorável a esta nova proposta

riam uma greve hoje, das 6 às 11 horas, com um plenário geral às 9.

Esta decisão foi tomada no dia 3, em plenário de trabalhadores, e tem em conta que o CG propõe um aumento de 5,5% na tabela salarial, quando na maioria das empresas os acordos têm contemplado subidas salariais de mais de 10 por cento e o Governo se aumenta a si próprio em mais de 60 por cento — ainda por cima isento dos impostos aumentados sobre os rendimentos dos trabalhadores.

TAP

Por o conselho de gerência da TAP não ter dado «qualquer sinal que viabilizasse o prosseguimento das negociações» de aumentos salariais, reenquadramentos profissionais e normalização contratual, o SITAVA (Sindicato os Trabalhadores da Aviação e Aeroportos) con-

nos dias 14, 15, 20 e 21 de Janeiro.

Denunciando a «cegueira profunda» e o «seguidismo tipo correia de transmissão» da administração, as ORT's chamam a atenção para que na última reunião negocial, quinta-feira, a comissão negociadora sindical «mais uma vez mostrou ser a única interessada em desbloquear este conflito, ao apresentar uma contraproposta de 12,5% em resposta ao provocatório tecto salarial de 7,5%».

CTT

Os trabalhadores dos CTT reúnem amanhã em plenários distritais, iniciando formas de luta em defesa do Instituto de Obras Sociais; às 17 horas realizam uma concentração frente à sede da administração, na Praça D. Luís. Para dia 15 está convocada uma greve de 24 horas e no dia 17 voltarão a reali-



ou uma evolução satisfatória nas posições do CG.

Além do acordo de empresa para 1988 — onde os ferroviários exigem que sejam contemplados, com os aumentos salariais, a redução para 40 horas do horário máximo semanal e a diminuição da idade de reforma, prosseguindo a negociação de outras matérias depois de um possível acordo —, os trabalhadores da CP lutam pela aplicação do acordo de carreiras assinado pelo conselho de gerência em 25 de Abril de 1986.

Metro

Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa decidiram aguardar até ontem (última reunião de negociação do acordo de empresa) uma resposta do conselho de gerência às suas propostas. Se tal não acontecesse, efectua-

vou para amanhã uma greve de 24 horas na transportadora aérea nacional.

Covina pára a partir de hoje

«Novamente somos forçados a levar por diante uma dura luta nos dias 11, 12, 17, 18, 24 e 25 de Fevereiro e 1 e 2 de Março, dada a posição intransigente e irresponsável da administração — IPE/Governo/multinacional —, que assim vai provocar um prejuízo de mais de 250 mil contos à empresa, ao País e aos seus trabalhadores.»

Assim anunciam as estruturas representativas dos trabalhadores da Covina as próximas paralisações que vão efectuar no seguimento da sua luta pela actualização do acordo de empresa, que já levou à greve praticamente a totalidade do pessoal

zar-se plenários distritais.

Como havíamos noticiado, os representantes dos trabalhadores dos Correios e Telecomunicações de Portugal acusam o conselho de administração de pretender retirar milhares de beneficiários, aproveitando a renovação de cartões, e ainda encerrar centros de assistência, creches e o lar dos CTT.

A Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT/SINTEL/SNTCT) afirma ainda que, «como o ataque da administração dos CTT às regalias sociais não é isolado da restante política governamental para o sector, os trabalhadores dos CTT lutam também contra o pacote laboral, contra o desmembramento dos CTT, contra a privatização do sector, contra as adjudicações nos CTT, pelo preenchimento efectivo dos postos de trabalho e pela melhoria da qualidade de serviços».

Nacional

A cidade do Porto unida contra o Governo

No dia 29 de Janeiro, o Governo PSD/Cavaco Silva, através do governador civil do Porto e apoiado num grande aparato policial, ocupou os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, entregando a sua exploração a elementos designados pela EDP.

No mesmo dia, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, num comunicado intitulado «Governo contra a cidade do Porto», considera que «esta acção do Governo PSD/Cavaco Silva ocupando e usurpando instalações e serviços que pertencem por inteiro à Câmara Municipal do Porto e ao povo da cidade, contra as deliberações unânimes da própria Câmara, é um acto inteiramente desprovido de base legal e constitucional e viola gravemente a autonomia e direitos constitucionais do Poder Local democrático». «Trata-se», continua a DORP, «de um comportamento autoritário, de recorte fascista, absolutamente inadmissível num País democrático e num Estado de direito». A DORP, ao mesmo tempo que condena vivamente a usurpação e ocupação dos SMGE, apela aos trabalhadores e a toda a população da cidade para que se unam na defesa da posição firme e digna assumida unanimemente pela sua Câmara Municipal e pelo Conselho de Administração dos SMGE. «Ao longo da sua história o povo do Porto e a sua Câmara nunca deixaram de lutar pela liberdade e pelos seus direitos, contra os desmandos, prepotências e arbitrariedades com que não poucas vezes o Poder Central antipopular tentou subjugar a sua vontade», refere finalmente a DORP.

Contra este acto se levantaram o Porto e a região. Unanimemente, dos vários sectores se ergueram as vozes de repúdio por tal medida repressiva. A guerra acendeu-se dentro do próprio partido do Governo. Autarcas e outras personalidades do PSD, contra o PSD e o Governo, denunciam a medida prepotente.

Um desfile cívico de solidariedade está convocado para amanhã, sexta-feira, às 18 horas, com concentração na Praça da Liberdade.

A propósito destes acontecimentos, que são inseparáveis de dez anos de luta da população do Porto contra os aumentos brutais das tarifas de energia eléctrica, ouvimos o camarada Oliveira Dias, vereador da Câmara Municipal do Porto, que durante sucessivos mandatos acompanhou esta luta e que, para além de outras responsabilidades no município portuense, é um dos elementos que representa o povo da cidade no Conselho de Administração dos SMGE.

Av. — O Governo tem atacado fortemente o Po-

— entrevista com Oliveira Dias



democrático e o Governo do PSD/Cavaco Silva.

Aqui no Porto, essa confrontação tem uma expressão muito generalizada e muito clara. Cito com brevidade alguns exemplos:

No que diz respeito às transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias, estas viram as suas magras finanças, em muitos casos, terrivelmente agravadas, pois as transferências efectuadas nem sequer tiveram em conta a própria inflação. Foi um clamor unânime contra o Governo.

No que diz respeito à recepção através das antenas parabólicas, mais uma vez a mão do Governo se fez sentir de forma pesada e antidemocrática, calando as iniciativas locais e permitindo, apenas, aquelas que assentam em poder económico muito elevado. Da mesma forma, se desenvolveu uma unidade enorme tentando contrariar os propósitos injustos e inaceitáveis do Governo.

O caso do gás canalizado, aqui no Porto, é outro de meridiana clareza. A Câmara do Porto avançou para um projecto interministerial de distribuição de gás canalizado à cidade e à região, com um elevado conteúdo social. E aí surge mais uma vez o Governo lançando a mão a um grupo privado, que elege para fazer parte de uma

empresa mista que procura antecipar-se aos objectivos do Porto e, certamente, retirar lucros fabulosos da condição que poderá ter de influenciar os preços do gás e de influenciar as prioridades da instalação.

Outro caso típico que, à hora e dia em que estou a falar, não tem ainda resolução como o Governo antidemocraticamente pretende, é o da eventual dissolução da Câmara de Gondomar. Apesar do voto negativo da Assembleia Distrital do Porto, apesar de não se ter demonstrado nada que possa fundamentar e justificar tal posição do Governo, este insiste contra todos em levar a sua posição por diante, provocando gravíssimos prejuízos ao concelho e, provavelmente, até à própria região.

Av. — Não te referiste ao acontecimento que hoje autenticamente faz levantar a cidade contra o Governo...

OD — Finalmente, vem o caso das tarifas.

O caso das tarifas do Porto corresponde a uma luta antiga da população, uma luta vitoriosa que já vem de há dez anos e que tem permitido defender a população do Porto de uma subida brutal das tarifas de energia eléctrica que condiziriam a um agravamento, rápido e inaceitável, da sua já depauperada qualidade de vida. Muitos ignoram que se deve ao Porto a iniciativa, o projecto, o financiamento, a obra e o consumo inicial da viabilização do grande esforço de electrificação do País que, a partir do Norte, teve origem nesta cidade. Por outro lado, há quem já tenha esquecido que, durante largos anos, se incentivou no Porto o consumo de energia eléctrica, criando hábitos de consumo elevado para o nosso país, no que respeita a energia, e levaram à existência na nossa cidade de, um todo eléctrico, que aliás ainda hoje se mantém. Isto faz com que a factura de electricidade na nossa cidade tenha um peso muito maior nas economias familiares do que no resto do País. Poder-se-ia até lembrar que o Porto, que já teve gás canalizado, se viu dele privado na última guerra, e não be-

neficia portanto de certos apoios governamentais que se aplicam por exemplo, ainda hoje, ao gás de cidade, em Lisboa, num complemento energético que os nortenhos não possuem. Por outro lado, não pode deixar de se referir que o Porto nunca considerou que o custo de energia eléctrica fixado pelas portarias era um custo realista. E sempre apontou que havia certos componentes que não eram justificados nem dependentes de factores técnicos, nomeadamente o custo do petróleo. Efectivamente, as políticas de financiamento e de amortização, entre outras, levaram à fixação de tarifas de energia eléctrica mais elevadas em Portugal do que até em países europeus com maior capacidade económica. Tudo isto, o município do Porto, a Câmara e a Assembleia Municipal têm, unanimemente até nalguns casos, sublinhado e apresentado como defesa das posições que realmente aqui temos tido no sentido de retardar uma subida brusca do tarifário de energia eléctrica. É uma situação que, aliás, tem correspondido a um grande movimento popular, que em inúmeros actos de grande significado na vida do Porto se tem oposto energicamente à subida brutal das tarifas, apesar de não ser essa a posição política dos partidos maioritários na Câmara e Assembleia Municipal.

Av. — O Governo fala muito duma pretensa dívida para justificar a sua posição...

OD — O que nós podemos dizer é que a perspectiva do Porto tem sido uma posição política, uma posição de princípios. Isto é, se de facto é justo não aplicar aqui integralmente o tarifário nacional, então o que se deve pagar à EDP não é a totalidade da factura, mas aquilo que se recebe dos consumidores, excluídas, naturalmente, as despesas de exploração dos próprios serviços. É isso que se tem feito, ao invés do que se praticou também, e pratica, nalguns concelhos, onde a verba cobrada aos municípios não é, em nenhuma parcela, entregue à EDP. Ora é justo referir que os próprios governos têm responsabilidade nesta situação, na medida em que ao longo destes anos têm sido eles quem provocou o impasse que impediu que uma solução a prazo estivesse já desde há muito gizada. Mas, ainda continuando na ideia da dívida, deve dizer-se que mesmo que o Porto fosse obrigado a pagar essa dívida, isso era realisticamente impossível. Quando os números citados andam pelas dezenas de milhões de contos, um pagamento a mil anos dá dezenas de milhares de contos por ano, o que está completamente fora daquilo que o Porto estaria disponível para retirar das suas magras finanças. É o que também, repetidamente, temos afirmado.

Av. — Os vereadores comunistas e a Câmara Municipal do Porto têm



defendido o diálogo. Quer referir-nos o desenrolar recente das negociações?

OD — Já neste mandato autárquico a Câmara do Porto reiniciou os trabalhos para encontrar uma solução, a prazo, quanto ao tarifário.

Efectivamente, após laboriosos trabalhos, entre uma comissão camarária e os representantes da EDP, visto que o Governo não participava, directamente, embora controlasse passo a passo as posições que a EDP ia assumindo, ao fim de mais de um ano foi possível estabelecer um protocolo. Um protocolo que o PCP classificou, muito justamente, «uma grande vitória para o povo do Porto». De facto, esse protocolo consagrava que para os consumidores domésticos de consumo débil o prazo de recuperação seria ainda de dez anos — mais dez além dos dez que já tinham passado —, fazendo com que, globalmente, o período em que tinha sido estancada essa tentativa de depauperar a vida da cidade atingisse, globalmente, um período de vinte anos. Por isso também afirmamos que esta luta é, na realidade, bem representativa do espírito de resistência da cidade do Porto contra qualquer administração central repressiva e opressiva. É de salientar que esses consumidores de «consumo débil» representam 24% da população da cidade, isto é, um quarto de todos os quantos aqui habitam. Para os restantes consumidores domésticos a recuperação far-se-ia, ainda assim, num período dilatado, em cinco anos. E há certos aspectos técnicos de grande valia, como, por exemplo, o retardamento na aplicação de novos aumentos, que só teriam início no dia 1 de Abril seguinte a esse aumento, portanto podendo até conduzir a um ano de espera e, de qualquer maneira, qualquer novo aumento nacional nunca seria aplicado na totalidade aqui no concelho do Porto mas sim escalonado ao longo dos restantes anos que faltavam para se atingir a recuperação total até ao tarifário nacional. O mesmo se passava — os períodos de dez e cinco anos — quanto às taxas de potência. E, quando o protocolo foi acordado dispunha-se ainda de um prazo de cinco meses, antes do início da recuperação, prevista para 1 de Abril de 1988, permitindo portanto cinco meses de aviso e espera e que correspondiam exactamente aos meses de Inverno, portanto os meses de maior consumo.

Foi previsto assinar-se o protocolo, entre a Câmara e a EDP, e com a presença de membros do Governo, para o dia 4 de Novembro e depois

Amanhã, 12 de Fevereiro Desfile de solidariedade para com a Câmara do Porto

Convocado por uma Comissão Promotora de personalidades dos mais diversos quadrantes políticos e ideológicos da cidade do Porto, vai realizar-se na próxima sexta-feira, dia 12 de Fevereiro, às 18 horas, um desfile cívico de solidariedade para com a Câmara do Porto.

A concentração é na Praça da Liberdade, subindo-se a Avenida dos Aliados até ao Município.

No Apelo à População que foi divulgado a Comissão Promotora do Desfile afirma que a Câmara tem defendido, com rigor e tenacidade, a razão e a honra do Porto, e manifesta confiança em que seja feita justiça à cidade, com a imediata devolução do património e reinício do diálogo.



Helena Medina na Assembleia Municipal

Manifestamos o nosso inteiro apoio à posição firme e digna tomada por unanimidade pela Câmara Municipal do Porto e pelo Conselho de Administração dos SMGE face à actuação completamente inadmissível, ilegal e antidemocrática do governo de usurpação e de ocupação dos SMGE em total e completo desrespeito pela autonomia do poder local e pelos justos direitos e interesses do povo da nossa cidade.

(...)
Mesmo em situações muito complicadas e difíceis a população do Porto não cruzou os braços e travou sempre a luta em defesa dos seus direitos. A firmeza e a persistência de uma luta foi sempre um elemento fundamental — foi em torno da luta das tarifas que pela primeira vez na nossa história 12 000 munícipes tomaram nas suas mãos a convocação desta Assembleia Municipal numa reunião que se tornou histórica.

(...)
O povo do Porto defendeu sempre a igualização do tarifário do Porto ao tarifário nacional mas a um prazo longo que permitisse a necessária adaptação e o reequipamento das fontes de energia disponíveis, tal como já hoje está em curso, findos os estudos de mercado, económicos, financeiros e de engenharia para o fornecimento de gás à região mandados efectuar pela Câmara Municipal do Porto.

(...)
Ao longo da nossa história o povo do Porto e a sua Câmara nunca deixaram de lutar pela liberdade e pelos seus direitos, contra os desmandos, prepotência e arbitrariedades com que não poucas vezes o poder central antipopular tentou subjugar à sua vontade.

A invicta cidade do Porto e a sua Câmara Municipal, o povo da região, saberão também hoje defender os seus legítimos direitos.

para o dia 16 de Novembro. Mas nem numa data nem noutra se firmou um protocolo. A EDP e o Governo fugiram aos compromissos acordados com pretextos fúteis, com tentativas de achincalhar a Câmara, com a exigência de que esse protocolo assinasse no Governo Civil, o que foi unanimemente recusado e seguidamente, ainda, a EDP e o Governo começaram a propor alterações ao protocolo acordado, alterações relativamente a pontos que, nalguns casos, correspondiam até às suas próprias propostas.

A Câmara Municipal do Porto apesar de toda a sua disposição de diálogo não pode contudo aceitar a redução de 10 para cinco anos do prazo de recuperação do tarifário para os consumidores de «consumo débil».

Av. — E o que se passa a seguir?

OD — O Governo em face desta posição de firmeza da Câmara mandou o Governador Civil para invadir os SMGE e dar posse da Administração dos Serviços e do património municipal a representantes da EDP.

Neste momento em face desse acto arrogante e ilegítimo desenvolve-se um grande movimento de repúdio por parte de todos os sectores da opinião pública portuense. É uma grande vaga de clamor contra o Governo que atinge níveis que talvez nunca fossem imaginados por aqueles que ditaram uma política tão ameaçadora e antidemocrática contra o Poder Local.

O PCP em todo este longo processo de 10 anos, podemos afirmá-lo, sem o mini-

mo receio de desmentido, é a única força que manteve sempre total coerência e nunca se vergou perante propostas injustas ou ditames inaceitáveis.

Os eleitos do PCP nesta cidade, como aliás em todo o País, estão nas autarquias para servir o povo, estão nas autarquias para defender os interesses de toda a população. Por isso podemos afirmar que pela nossa parte nos mantemos verticais hoje e sempre.

E, temos confiança que esta luta, para além de ter abalado já, irrecuperavelmente, um falso prestígio que nalguns sectores, o Governo, à partida contava, será exemplar para esclarecer o povo de que as ilusões em forças autoritárias e antidemocráticas tem sempre um acordar amargo.

Discurso directo

«Doa a quem doer, e por muito que pese a alguns, o presidente da Câmara não se integra no rebanho de carneiros de Panúrgio e, quando em Maio de 1974, se inscreveu no então, e apenas PPD, não assumiu o compromisso de, algum dia, fazer parte do P-Yes-D...»

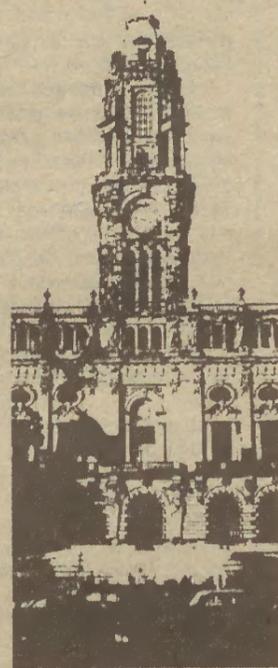
— Fernando Cabral, (PSD), presidente da Câmara Municipal do Porto, na carta de resposta à Comissão Política Distrital do PSD/Porto, «JN», 3/2/88.

«O Governo procedeu mal, nesta questão da electricidade do Porto. A forma como actuou, para dar o assunto por arrumado, contraria todas as regras da democracia. (...) Nem no tempo do fascismo se viu uma coisa destas! ...»

— Artur Andrade, (PSD) ex-autarca portuense, em entrevista ao «JN», 5/2/88.

«O PSD do Porto tomou uma atitude ignóbil ao apoiar a posição do Governo... Sabemos que nos partidos se instalaram muitos oportunistas com o objectivo de obter benesses, bons empregos por nomeação fácil, sem concurso, e outros coleccionando rendosas avenças ao serviço de empresas que os contratam em função dos cargos políticos. O meu partido, o PSD, não é excepção (...).»

— Coelho de Magalhães (PSD), ex-presidente da CMP (AD), em entrevista ao «JN», 1/2/88.



Juventude

«O futuro é nosso!»

1.ª Assembleia Distrital do Porto de Militantes da JCP

A análise da situação da juventude no distrito do Porto, as linhas de actuação dos jovens e a eleição da Direcção da Organização Regional do Porto da JCP, foram os pontos fundamentais debatidos na 1.ª Assembleia Distrital de Militantes da ORP/JCP, que se realizou no passado dia 7 de Fevereiro, na Casa D. Hugo, no Porto, durante todo o dia.

Aproximadamente cinquenta mil jovens desempregados, cerca de 30 mil à procura do primeiro emprego e dezenas de milhares com trabalho precário, problemas graves de habitação que atingem igualmente a juventude, mais de mil salas de aula em falta no distrito, uma universidade a «rebentar pelas costuras», ausência de uma rede de equipamentos colectivos para utilização pelos jovens, descaracterização de importantes zonas históricas, inúmeros atentados contra o património cultural, progressiva degradação ambiental, tal é parte do quadro traçado no decorrer da Assembleia e descrito na Resolução que viria a ser aprovada no final.

«Os principais anseios da juventude estão directamente relacionados e em oposição aos graves problemas que o Governo do PSD lhes coloca, quer pela demagogia que pratica, quer pelas acções que não pratica», refere a dada passo a Resolução.

Após fazer balanço de «inúmeras acções e lutas desenvolvidas pelos jovens, trazendo a sua insatisfação», são lançadas as principais linhas de luta, «para as quais a mobilização e o alargamento da unidade para a acção são fundamentais», reafirmando o «direito à segurança no trabalho, combatendo o desemprego, a precarização do emprego e as dificuldades na obtenção do primeiro emprego; o direito à habitação, a uma realização humana e profissional, a uma vida num ambiente ecológico equilibrado; o direito ao desporto e à cultura, com uma ocupação construtiva e participada dos tempos livres; a luta pela paz, pela amizade, pela independência nacional e a solidariedade anti-imperialista, contra o envolvimento do Estado português na NATO e a cedência do território nacional para o estacionamento, trânsito ou utilização de armas nucleares e estruturas de apoio».

A Assembleia distrital da JCP considerou também como importantes linhas de acção e luta «por uma política que respeite os jovens quando cumprem o Serviço Militar Obrigatório, que combata a droga na base da sua prevenção, que tenha em conta a reinserção profissional dos jovens que praticam actos de delinquência».

Duas moções foram aprovadas no decorrer da Assembleia — uma de solidariedade com a juventude e o povo palestiano «na sua justa luta por uma pátria independente», a outra igualmente de solidariedade, mas com um grupo de jovens chilenos e espanhóis que vão ser julgados pelo «crime» de terem manifestado a sua solidariedade com o povo chileno através da ocupação não violenta do Consulado do Chile em Madrid».

A juventude vira-se contra a direita

A encerrar os trabalhos da Assembleia, o camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC do PCP, interveio falando sobre a situação política actual chamando a atenção, em breves considerações, para as muitas lutas e protestos que tem merecido a política do Governo e para as lições que é possível já extrair da situação:

Em primeiro lugar, esta explosão de lutas mostra que os resultados de 19 de Julho eram resultados conjunturais que não reflectiam a real correlação de forças no nosso país. Em 19 de Julho, o PSD conseguiu a maioria dos votos em apoio da sua demagogia mas não alargou a base social de apoio a uma política contrária aos interesses dos portugueses e de Portugal. A prova aí está na vivacidade e na amplitude da luta popular.

Em segundo lugar, a luta demonstra que o governo não só não tem força institucional como não tem força social nem política para levar até ao fim a sua ofensiva.

O PSD, e toda a direita, têm a maioria na Assembleia da República, mas não têm os 2/3 necessários para impor a revisão constitucional que projectam, isto é, uma revisão que liquidasse, de facto, o regime democrático constitucionalmente consagrado. A direita foi derrotada nas eleições presidenciais. A direita não tem os 2/3 necessários para liquidar as nacionalizações, destruir a Reforma Agrária, amputar os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores e preverter o sistema eleitoral.

Mas a direita também não tem apoio social para a sua política antipopular e antinacional. Em numerosas lutas e acções desenvolvidas é unânime a condenação da política do Governo e isto significa que a política do Governo é condenada mesmo por uma parte substancial dos mais directos votantes e apoiantes partidários do PSD.

Em terceiro lugar, está a ficar cada vez mais claro que as forças democráticas e o movimento operário e popular, se unidos e determinados, têm força bastante para derrotar o plano do PSD e inverter o curso da política actual.

A realidade está a confirmar toda a correcção da análise que o nosso Partido fez depois do 19 de Julho.

Mais adiante, o dirigente comunista deteve-se sobre alguns aspectos da política governamental para a juventude:

A política deste Governo para a juventude caracteriza-se no essencial pelo agravamento dos problemas e pela muita demagogia. É um bolo



com muito açúcar por fora mas podre por dentro.

Nas últimas semanas — só nas últimas semanas — o governo revogou o decreto que atribua o subsídio de desemprego aos jovens; propõe-se uma lei laboral que generaliza os contratos a prazo para os jovens até aos 25 anos e que liquidaria toda a segurança no emprego; avança com uma reforma do sistema educativo que precariza o pagamento pelos estudantes — inclusivé do secundário — de propinas que correspondam aos custos reais do ensino, isto é, a verificar-se, um brutal agravamento de propinas; acaba praticamente com as saídas profissionais na área do professorado para os recém-licenciados em Letras; baixa arbitrariamente o grau dos Institutos Superiores (ISE, ISCAP, ISSS, etc.)...

Esta é uma pequena amostra do panorama geral da política deste Governo para os jovens portugueses. O resto é demagogia, quase só demagogia.

A juventude portuguesa compreende cada vez melhor o que para si tem significação e o que significa a política de direita: insucesso escolar (600 mil jovens em 1986/87); selectividade no ensino; elitização no Superior; degradação das escolas (só no Porto mais de mil estudantes com escolas fechadas em Janeiro...); desemprego (3 a 4 centenas de milhar de jovens); trabalho precário generalizado; habitação quase impossível; degradação da assistência médica; falta de apoio, de incentivos, de política social para as jovens gerações; marginalidade crescente; droga, prostituição, delinquência.

Este é o panorama geral. O resto é muita demagogia e muitas migalhas: OTL, OTJ, ILEs, férias pagas (!), bonitos prospectos e muitos estudos...

Por isso, também a juventude percorre e engrossa os caminhos da luta: lutam os jovens trabalhadores lado a lado com os outros trabalhadores nas manifestações de rua, nas greves e nos protestos; lutam os trabalhadores estudantes; lutam os estudantes de Letras de todo o País; manifestam-se com grande combatividade os estudantes dos Institutos Superiores; protestam e lutam os estudantes do Secundário contra a degradação das instalações; lutam as associações juvenis locais...

Olhando a luta, os protestos, as queixas, as acções das jovens gerações o que se impõe concluir é que a **juventude está a virar-se contra a direita**. A demagogia está a fracassar.

PCP**Porto: 500 novos militantes até Junho deste ano**

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) decidiu lançar uma campanha de recrutamento de 500 novos militantes até Junho de 1988.

Esta tarefa, decidida no seguimento de planos de recrutamento estabelecidos em várias organizações, integra-se no plano de acção do Partido no distrito do Porto para o primeiro semestre deste ano.

Um trabalho mais activo de recrutamento surge assim como forma de alargar as fileiras do Partido aos homens e mulheres que se vão destacando na luta, como forma de manter e até elevar os efectivos da organização. Contrariando incompreensões de que «primeiro é preciso organizar os militantes existentes e só depois recrutar novos», a realidade mostra que, em vários sectores, constitui um factor favorável para a resolução dos problemas de organização a preocupação constante de trazer novos militantes ao Partido. Fazê-lo de forma orientada, concentrar esforços em sectores onde se verifica um crescimento mais reduzido de efectivos, dar particular atenção ao recrutamento nas empresas com mais de 100 trabalhadores e nas organizações de classe profissional e de sector (com destaque para os empregados, funcionários, intelectuais e quadros técnicos), dirigindo-se especialmente aos jovens e às mulheres, são questões importantes que terão que ser tidas em conta por todas as organizações.

Açores: entrega de cartões em Angra do Heroísmo

Com a participação de largas dezenas de militantes do Partido e de diversos convidados, realizou-se no passado dia 7 no CT de Angra do Heroísmo uma sessão destinada a entregar os cartões do Partido para o biénio 88/89.

Abriu a sessão o camarada Manuel Martins, do Executivo da DORAA, que se referiu ao significado do cartão de militante, ao papel activo do militante na vida do Partido e à necessidade de melhorar sempre o funcionamento da organização.

Referindo-se à campanha de recrutamento em curso na Ilha Terceira, que decorrerá até à 3.ª Assembleia da ORAA (16/17 de Abril), o camarada Manuel Martins anunciou estar neste momento cumprida 40 por cento da meta estabelecida.

Encerrou a sessão o camarada José Decq Mota, que se referiu a diversas questões da situação política e em especial à preparação das próximas eleições regionais de Outubro. A este propósito afirmou a dado passo que «hoje não é concebível imaginar a Assembleia Regional sem a participação do PCP e os seus aliados da CDU, sendo antes necessário e possível reforçar a representação existente». Acrescentou que «este ano, em virtude da alteração do estatuto da Região, a Terceira elege 10 e não 8 deputados, pelo que é de pôr a questão do 10.º deputado da Terceira ser o deputado que esta ilha nunca teve, isto é: deve ser um deputado eleito pela CDU».

O camarada Decq Mota terminou a sua intervenção dizendo que a organização do Partido na Terceira, hoje mais forte, está em condições de acentuar a sua intervenção na vida política da ilha, reforçando assim toda a actividade do Partido na região.

Seguiu-se um animado convívio que encerrou esta importante jornada de reforço do PCP na Ilha Terceira.

Setúbal: reunião de eleitos comunistas

A organização concelhia de Setúbal do Partido levou a efeito recentemente, no refeitório dos Serviços de Higiene e Limpeza da CM, uma reunião de eleitos comunistas das freguesias do concelho.

Ai foi feito o balanço do trabalho de dois anos, globalmente considerado positivo para a resolução dos problemas das populações, objectivo principal que norteia a acção dos eleitos comunistas e seus aliados nos órgãos autárquicos.

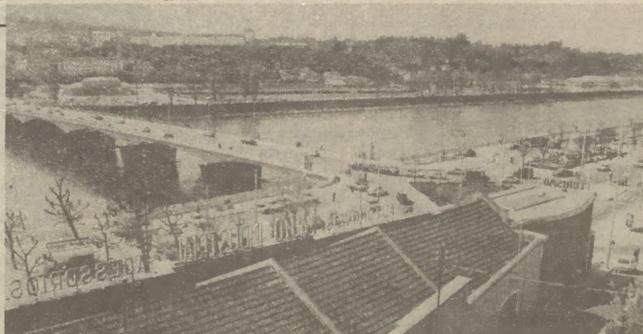
No entanto, constatou-se que a falta de diálogo e consequente não descentralização de verbas e meios para as freguesias, conforme compromissos já assumidos, continua a limitar a acção das Juntas, que se vêem obrigadas a elaborar Planos e Orçamentos de alcance mais reduzido, tendo em conta as necessidades das populações.

Assim, exige-se uma radical mudança de atitude neste como outros aspectos por parte da actual maioria na Câmara Municipal de Setúbal.

Concluiu-se também pelo reforço da já grande dinâmica do trabalho autárquico nas freguesias, melhorando-o qualitativamente, tendo em vista naquelas em que somos maioria o cabal cumprimento dos Planos de Actividade para 88 já aprovados e, a mais longo prazo, dos Programas Eleitorais que apresentámos, na certeza de que, nas próximas eleições autárquicas de 89, as populações nos voltarão a dar a sua confiança.

Nas três freguesias em que o PCP/CDU está em minoria, tudo será feito para que em 89 nos apresentemos às populações como única alternativa a uma gestão imobilista por parte dessas Juntas.

Decidiu-se também contribuir ao nível das freguesias para dinamizar uma campanha de afirmação da CDU, como legítima herdeira do trabalho da ex-APU, que de ainda mais força ao lema «Trabalho, Honestidade e Competência»



COIMBRA Comunistas atentos à realidade autárquica

Consequências da política direitista cada vez mais acentuadas; luta dos trabalhadores e das populações cada vez mais mobilizadora e dinâmica. O ponto da situação pode vir assim de qualquer ponto do País. Neste apontamento é de Coimbra que se fala, pois aí reuniu há dias a Comissão Concelhia do PCP, que analisou questões do reforço organizativo e fez o balanço da situação social e política, incluindo problemas da actualidade na área do Poder Local, os quais podem ser assim resumidos:

- A decisão da Câmara Municipal processar judicialmente o Governo pelo não cumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 1987, no que diz respeito aos 125 000 contos para os transportes colectivos, decisão a que viriam a associar-se as outras 4 Câmaras do País, que têm transportes municipais e a Assembleia Municipal de Coimbra, é uma atitude correcta e firme, que prestigia o Poder Local democrático e representa um passo importante na reivindicação de um tratamento justo para o concelho de Coimbra. Entretanto, não se pode ficar por aqui. Outros passos terão que se seguir até ao fim da discriminação do concelho.
- O debate dos planos e orçamentos da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados demonstrou que a substancial melhoria da situação financeira e organizativa do Município, para a qual os eleitos comunistas e outros democratas muito têm contribuído, não teve ainda a

- necessária correspondência na resolução dos grandes problemas do concelho. O PCP foi a única força a apresentar, logo em Novembro, uma proposta global de prioridades na acção do município de Coimbra.
- A discussão travada em muitas assembleias de freguesia e no Conselho Municipal em torno do programa-base do Plano Director Municipal está a permitir detectar numerosas deficiências e lacunas naquele documento e a confirmar inteiramente a posição do PCP de que a Câmara Municipal deve promover uma ampla discussão pública daquele texto.
- Continuam a registar-se graves deficiências no funcionamento de várias assembleias de freguesia, com destaque para a de Assafarge paralisada há longos meses e onde a Junta de Freguesia, de presidência PSD, não presta contas como a lei obriga.
- O trabalho das juntas de freguesia de presidência

Juventude

ISCA's e ISE's JCP toma posição

O Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP reafirma a sua solidariedade com a luta dos estudantes dos ISCA's e dos ISE's, apela a todos os estudantes comunistas destas escolas para que na medida das suas forças, se empenhem na justa defesa das licenciaturas, contra a integração no Politécnico — sublinha uma nota divulgada no início da semana por aquele organismo da JCP.

Na posição assumida publicamente os universitários comunistas referem a dado passo:

«É conhecida a intenção do Governo de proceder à imediata integração dos Institutos Superiores de Engenharia (ISEs) bem como dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração

(ISCA's), na rede do Ensino Superior Politécnico.

«Em relação aos ISEs, trata-se de procurar resolver, de forma negativa para os estudantes e docentes daquelas escolas, uma situação de flagrante ilegalidade, que sucessivos ministérios têm vindo a sustentar. Os governos não têm aplicado o decreto-lei 830/74, que, designadamente, confere aos ISEs os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento.

«É um abaixamento efectivo do nível de formação das escolas e do seu estatuto, que o Governo e o PSD pretendem impor apesar da prolongada resistência e da luta dos estudantes e dos docentes destas escolas.

«Em relação aos ISCA's, e após um processo de luta também prolongado, o decre-

to prossegue com bom ritmo de realizações e grande participação popular na resolução dos problemas e no trabalho voluntário. É inteiramente legítimo que as populações destas freguesias exijam da Câmara Municipal o cumprimento das obras contidas em plano para 88 e em planos anteriores, sem qualquer discriminação.

Aniversário do PCP

No plano da actividade partidária, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP analisou a dinamização da actividade do Partido no concelho, demonstrada em numerosas iniciativas de que se destacam: a II Festa de Coimbra, a banca de Natal, as visitas e contactos mantidos pelo deputado do distrito, o jantar-convívio com o secretário-geral na Marmeleira (Souselas) e a sessão de esclarecimento realizada no Teatro Avenida no passado dia 29, e ainda a campanha em curso de entrega dos novos cartões e de contacto com todos os militantes.

A Concelhia de Coimbra decidiu marcar para o próximo dia 5 de Março uma grande iniciativa de comemoração do 67.º aniversário do PCP e para o dia 19 de Março um encontro concelhio de eleitos autárquicos para balanço do trabalho realizado e debate sobre o Plano Director Municipal.

SANTARÉM

Algumas orientações para o trabalho do Partido junto da juventude

O trabalho do Partido junto da juventude foi um dos pontos desenvolvidos no recente encontro de quadros da Organização Regional de Santarém (ORS) do PCP, realizado em Alpiarça com camaradas de todos os concelhos do distrito ribatejano. Do naipe de conclusões a que a iniciativa chegou no âmbito daquele tema, seleccionámos o apontamento que se segue.

Os problemas e aspirações da juventude não têm merecido da organização do Partido, no distrito, a atenção que a sua importância justifica.

A juventude é uma camada com idades e composição social bastante diversificadas e daí com problemas e motivações diferentes, havendo no entanto questões que são comuns à grande maioria dos jovens. Há ainda que ter em conta novos pólos de atracção da juventude junto de problemas como a paz, o meio ambiente, as novas tecnologias.

1 — Necessidade de as diversas organizações e militantes do Partido, darem uma atenção permanente contribuindo para a formação política progressista dos jovens e de afirmação dos ideais do socialismo.

2 — Actuar junto da juventude com o objectivo de criar, reforçar e desenvolver a actividade da juventude.

3 — Actuar junto da juventude, estimulando a sua acção e participação, desenvolvendo as suas capacidades inovadoras e criadoras, o seu espírito fraterno e de amizade tendo em conta uma maior responsabilização sobre a sua participação na criação de um novo mundo.

Na definição das prioridades do trabalho do Partido deve-se ter em conta as principais concentrações e sectores juvenis, os seus problemas, preocupações e aspirações e as prioridades da JCP.

Há, ao mesmo tempo, alterações importantes nos hábitos, gostos, tendências e comportamentos dos jovens, que variam, muitas vezes, consoante o local onde se habita, a escola onde se estuda, o local onde se trabalha, ou tão somente os locais que constituem o seu dia-a-dia, que é necessário conhecer e ter em conta na acção do Partido junto da juventude.

Três aspectos essenciais

Tendo em conta todas estas situações, e sabendo antecipadamente que não exis-

Linhas de acção

Tendo em conta estas prioridades a nossa activida-



Razões de sobra para estar satisfeito teve o feliz contemplado com o automóvel sorteado pela célula do PCP nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, organização que deu um contributo crucial para o êxito da campanha de fundos realizada naquele distrito minhoto para o novo Centro de Trabalho do Partido em Viana. A entrega da chave coube ao camarada que vendeu a rifa premiada, no decorrer de um simpático convívio que reuniu camaradas do secretariado da célula e outros trabalhadores da empresa

de deve ter as seguintes linhas de acção:

No Secundário e Superior Politécnico:

- Dinamizar a intervenção dos professores comunistas e através da sua acção na escola, contribuir para a formação progressista dos jovens.

- Estimular e apoiar a criação e dinamização das Associações de Estudantes.

- Estimular a acção dos estudantes e professores nos órgãos de Gestão das Escolas.

- Promover iniciativas do Partido sobre o ensino e em áreas de maior interesse, para estudantes e professores.

- Apoiar a JCP nas suas iniciativas próprias para o Secundário e Superior.

Nos Locais de Trabalho e Movimento Sindical:

- Dar atenção às empresas, sectores e sindicatos com maior peso juvenil.

- Dinamizar a sindicalização dos jovens e a sua ligação ao sindicato, destacando quadros para o trabalho específico dos jovens.

- Dar atenção aos principais problemas e reivindicações dos jovens — estabilidade de emprego, desemprego e subsídio de desemprego, formação profissional e trabalhadores-estudantes.

- Dinamizar nos sindicatos Comissões de Juventude, que promovam iniciativas diversificadas (desportivas, culturais, ecológicas, etc.) que visem uma maior e diferente ligação entre os jovens e os seus sindicatos, criando um novo espírito.

No Poder Local:

- Reforçar a actividade dos pelouros ou serviços ligados à juventude.

- Apoiar e dinamizar a coordenação entre Associações Juvenis.

- Criar e dinamizar espaços para a juventude, destacando quadros para o efeito.

- Realizar, em colaboração com os jovens, iniciativas culturais, recreativas e des-

portivas e, apoiar as suas iniciativas próprias.

- Incentivar o contacto com as escolas, colaborando na ligação da escola ao meio.

- Apoiar as Comemorações do Dia do Estudante (24 de Março) e da Juventude (28 de Março).

Nas Colectividades, Associações e Localidades:

- Definir prioridades nos concelhos e dinamizar a intervenção dos jovens nas Colectividades, Associações, Rádios Locais, etc., criando espaços de actividade juvenil e estimulando e responsabilizando os jovens, quer pela promoção de iniciativas diversas, quer pela participação nas direcções.

- Dinamizar a actividade local, de acordo com cada situação, promovendo iniciativas diversas (convívios, desporto, excursões, etc.) procurando criar comissões para o efeito.

- Procurar dinamizar a juventude CDU como espaço aberto de intervenção e participação juvenil.

Medidas

A necessidade de melhorar significativamente o nosso trabalho nesta frente exige que se leve à prática algumas medidas de direcção e coordenação do trabalho com a juventude, nomeadamente:

- Discutir regularmente, nos organismos dirigentes do Partido, os problemas da juventude, o seu acompanhamento e medidas a tomar.

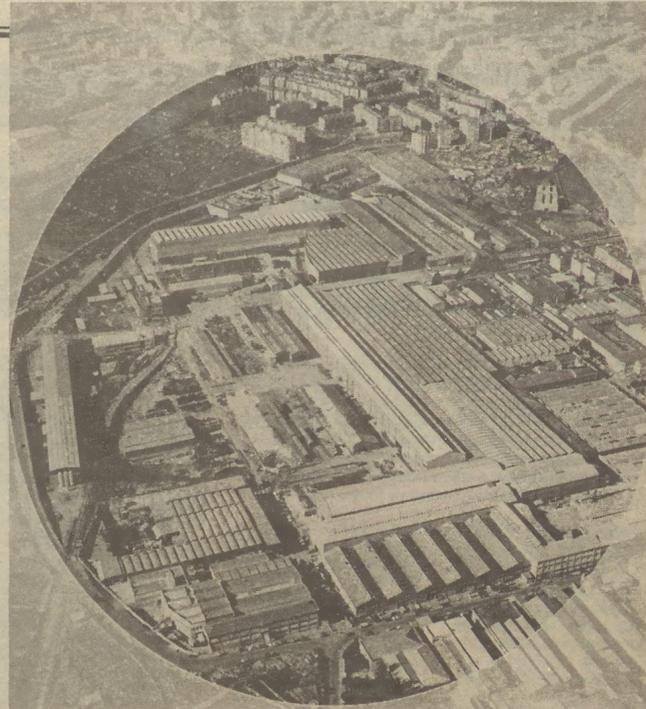
- Destacar camaradas responsáveis pelo trabalho junto da juventude nas Comissões Concelhias, sempre que for possível.

- Discutir na organização a possibilidade de realizar um Encontro de Jovens ligados à CDU para análise dos problemas da juventude, nomeadamente no Ensino Secundário, nas Autarquias, nas Associações e nos Sindicatos.
- Criar Comissões de Jovens onde há mais dificuldades da JCP, com a finalidade de animar o Movimento Juvenil e dinamizar a JCP.

- Reforçar a composição e acção da Comissão Distrital para o Trabalho Junto da Juventude.

- Realizar, no plano distrital e local, reuniões entre o Partido e a JCP para analisar, fazer o diagnóstico dos problemas dos jovens, em cada local, e levar à prática a realização de iniciativas concretas e outras que se justifiquem.

A existência de múltiplos e variados problemas com que se debate a juventude exige de todo o Partido e, particularmente daqueles que, de uma forma ou de outra estão ligados aos jovens, uma cada vez maior atenção ao estudo e acompanhamento e dinamização desta importante frente.



Próximo sábado na Amadora Célula do PCP na Sorefame reúne 4.ª Assembleia

A viabilização da empresa, a defesa dos postos de trabalho e regime democrático, o reforço do PCP — estes os temas desenvolvidos no projecto de relatório que tem vindo a ser debatido na fase preparatória da 4.ª Assembleia da célula do Partido na Sorefame, empresa de bens de equipamento que emprega actualmente 2209 trabalhadores na unidade de produção da Amadora e 392 na Amora, estando estes últimos cedidos desde Junho de 86 por contrato de cessão de exploração à SGM. A Assembleia decorrerá no próximo sábado, dia 13, na Filarmónica da Amadora, a partir das 14.30 horas. O camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Partido, também estará presente.

Do documento a que já aludimos, ressaltamos uma breve passagem:

A capacidade tecnológica existente na Sorefame, desde que articulada com o desenvolvimento das empresas de engenharia tem um papel fundamental a desempenhar na dinamização económica do país. O seu prestígio e a sua tecnologia dão garantias ao desenvolvimento industrial do país e à utilização da capacidade excedentária na exportação. Porém, as condições institucionais criadas com a Revolução de Abril, têm vindo a ser postas em causa pelos sucessivos governos no poder desde 1976. Desde então, o SEE tornou-se alvo de uma ofensiva generalizada à qual a Sorefame não escapou.

Em Junho de 1985 o próprio IPE reconhece que não se efectuaram os investimentos inicialmente previstos e a carteira de encomendas não se concretizou. Desde então, com o argumento de adequação das capacidades ao mercado, inviabilizaram-se investimentos, reduziram-se as capacidades, destruiu-se o «know-how» adquirido, lançando-se centenas de trabalhadores no desemprego.

Em 1986 e 1987 a situação agrava-se. A própria administração da empresa reconhece «que o ano de 1986 continua a apresentar a situação de recessão de anos anteriores».

Na área de equipamento para energia, as encomen-

das foram diminutas (equipamento complementar para a barragem do Alto Lindoso e a reparação de alternadores eléctricos) isto quando os nossos recursos hídricos estão desaproveitados em cerca de 50% e Portugal depende milhares de contos na importação de energia eléctrica e combustíveis.

Na área do material circulante, apesar da necessidade premente de renovação da frota da CP, as encomendas foram reduzidas.

Em 1987, o Governo mantém a política de recessão económica, limitando o investimento público na CP. O estado apenas assumiu o financiamento da renovação da via devendo a CP recorrer a financiamentos externos para concretizar os investimentos em material circulante.

A EDP vê a sua capacidade de endividamento limitada por resolução do Conselho de Ministros, o que a obriga a rever todo o seu plano de investimentos.

Mantém-se o deslizamento das encomendas da CP e EDP, principais clientes da Sorefame/Amadora (material circulante e eléctrico).

No mercado externo a penetração da Sorefame diminuiu. Se não se verificar uma eficaz política de apoio financeiro à exportação, semelhante à das suas congéneres estrangeiras (disponível de condições altamente favoráveis neste domínio) e a aceitação de acordos de compensação, as perspectivas são reduzidas.

Em suma, a actividade da Sorefame tem sido posta em causa pela estagnação progressiva de toda a actividade económica (CP, EDP e SN) e pelo crescente volume de encargos financeiros resultantes de uma inadequada política financeira e da reduzida ocupação das capacidades instaladas.

Duas fases de uma ofensiva

Numa 1.ª fase assistimos à sua asfixia financeira em resultado do reduzido investimento dos seus accionistas (capital social), face ao volume de investimentos realizados, à falta de apoios financeiros à produção e exportação agravada pelos dilatados prazos de cobrança de clientes (empresas do sector público).

Numa 2.ª fase assistimos à redução gradual do seu

PCP

DORAL do PCP mostra a realidade

Viagem a um Algarve abandonado pela política de direita

Alguns dos principais problemas de ordem social, política e económica com que se debate actualmente o Algarve estiveram em foco no recente plenário da Direcção Regional do PCP (DORAL), que aprovou também o plano de actividades para o ano em curso. Em síntese, vejamo-nos a título de exemplo, problemas graves que assinalam o quotidiano algarvio nos sectores da indústria, pescas e agricultura, e também na área do Poder Local.

Indústria e Pescas

Na indústria, assiste-se não só à mais completa paralisia no que respeita à abertura de novas unidades, mas igualmente ao contínuo encerramento do já reduzido número das existentes.

Como exemplo cita-se o facto de hoje em Lagos não haver indústria conserveira, ter fechado recentemente a última unidade de cerâmica de barro vermelho e já não existir neste porto de pesca qualquer traineira em actividade.

Este exemplo poderia estender-se à situação semelhante para que caminham Portimão, Lagoa e Olhão, onde a actividade industrial está em acelerado processo de degradação.

As duas mais significativas empresas corticeiras da região (Torrões Pinto em Faro e Café em Lagos) estão em perigo de extinção. São milhares de postos de trabalho que sem alternativa estável têm vindo a perder-se de ano para ano na região.

Nas pescas, o sector mais importante, contituído pela pesca artesanal, vive há longo tempo sob a ameaça do Governo visando a sua destruição. Se atendermos a que a pesca de cerco (pesca da sardinha) está em vias de extinção e a frota de arrasto permanece em estado de elevado envelhecimento e a pesca longínqua está desde já a sofrer as consequências dos acordos mal negociados derivados da nossa integração na CEE reduzindo-se o número de barcos a operar em águas internacionais (designadamente Norte de África), pode-se por aqui também ter uma ideia dos gravíssimos problemas económicos e sociais que este sector enfrenta.

Perante tal quadro pode justamente e desde já ficar o alerta — a não ser invertida esta política, os vultuosos recursos que foram gastos em obras nos Portos da Baileira, de Portimão e de Olhão, virão num futuro próximo a servir fundamentalmente as frotas de pesca



O Algarve não é só turismo. É também uma região onde vivem e trabalham portugueses que sentem um quotidiano cada vez mais marcado pela incerteza

da CEE ou a dos nossos vizinhos espanhóis ao abrigo de sociedades mistas.

Agricultura

Na agricultura a situação não é brilhante.

Dois anos após a integração na CEE estão por fazer obras de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do regadio, à reconversão de pomares e à definição de uma política que permitisse, com ajudas financeiras e técnicas, tirar partido das excepcionais

condições que dispomos para a produção de horto-frutícolas.

A protecção dos bons solos agrícolas não existe. Torna-se mais fácil e rentável ao agricultor vender os seus terrenos na especulação imobiliária do que continuar a arriscar sozinho na produção.

Quando finalmente dispusermos no Algarve de água suficiente para o regadio podemos correr o risco de já não termos nem área disponível nem agricultores para lhe dar aproveitamento. Tais problemas não são novos. Permanecem e agudizam-se de ano para ano, com prejuízos sérios para o futuro da economia da região e do País.

O Algarve não pode ser só turismo e esta importante actividade não terá condições para assumir o papel que pode deter na economia da região se paralelamente não e apoiar no desenvolvimento da agricultura, das pescas e da indústria a elas associadas.

Entretanto, o Governo de Cavaco Silva, que se comporta perante o País como uma equipa de «marketing» empenhada em vender a alguns o património das empresas públicas e os recursos nacionais, tem em relação ao Algarve o mesmo comportamento. Faz discursos de propaganda, encobre malefícios que a sua política criou e não resolve, anuncia verbas de ajudas que só alguns sentem entrar nos bolsos, promove negócios pouco claros e sem dúvida nada benéficos para o verdadeiro e necessário desenvolvimento da região, corta ou restringe o crédito a boa parte daqueles que, com menos recursos e menos influência nas instâncias do poder, procuram seriamente desenvolver a sua actividade.

Desorganizando a economia, dando cobertura e defendendo interesses muito restritos da sociedade portuguesa, contra os reais interesses do País e do regime democrático, atacando de forma brutal direitos e regalias sociais dos trabalhadores, o Governo de Cavaco abre num curto espaço de tempo uma larga frente

de protetos, conflitos e tensões, aos quais responde, brutalmente, com a repressão, com arrogância e com a mais despidorada manipulação da comunicação social, com particular relevo para a televisão.

Poder Local

No que respeita ao Poder Local, o Governo de Cavaco para além de retirar às autarquias da região verbas indispensáveis para fazer face à execução dos seus planos de actividade, o Governo empur-

ra dar o dito pelo não dito, escusando-se não só a eliminar o princípio da simultaneidade (o que desde logo aponta para um horizonte longínquo a instituição da Região Administrativa do Algarve) como procura amputar as futuras regiões de uma das suas principais atribuições — a de elaborar e dirigir os planos de ordenamento e desenvolvimento do seu território.

A DORAL do PCP denuncia a atitude hipócrita do PSD que, depois de ter sido responsável com o PS pela aprovação dos atentados urbanísticos que desfiguraram a costa algarvia e contra os quais os representantes do PCP nas autarquias sempre se bateram, anuncia para o Algarve a preparação de Planos de Defesa e Ordenamento do Território à revelia das autarquias e outras estruturas existentes na região e sobretudo fora do quadro da Região Administrativa, local e órgão próprio para o implementar.

Por outro lado o diferendo que permanece entre o projecto da CCR e o da JAE acerca do futuro traçado para a via rápida do Algarve é bem ilustrativo de como os braços desconcentrados do governo central instalados na região, pelos interesses, compadrios e rivalidades que envolvem, constituem um autêntico travão ao desenvolvimento eco-

Falamos de Lagos e vem à nossa memória as belas praias da zona, as esplanadas nas quentes noites de Verão, aquelas ruas animadas por um comércio que se multiplica com muitos estrangeiros atrás do balcão. A partir de agora a imagem, já de si muito incompleta, terá que associar, por exemplo, que em Lagos já não há indústria conserveira, que aí já fechou a última unidade de cerâmica de barro vermelho e que no porto já não existe qualquer traineira em actividade... E as consequências de tudo isto?

Da civilização romana ao convento medieval Colóquio sobre rodas

• Uma interessante visita no próximo fim-de-semana

No próximo fim-de-semana (sábado e domingo), a comissão de dinamização cultural da SIP da DORAL do PCP e a célula do património do sector de Artes e Letras da DORAL do PCP promove-

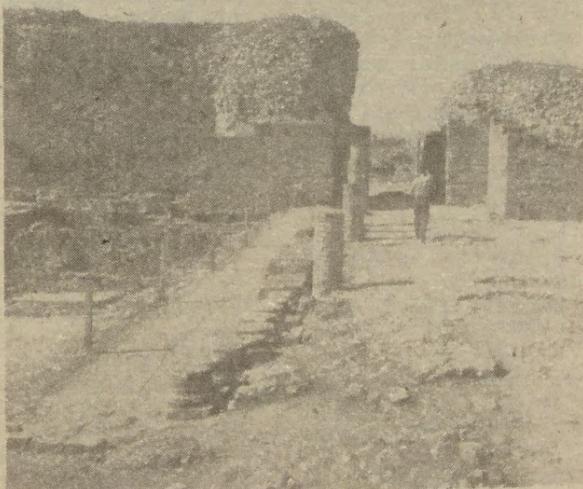
rão a excursão «Colóquio Sobre Rodas — da civilização romana ao convento medieval».

Trata-se de uma viagem à descoberta dos fundamentos da cultura portuguesa e onde

poderemos observar os mais importantes vestígios da cultura romana em território nacional, a influência árabe, a arquitectura dos primeiros tempos da nacionalidade, a escultura e os conventos medievais. Os viajantes terão oportunidade de realizar visitas guiadas ao museu de Conímbriga, à Sé Velha e à Sé Nova de Coimbra, ao museu Machado de Castro, ao Mosteiro do Lorvão e ao Mosteiro da Batalha, entre outros pontos de interesse. Ao longo da excursão serão prestadas informações e fornecida documentação sobre os diversos locais visitados.

O preço da excursão é de 3500\$00 incluindo, para além do transporte, o alojamento e o pequeno-almoço, bem como um jantar de todos os excursionistas em Penacova.

Para informações pormenorizadas deve-se contactar a SIP da DORAL do PCP, no Centro de Trabalho do PCP na Avenida da Liberdade, 170 em Lisboa, telefones 532161/2/3/4, onde se encontram abertas as inscrições (em número limitado).



Conímbriga, um dos pontos de paragem na excursão organizada pelos camaradas da dinamização cultural da SIP/DORAL

Nacional

2.º Encontro de amigos da Checoslováquia

Está marcado para 20 deste mês (um sábado) o 2.º Encontro de Amigos da Checoslováquia e ao mesmo tempo a comemoração do Fevereiro vitorioso.

A iniciativa decorrerá na Casa do Alentejo, em Lisboa, e incluirá almoço de confraternização e animação artísti-

ca. As inscrições funcionam na Associação Portugal-Checoslováquia, Rua Filipe da Mata, 36-1.º, telefone 77 50 92, entre as 15 e as 20 horas.

O embaixador da República Socialista da Checoslováquia acreditado em Lisboa participará no encontro.

Assembleia da República

Lei Orgânica da Assembleia Uma carta de direitos de todos ou um conjunto de receitas da maioria

A Assembleia da República votará na sessão de hoje os projectos de Lei Orgânica da Assembleia da República cuja discussão teve lugar no meio de forte polémica exactamente há oito dias. O adiamento da votação no próprio dia do debate ficou a dever-se, como foi já largamente divulgado nos órgãos de comunicação social, à falta de quorum então verificada. Para este facto contribui, recorde-se, a elevada taxa de absentismo dos deputados da bancada da maioria — apanhada totalmente de surpresa, apesar das diligências de última hora para mobilizar os faltosos — e a atitude de todos os partidos da oposição que em sinal de protesto pela postura do PSD — designadamente pela sua arrogância e total recusa de diálogo com vista à obtenção de um consenso democrático em torno de tão importante matéria — abandonaram o hemiciclo deixando apenas um deputado em cada bancada.

Na origem desta acção de protesto algo inédita do conjunto da oposição — e que levará já à elaboração de um projecto de lei orgânica próprio — estiveram assim duas ordens de razões: a primeira, mais no plano formal, prende-se com o tom de chacota com que os deputados do PSD intervieram no debate, particularmente Silva Marques, socorrendo-se até à exaustão — como aliás já vem sendo hábito — do único argumento válido que parecem ser capazes de utilizar: o sacrossanto resultado de 19 de Julho, arvorado em bem susceptível de sustentar em qualquer ocasião um arrogante «quero, posso e mando».

A segunda teve a ver com a filosofia defendida pelo PSD de que o funcionamento da Assembleia da República deve corresponder à vontade política do partido maioritário, neste caso do PSD, que pode assim aproveitar a situação conjuntural que dispõe para impor as suas regras com total desprezo pelas legítimas direções das minorias e dos seus modos de organização própria.

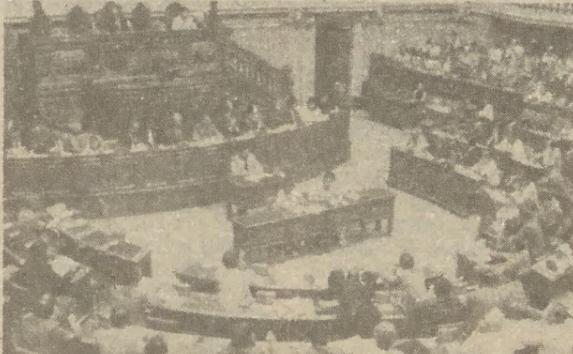
Extinguir agrupamentos

Redução da capacidade de intervenção dos deputados e do apoio que actualmente dispõem, extinção dos

agrupamentos parlamentares — atingindo directa e exclusivamente a Intervenção Democrática — presidencialização da gestão da Assembleia da República surgiram assim ao longo do debate como aspectos quentes em relações aos quais se manifestaram pontos de vista discordantes entre a oposição e a bancada do PSD sem que esta tenha permitido qualquer espaço de diálogo que permitisse chegar a uma solução consensual. Acresce, que o PSD trouxe para este debate um projecto que altera radicalmente muitas das propostas consensualmente obtidas na anterior legislatura na sequência do trabalho de uma comissão encarregada de estudar e proceder ao levantamento exaustivo de todos os problemas relativos ao funcionamento da Assembleia.

Fortes e contundentes críticas choveram assim de todos os lados sobre a bancada do PSD. Marques Júnior, do PRD, acusou a maioria de pretender «limitar a expressão dos deputados da Câmara» e de aproveitar o facto de ter maioria para «diminuir a capacidade de intervenção dos partidos da oposição».

Raul de Castro, da ID, por seu turno, classificou o projecto do PSD de «verdadeiro aleijão, ilegal, inconstitucional e imoral» e acen-



tuou que com esta iniciativa o que o partido do Governo pretende é «colocar na porta das instalações do Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática, o único que existe, o letreiro, «encerrado por vontade e para conveniência da maioria, e para memória da estranha noção de transparência e de pluralismo do PSD».

Eco de uma só voz

No mesmo sentido foi a intervenção de Herculano Pombo, de «Os Verdes», ao afirmar que o projecto em causa, arvorado em lei, «longe de permitir o reger da orquestra e o afirmar de todos e cada um dos seus instrumentos, mais não faria do que esticar as cordas ao tambor, para que esta Casa, que é de todos, que é o elemento fulcral da democracia, ressoasse como o eco de uma voz só, gritada de fora, e a qual espera que seja oco o tambor e submissa a pele».

Basilio Horta, do CDS, fez questão de pôr em confronto a dualidade de posições do PSD, lembrando a propósito que este se esquecera das suas opiniões num «passado recente» para mais adiante perguntar: «o que está correcto, as posições que tomou na Comissão ou as que tomou agora?»

Em nome do PS, Raul Junqueiro, por sua vez, salientou que «em democracia é tão importante a voz da maioria como a da minoria», alertando simultanea-

mente para o facto do PSD querer «governamentalizar a Assembleia», «afastar os partidos da sua gestão real» e de estar a «pensar apenas no seu interesse e não no funcionamento» deste órgão de soberania.

Espelho da democracia

José Manuel Maia, exprimindo a posição do PCP, destacou por seu lado a importância da lei em debate,

afirmando nomeadamente que ela tem «profundas repercussões em toda a actividade parlamentar e do bem ou mal fundado das soluções encontradas, pode depender a democracia, a transparência, o livre relacionamento e exercício de direitos por todos os agentes parlamentares».

Sustentando que «as normas de funcionamento da Assembleia podem em si mesmas condicionar a própria expressão da vontade diferenciada em todos quantos têm assento neste hemiciclo», José Manuel Maia recordou depois que este órgão «é de todos e tem que ser para todos», deverá ser «um espelho da democracia», não podendo por esse motivo a Lei Orgânica ser «um conjunto de receitas de caridade na mão de uma maioria».

Ora são exactamente estas questões que estão em causa quando o PSD preten-

de impor à sua vontade e medida as regras de funcionamento, com clara subalterização do papel dos partidos da oposição ou mesmo com a eliminação total dos seus direitos e com a presidencialização da administração da Assembleia da República, pondo assim em causa uma solução consensual para a revisão da Lei Orgânica.

Entretanto, após a votação de hoje, resta aguardar o debate na especialidade para saber se a bancada da maioria será sensível às propostas da oposição tendentes a um mais eficaz funcionamento da Assembleia. Como frisou José Manuel Maia, a «a melhoria e eficácia dos trabalhos parlamentares não podem passar pela criação nesta Casa de amarras à livre expressão do pensamento individual e colectivo. Exigem mais direitos, melhores condições de funcionamento quer materiais quer democráticas».

Encerramento do Júlio de Matos «Erro trágico» que empobreceria a psiquiatria portuguesa

O encerramento do Hospital Júlio de Matos para venda dos seus 22 hectares de terreno, decisão recentemente anunciada pela ministra da Saúde, foi severamente contestada pelo deputado comunista Vidigal Amaro numa intervenção proferida na passada semana onde expôs fundadas razões que aconselham a que um tal objectivo não vá por diante sob pena de se ceder à gula de interesses particulares ou à tentação do Ministério da Saúde se transformar numa empresa de especulação e imobiliária.

Analisando a decisão da actual detentora da pasta da Saúde, Vidigal Amaro recordou que tal objectivo não é original — «foi idealizado e suscitado por despacho de um outro ministro da Saúde, pouco dias antes do 25 de Abril», disse — e que esta foi tomada no desrespeito por elementares regras de

transparência. Com efeito, recorde-se, aquando da discussão do Plano e do Orçamento nada foi transmitido aos deputados. Assim, para o deputado comunista, «este negócio veio demonstrar que os dados estão viciados, pois não está previsto qualquer verba no Orçamento da Saúde que corresponda a uma alienação de bens do seu património».

Outras razões, porém, até por uma elementar questão de bom senso, justificam reflexão sobre a gravidade de uma tal medida. Vidigal Amaro enumerou algumas: é o maior hospital psiquiátrico do País; no período áureo da medicina portuguesa, a ele está ligado o nome de Egas Moniz, o único Nobel português; centenas de milhares de contos foram investidos em melhoramentos muito recentemente tendo em vista a modernização e humanização dos seus serviços, a sua biblioteca é a melhor de psiquiatria existente em Portugal.

Esta opinião é de resto partilhada por eminentes figuras que em posições tornadas públicas em diferentes ocasiões — casos do professor Barahona Fernandes, o professor Pedro Polónio e o sr. João Santos — afirmaram, por exemplo, que «estiolar o belo parque do hospital, uma das raras ilhas verdes desta

zona da cidade, substituindo-a por bairros residenciais em detrimento de um organismo de saúde mental, seria, aliás, a lamentável continuação de descaracterização da cidade de Lisboa, um autêntico crime contra a Saúde Físico-Mental do qual como bárbaros da tecnologia nos teríamos de envergonhar perante os vindouros».

Neste mesmo sentido vai também a opinião de médicos, enfermeiros e outros trabalhadores do Hospital Júlio de Matos, inconformados com uma decisão que, em sua opinião, a concretizar-se, se traduziria num «erro trágico» com consequências no empobrecimento da psiquiatria portuguesa.

Daí que Vidigal Amaro, antes de concluir a sua intervenção, tenha deixado no ar várias perguntas para as quais o Governo, em seu entender, terá de dar resposta: que serviços e entidades foram ouvidos e onde estão os pareceres medicocientíficos que permitam concluir que o encerramento do hospital não constitui um grave prejuízo?; está igualmente prevista a venda para urbanização de outros hospitais, nomeadamente do Curry Cabral?; que critérios levaram à escolha das três firmas projectistas — e não outras — para realizarem o anteprojecto de urbanização dos terrenos do Júlio de Matos?; qual a composição do júri e quais as razões técnicas que levaram à opção do projecto aprovado?; quanto foi dispendido com estes estudos?

As perguntas, pertinentes, foram feitas. A Assembleia e o povo português aguardam a resposta.

Por iniciativa do PCP Requerida inconstitucionalidade de artigos do Orçamento

Com carácter de urgência, o Grupo Parlamentar do PCP requereu ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade de cinco artigos da lei do Orçamento do Estado para o ano em curso.

Entre os artigos em causa conta-se o 19.º, o qual, ao inscrever uma «verba de valor negativo de 33 milhões de contos» definida pelo próprio Executivo como uma «dotação negativa», «uma dotação de não despesa», vem criar um «mecanismo contrário às regras de enquadramento orçamental decorrentes da Lei Fundamental».

A opinião da bancada comunista é de que se tal norma viesse a prevalecer tal significaria que a Assembleia da República passaria a aprovar a inscrição de dois tipos de despesas: «com cobertura e sem cobertura financeira». Deste modo, sustentam, passaria o Governo e não a Assembleia, como estabelece a Constituição, a deter o poder de elaborar o «orçamento real»,

decidindo o «efectivo conspecto de despesas em função das receitas disponíveis».

No que diz respeito aos artigos 7.º e 11.º, a posição dos comunistas é de que estes conduzem à «existência de uma espécie de Orçamento paralelo de tesouraria subtraído ao normal exercício dos poderes da Assembleia da República e do Tribunal de Contas».

Relativamente ao artigo 20.º, a discordância do Grupo Parlamentar do PCP reside no facto de ele contrariar «elementares exigências» constitucionais, ao prever a realização no ano corrente de despesas a inscrever no Orçamento de 1989, sem que este procedimento seja «por via da sua própria e adequada revisão pela Assembleia da República».

Para os deputados comunistas constitui ainda motivo de muito duvidosa constitucionalidade o artigo 16.º do Orçamento na medida em que ao pretender «redefinir profundamente o regime da Função Pública omite as regras atinentes ao sentido das alterações a introduzir».

Assembleia da República

Os interesses nacionais e a CEE

PCP defende reforço da posição negocial e reconsideração das condições da adesão

Aumento espectacular do défice da balança comercial, aumento da penetração do capital estrangeiro nos sectores rentáveis, acentuação da dependência tecnológica e da especialização produtiva nas indústrias tradicionais à base de mão-de-obra barata, perda de controlo nacional, eis, em síntese, algumas das previsíveis consequências que advirão para o nosso País num futuro próximo caso não se proceda de forma urgente à renegociação dos termos desfavoráveis que marcaram a nossa adesão à CEE, condições substancialmente agravadas pelas modificações da Comunidade resultantes do Acto Único Europeu.

O alerta para este quadro sombrio, que certamente contribuirá para desfazer ainda mais as ilusões de quantos viam na CEE e no Acto Único um meio real e eficaz de desenvolvimento dos países mais atrasados e designadamente de Portugal, partiu dos deputados comunistas eleitos para o Parlamento Europeu — Joaquim Miranda, Carlos Aboim Inglês e José Barros Moura — e foi proferido no decorrer de uma recente conferência de imprensa destinada a dar a conhecer a posição do PCP sobre as modificações em curso na Comunidade Económica Europeia e sobre a melhor forma de defender os interesses do nosso país, em vésperas de uma nova cimeira de chefes de Estado ou de governo, após o desaccordo de Copenhaga.

Mercado único

Reflectir sobre o que está em jogo para Portugal nas próximas discussões tendentes a dar aplicação ao Acto Único Europeu constitui no

quadro presente, na opinião dos comunistas, uma tarefa urgente e necessária tanto maior quanto se sabe que a questão que polariza neste momento as atenções é o projecto de realização do mercado único até fins de 1992 — programa de total liberalização económica e financeira.

Imposto pelas grandes transnacionais, a existência deste mercado único vem alterar por completo as condições da Comunidade a que o nosso país aderiu bem como o «quadro económico e jurídico que poderia esperar no fim do período transitório».

Se a questão do mercado parece ser mais ou menos pacífica entre os Estados membros, designadamente entre os mais poderosos (onde e a partir dos quais operam as multinacionais), no que diz respeito ao financiamento da CEE já a discussão revela sérias contradições, opondo sobretudo os países mais prósperos e com maior produção aos menos desenvolvidos, revelando-se igualmente fissuras, por outro lado, como foi

sublinhado por Joaquim Miranda, «entre países desenvolvidos que contribuem mais ou menos em relação ao que podem recuperar». «Eventualmente, vem dos últimos o maior obstáculo actual a um acordo» frisou o deputado comunista, para logo acentuar que «seria favorável a Portugal a introdução do chamado 4.º recurso, permitindo ligar o montante das contribuições ao PIB.»

Política Agrícola Comum

A reforma da Política Agrícola Comum e as suas conexões com as dificuldades orçamentais da CEE foi outra das matérias analisadas no decorrer da conferência de imprensa, tendo sido afirmado que as propostas em estudo assentam na redução das produções e em congelamentos de preços.

A este respeito prevalece a opinião de que se a redução das despesas agrícolas, que têm beneficiado os países mais desenvolvidos, «interessa a Portugal», já a lógica das reformas propostas levando nomeadamente em conta os preços agrícolas portugueses, «conflitua com a necessidade de aumentar a produção agrícola nacional, reduzir a dependência alimentar e elevar a produtividade e o rendimento dos nossos agricultores».

Quanto à alegada «duplicação» dos tão falados «fundos», trata-se para os deputados comunistas de pura mistificação dado que o que se dis-

cute é essencialmente saber se a Comunidade disporá ou não dos recursos financeiros indispensáveis para cumprir os compromissos decorrentes do alargamento a Portugal e à Espanha.

Também os critérios de afectação dos fundos estruturais, de acordo com as informações prestadas, influenciarão os saldos financeiros entre cada país e a CEE, interessando neste domínio a Portugal, segundo foi dito, «defender a concentração prioritária da maioria dos recursos nas regiões menos desenvolvidas, sem a qual ficará desmentida a própria finalidade estrutural atribuída aos fundos».

Acordo de Bruxelas

Sendo públicas e notórias as dificuldades na obtenção de um acordo em Bruxelas e tendendo para previsíveis compromissos a solucionar transitoriamente e apenas os «conflitos de interesses» entre os Estados mais ricos mas não a resolver os problemas reais, a opinião do PCP é de que os países menos desenvolvidos poderão esperar quando muito «pequenas concessões para atenuar algumas resistências da sua população».

A chamada «coesão económica e social não está assegurada», garantiu Joaquim Miranda, recordando ainda que nada está previsto para combater o desemprego e que o «grande mercado» se faria à custa dos interesses dos trabalhadores e da eco-



Os deputados comunistas ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, José Barros Moura e Carlos Aboim Inglês deram a conhecer em conferência de imprensa a posição do PCP face às modificações em curso na CEE a sua opinião quanto às formas adequadas de defender os interesses de Portugal

nomia nacional no seu conjunto.

É, pois, neste contexto sem dúvida desfavorável que ganha vulto a posição dos que defendem a renegociação dos termos do acordo de adesão — curiosamente esta posição desde sempre defendida pelo PCP tem vindo a ganhar adeptos, mesmo entre o Governo e os partidos responsáveis pela adesão — com vista a assegurar o «máximo de tratamentos específicos que permitam o desenvolvimento independente do País».

Mas se as palavras do discurso oficial traduzem uma inflexão positiva — no fundo imposta pela gravidade crescente dos problemas — o mesmo não se pode dizer dos actos e da prática política do Governo — cuja conduta negocial se tem limitado a «aceitar pequenos cheques em troca do voto que seria necessário para defender as condições de desenvolvimento do País».

Propostas do PCP

Reclamando do Governo

uma modificação na sua postura, os deputados comunistas chamam por outro lado a atenção para a necessidade de uma actuação a todos os níveis que tenha em vista «o reforço da posição negocial do país» e que defenda a «renegociação das condições de adesão e garantia da especificidade de Portugal, sem perda de voz activa nas instituições da CEE nem de capacidade negocial, em pé de igualdade com os restantes Estados».

Tendo em conta estes pressupostos, que de há muito norteiam a sua actividade, o PCP elaborou uma proposta a apresentar ao Governo, com informação a todos os partidos representados no Parlamento Europeu, no sentido de «serem identificados e se possível definidos por acordo os principais pontos a reconsiderar ou a renegociar nas condições de adesão» e as linhas fundamentais dos tratamentos específicos de que o nosso país deveria beneficiar.

Governo alheio aos interesses juvenis

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou recentemente na Comissão Parlamentar de Juventude da Assembleia da República um conjunto de propostas de alteração na especialidade ao diploma do Governo que pretende revogar a lei do subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego, aprovada no ano passado e que o Governo se tem recusado a aplicar.

Visando diminuir os aspectos mais negativos contidos na proposta de lei do Governo, denominada «subsídio de inserção aos jovens na vida activa», as contribuições dos deputados Rogério Moreira e Álvaro Amaro incidiram designadamente no alargamento de capitação do acesso ao subsídio de 50 para 70 por cento do salário mínimo nacional, a manutenção de um subsídio no valor de cerca de 19 mil escudos (tal como estabelece a lei em vigor que o Executivo se recusa a cumprir), impedindo a sua redução para 8600\$00 como quer o PSD, e a possibilidade de um jovem desempregado, candidato ao subsídio, poder frequentar, se o entender, simultaneamente, um estabelecimento de ensino.

Contrariamente à alegada «independência» e «consciência crítica» que dizem ter os deputados da JSD, a sua postura no decorrer do debate na especialidade — ao votar designadamente contra as propostas do PCP e de outras de sentido semelhante — revela na opinião dos jovens deputados comunistas que continuam a agir de «costas voltadas» para os jovens desempregados e que não se coíbem mesmo de ser os «porta-vozes» desta iniciativa governamental que «fere gravemente os interesses juvenis».

Seiva Trupe sem subsídios

O corte de subsídio à Companhia de Teatro Seiva Trupe foi objecto de um requerimento apresentado pelos deputados comunistas Ilda Figueiredo, António Mota e José Manuel Mendes no qual se pretende saber nomeadamente quais as razões que levaram a Secretaria de Estado da Cultura a tomar tal decisão e que medi-

das foram tomadas para rever a situação por forma a garantir que no ano em curso o Porto e a Seiva Trupe «possam usufruir pelo menos dos subsídios que vinham recebendo».

Com graves reflexos no funcionamento das companhias de teatro, a política de subsídios levada a cabo pela SEC é considerada pelos deputados comunistas como «inadmissível», constituindo mesmo no Porto, e designadamente no caso da Seiva Trupe, um caso «particularmente escandaloso».

De acordo com o texto do requerimento, a injustiça criada é de tal ordem que a própria Câmara Municipal do Porto aprovou por unanimidade em Janeiro último uma moção onde se manifesta a preocupação do Município com a «marginalização de que foram alvo as companhias da cidade, mesmo aquelas que desde há mais de dez anos recebem o subsídio, e que são elevado expoente da cultura portuense e portuguesa como é o caso da Seiva Trupe».

Crédito Agrícola de Emergência

Também a recente extinção da Comissão de Inquérito ao Crédito Agrícola de Emergência, sob a alegada justificação de que esta «não dispõe actualmente de adequada capacidade de resposta para as crescentes tarefas que sucessivamente lhe têm sido cometidas», mereceu dos deputados comunistas Lino de Carvalho, Rogério Brito e Álvaro Brasileiro a apresentação de um requerimento ao Governo no qual se solicitam esclarecimentos sobre a «actividade desenvolvida pela Comissão de Inquérito ao Crédito Agrícola de Emergência durante os três anos e meio da sua existência» e sobre os casos averiguados, sua conclusão e «medidas desencadeadas contra os responsáveis e beneficiários de eventuais fraudes detectadas».

Nos considerandos do texto apresentado na semana passada os deputados afirmam ainda que não se compreende que «sendo relevantes» os motivos que levaram à criação da referida Comissão de Inquérito, esta não tivesse sido dotada «dos meios que lhe permitissem levar a bom termo as tarefas que lhe estavam cometidas».

PCP interpela Governo sobre política agrícola

Ao abrigo de direitos constitucionais consagrados o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República uma proposta de interpelação ao Governo com vista à abertura de um debate de política geral centrado na situação da agricultura portuguesa, designadamente na política agrícola e na legislação agrária.

Na origem desta iniciativa, salienta o texto entrado na Mesa da Assembleia na passada semana, está o agravamento da situação da agricultura portuguesa e as suas repercussões negativas para o desenvolvimento económico do País e para as condições de vida da população em geral e, em particular, para os agricultores, rendeiros, seareiros, compartes e assalariados rurais.

Na opinião do PCP, a política do Executivo em matéria agrícola reduz-se exclusivamente «à aplicação das di-

rectivas da CEE», pautando-se ainda pela ausência de uma verdadeira política agrícola, «definida com autonomia e na base dos interesses nacionais», cujas consequências se situam em «distorções graves, desequilíbrios estruturais, regionais e sectoriais», no agravamento do défice da balança agro-alimentar e numa crescente dependência de interesses externos.

Para agravar consideravelmente este quadro, já de si sombrio, está ainda, por outro lado, o chamado «pacote agrícola», conjunto de iniciativas legislativas que incide sobre o arrendamento rural, emparcelamento, baldios e Reforma Agrária, o qual, a fazer vencimento conduziria ao agravamento das condições de vida dos homens do campo, ao bloqueamento da agricultura, à liquidação das UCP's/Cooperativas e à reconstituição do caduco latifúndio.

Assembleia da República

Descobrimientos

«O nosso astrolábio aponta ainda a esperança e o realismo. Mas inumeráveis lições nos ensinaram que o reino de Preste João é, afinal, o chão donde partimos e que havemos de libertar de todo o desconcerto, prosperar com as sementes da liberdade, da justiça e do progresso social», afirmou José Manuel Mendes ao intervir em nome do Grupo Parlamentar do PCP na sessão solene que assinalou na Assembleia da República os quinhentos anos dos Descobrimientos portugueses.

Uma sessão que constituiu simultaneamente um rever de um passado recheado de acontecimentos maiores e um olhar sobre o futuro no qual se projectam as inquietações e desejos do presente.

Desse olhar falou o Presidente da República ao acentuar que «nos anos que temos pela frente é nosso dever realizar obra que perma-

neça. Dando condições aos cientistas e investigadores para trabalharem, tornando disponíveis os testemunhos históricos, bibliográficos e iconográficos, da nossa epopeia marítima, publicando estudos e novas interpretações do passado histórico, dando voz e oportunidade aos homens da cultura, apostando nos jovens, na sua energia criado-

ra, desassombro de ideias e capacidade inovadora».

Este seria de resto o tom que marcaria a totalidade das intervenções proferidas por representantes de todos os partidos e agrupamentos com assento parlamentar e ainda pelo presidente da Assembleia da República, V5tor Crespo, que acentuaria na sua alocação que «estamos aqui a estreitar as ligações do passado com o futuro».

Na sua intervenção, José Manuel Mendes começaria por invocar «aqueles cujos nomes aprendemos e os que, finito o pó da vida, anónimos continuaram: obreiros uns e outros da memória da pátria no que ela exprime de mais vivido e lustroso».

Situando Portugal «entre os países de proa de Qua-

trocentos», o deputado comunista acentuou depois que «os ardorosos Itinerários dos nautas incluíam o fruto de diferentes viagens do conhecimento científico; com ele buscaram a Incógnita lonjura e o sal da glória. As leis do saber, nos domínios da astrologia da astronomia, da matemática, da física, da cartografia, tinham-se actualizado e desenvolvido, tornando possíveis, com uma previsibilidade assinalável, vultosas empresas através dos oceanos».

Depois de recordar os riscos, tormentas e angústias que caracterizaram o «tributo português à gesta da Humanidade no processo da sua realização», e de chamar a atenção para os «inventos e avanços técnicos» que permitiram o «triumfo de notáveis projectos», José Manuel Mendes deteve-se no contributo das descobertas para a renovação sociocultural e para o alargar de horizontes no espaço e nas ideias, factores que contribuiriam, disse, para «uma profunda viagem no viver colectivo dos povos».

«As vias desenhadas pelos êxitos náuticos dos nossos mareantes — fez ainda questão de sublinhar — serviram a febre de mercadejar, o ascenso burguês aos patamares do poderio económico e da organização do Estado; mas veicularam a avidez do pensamento crítico, contribuíram para a exaltação da experiência vivida, do método empírico, contra os dogmas medievais e as concepções reductoras da energia criativa».

«Sabemos, como os andarilhos das vagas de outrora — concluiu José Manuel Mendes — que o homem se autoconstrói, nada existe que não guarde a marca do seu dedo insatisfeito. E por isso a nós cabe-nos prosseguir a obra dos intrépidos das caravelas, quaisquer que sejam as tormentas, ou incidentes infaustos da hora que vai».



Situação escolar agrava-se

Escolas que não funcionam em toda a sua plenitude, cantinas e refeitórios fechados de que é exemplo a Avelar Brotero em Coimbra, falta de aquecimento nos estabelecimentos de ensino de Trás-os-Montes, falta de condições de segurança e acesso como acontece em Rio de Mouro, escolas superiores agrárias sem condições para funcionamento integral como é o caso de Beja, soluções por encontrar para a educação pré-escolar, manutenção de situações anómalas nas Faculdades de Letras, integração à força, contra a vontade dos próprios, dos ISEs e dos ISCA's no Ensino Politécnico, constituem alguns exemplos elucidativos do agravamento da situação escolar que neste momento é sentido na generalidade dos diferentes níveis de ensino.

De tudo isto falou a deputada comunista Lourdes Hespagnol, numa intervenção através da qual levou ao conhecimento da Assembleia

não apenas os casos concretos que comprovam o agravamento dos problemas como também a opinião de alunos, professores e encarregados de educação quanto às responsabilidades do Governo nesta matéria.

Responsabilidades que o Executivo sempre que pode procura alijar como recentemente aconteceu com a transferência para as autarquias de novas competências sem as correspondentes contrapartidas financeiras. Mas é também o caso, como lembrou a deputada comunista, da chantagem que exerce sobre as autarquias ao afirmar que uma dada escola (cuja construção é da responsabilidade do Poder Central) só avançará se a autarquia participar na obra com percentagem elevada.

E enquanto estes problemas subsistem, o País vai vivendo em regime de experiências pedagógicas, contra as quais nada há a opor,

mas que em caso algum poderão substituir, como salientou Lourdes Hespagnol, a efectiva resolução dos problemas, das carências e reclamações de todos os intervenientes no sistema educativo e que desejam a «sua efectiva democratização».

Ocupação violenta no Porto

Depois de salientar a necessidade de «dar início à implementação da lei de bases do sistema educativo» e de chamar a atenção para o carácter contraditório de muitos dos documentos preparatórios editados pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, Lourdes Hespagnol afirmou que o «Governo deve explicações ao País» sobre toda estas questões e concluiu pondo em relevo os contributos do PCP para a resolução dos problemas,

para uma educação mais justa e democrática.

Também a ocupação dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade da Câmara do Porto por uma força policial requisitada pelo governador civil mereceu um vivo protesto da bancada comunista no decorrer da mesma sessão plenária. Foi seu porta-voz o deputado António Mota a quem coube lembrar que esta ocupação é um «acto que viola gravemente a autonomia e direitos constitucionais do Poder Local democrático» e que colide com deliberações unânimes quer da Câmara quer do conselho administrativo dos SMGE.

Recordou António Mota que «nada justifica a ocupação policial de instalações municipais» e que tudo se torna tanto mais grave quanto «havia já um protocolo negociado entre a Câmara Municipal do Porto e a EDP com vista à recuperação do tarifário e à resolução dos problemas existentes».



Iniciativas do PCP

Interpelação do PCP ao Governo centrada sobre a política Agrícola e a Legislação Agrária

O agravamento da situação da agricultura (que atinge agricultores, rendeiros, seareiros, compartes e assalariados rurais), os novos perigos e graves ameaças decorrentes da legislação agrária anunciada pelo Governo, a persistência e o anúncio de novas ilegalidades e abusos de poder no quadro da liquidação das UCP's/Cooperativas da Zona da Reforma Agrária justificam plenamente a iniciativa do PCP.

Projectos de lei do PCP

Consagra o direito a «ano sabático» para os educadores de infância e professores do ensino básico e secundário.

A lei de Bases do Sistema Educativo prevê a atribuição aos docentes de períodos destinados à formação contínua.

De facto, as alterações de programas e metodologias, a introdução de novas tecnologias, o ritmo acelerado das mudanças exigem dos educadores e dos professores outros conhecimentos para além dos que adquirem na fase da formação inicial.

O Projecto do PCP ao garantir o direito de «ano sabático» aos educadores de infância e professores do ensino básico e secundário vem permitir a actualização científica e pedagógica destes docentes, criando condições para a melhoria da qualidade do ensino.

Elevação da Marinha Grande a cidade

Cidade industrial desde meados do século XVIII, Marinha Grande nasceu do povoado que se formou aquando da plantação do Pinhal de Leiria.

Com o 25 de Abril, o Poder Local democrático veio resolver as grandes carências básicas da Marinha Grande. A sua elevação a cidade é há muito aspiração da sua população.

O Provedor de Justiça e os direitos dos cidadãos

«Um provedor mais forte representará garantia acrescida para os direitos dos cidadãos», afirmou na passada semana Odete Santos, lembrando na oportunidade a disponibilidade do PCP para contribuir por inteiro para esse objectivo.

Estava-se num debate para a apreciação do Relatório do Provedor de Justiça, relatório esse que na opinião da deputada comunista traduz bem a importância e as raízes que esta instituição adquiriu na sociedade portuguesa.

Esta situação é tanto mais significativa quanto é sabido existir, como salientou, uma diminuta e precária informação dos direitos que assistem aos cidadãos, «informação que é cada vez mais cara e que por falta de canais suficientes que a levem aos mais carenciados e aos mais distantes dos centros

de decisão não municia de facto, devidamente tais cidadãos, para o exercício daqueles mesmos direitos».

Lembrou ainda Odete Santos que «muitos mais processos teria a seu cargo o Provedor de Justiça se os cidadãos deste País tivessem verdadeiramente ao seu dispor os meios necessários à apreensão de uma situação injusta e ilegal sem outro remédio que não seja a sofredora paciência de quem nada faz porque pouco ou nada sabe, porque de nada é informado».

Detendo-se no Estatuto legal do Provedor, a deputada comunista referiu que este carece de aperfeiçoamentos, acrescentando que o PCP está disposto, designadamente no âmbito da revisão constitucional, a colaborar nesse esforço, para o qual, de resto, já apresentou uma proposta.

Lê e divulga

O Militante

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica

Internacional

Ford, Grã-Bretanha

Mais de 32 mil trabalhadores em luta

Os cerca de 32 500 operários das 22 fábricas Ford, na Grã-Bretanha, iniciaram no passado dia 8 a sua primeira greve a nível nacional em 10 anos. A greve dos trabalhadores da Ford surge na sequência da sua recusa em aceitar o novo esquema de aumentos salariais apresentado pelo patronato, e que aponta para 7% de aumento este ano, com indexação à inflação, e 2,5% de aumentos nos dois anos seguintes. A greve dos trabalhadores da Ford insere-se no significativo movimento grevista desencadeado na última semana por diferentes sectores de trabalhadores, na que já é considerada a mais vasta onda de paralisações da última década.

Concretamente desenvolvem neste momento importantes lutas, os marneiros de seis portos do país, os enfermeiros, que na semana passada realizaram a sua primeira greve nacional de 24 horas, e os mineiros.

A luta, agora conjuntamente desencadeada a nível nacional, dos trabalhadores da Ford, já vem a arrastar-se do ano findo, e abarca um conjunto de questões que ultrapassam a batalha em torno dos aumentos salariais.

Em Novembro passado, milhares de trabalhadores da Ford e da General Motors, organizaram uma série de greves surpresa em fábricas-chave, face à recusa das direcções destas sociedades em aumentar os salários e reduzir os horários de trabalho.

Os trabalhadores manifestaram igualmente o seu protesto contra a tentativa do patronato de utilizar as negociações salariais para impor práticas de flexibilização do trabalho. Em particular o patronato pretendia

«premiar» com «prémios de flexibilidade» os trabalhadores que aceitassem, individualmente, regras de flexibilização.

A luta atingiu pontos culminantes, quando de uma greve-surpresa, a 9 de Novembro, organizada por 800 trabalhadores da manutenção em Helesowen, que rejeitaram as propostas patronais de introduzir regras de flexibilização, e ainda quando da acção sem precedentes dos trabalhadores do controlo de qualidade de Dagenham e de Dunton, em que mais de um milhar de membros da Associação dos trabalhadores científicos, técnicos e dos quadros, fizeram uma suspensão de trabalho e organizaram um piquete de greve.

Os técnicos de controlo de qualidade protestavam contra a proposta patronal que os privava da responsabilidade do controlo da qualidade, que passaria a ser atribuída a «chefes de grupo».

Esta proposta constitui o principal elemento do plano do patronato de introduzir



Manifestação contra o desemprego. Um problema que na Grã-Bretanha assume proporções particularmente graves, atingindo cerca de 15% da população activa

novas formas de organização do trabalho nas suas fábricas britânicas. O «chefe de grupo» seria recrutado entre os operários com base na «competência» (ou seja, na base da decisão patronal...) e receberia mais 10% que os outros trabalhadores em troca da função do controlo de qualidade, da produção e da utilização de materiais.

Já anteriormente, em Outubro, haviam sido desencadeadas greves, nas fábricas de Halewood, contra os chamados «círculos de qualidade». Na prática, e nas condições de capitalismo, fórmulas destinadas a dividir os trabalhadores e a levá-

los, muito concretamente, a participarem no agravamento da sua própria exploração.

Sindicatos são o alvo

A determinação dos trabalhadores da Ford na sua luta foi ainda particularmente reforçada quando do anúncio, pelo patronato, da abertura de uma nova fábrica em Dundee, na Escócia, não submetida ao acordo nacional que se aplica a todas as outras 21 fábricas da Ford na Grã-Bretanha.

Nos termos deste acordo nacional, são nomeadamente

reconhecidos: um mecanismo de negociações à escala nacional para todos os sindicatos cujos membros trabalhem na Ford, ainda uma estrutura única de salários e de condições de trabalho em todas as fábricas Ford, o sistema de sindicalização de todos os trabalhadores numa empresa ou oficina característico do movimento sindical britânico.

São conquistas fruto de anos e anos de luta.

Na nova fábrica de Dundee, os salários serão mais baixos e um único sindicato é reconhecido (por escolha do patronato).

É o próprio movimento sin-

dical britânico que é posto em causa pelos patrões da Ford.

Estes e outros factos foram analisados e denunciados no Congresso dos Sindicatos britânicos (TUC), realizado em Outubro passado em Blackpool (apesar das contradições e diferentes correntes existentes no seu seio).

Em particular foi denunciada no Congresso a política do governo de Thatcher no sentido de dismantlar, em diversos sectores, os mecanismos de negociação à escala nacional — reduzindo assim o poder de negociação dos sindicatos, nomeadamente no ensino e na função pública.

O exemplo de Dundee bem testemunha que são coincidentes as práticas do patronato e do seu governo.

O TUC considera mesmo que os poderes do Estado têm vindo a ser utilizados contra os trabalhadores em luta, numa escala sem precedentes.

Neste quadro de fundo, a luta dos trabalhadores da Ford, e a vaga grevista destas semanas, assumem particular importância.

Como batalha em defesa das condições de vida dos trabalhadores.

Como batalha em defesa de importantes conquistas, de direitos fundamentais que a política de Thatcher, e a política de outros governos na Europa capitalista, estão a pôr directamente em cheque.

Carlucci e a «compreensão» do Governo de Cavaco

Esfumaram-se num ápice as pretensas posições de «firmeza», por parte do Governo português, face à administração norte-americana, no que se refere às «contrapartidas» devidas pela cedência da base das Lajes.

Carlucci veio por Lisboa, manteve conversações com Cavaco Silva e os ministros de Defesa e dos Negócios Estrangeiros, e o que nas vésperas era «insustentável», se transmutou em «compreensão».

Usando as palavras do ministro da Defesa, Eurico de Melo, «compreensão pelos problemas que tem a administração dos Estados Unidos».

Das «contrapartidas» restaram os 117 milhões de dólares programados por Washington (208 milhões em 85). A que se irá somar, à laia de compensação, material militar excedentário norte-americano. Ou seja, os restos que às FA dos EUA já não interessam. Tudo isto na base de simples garantias verbais, sem qualquer base jurídica. Naturalmente em nome da «amizade», e da «compreensão»... Na verdade em nome da mais total subserviência.

E importa bem sublinhar que o que está em causa não é propriamente o montante de «contrapartidas». A soberania do País não tem preço. Os comunistas portugueses têm sido bem claros quanto a isso.

Está em causa que a simples presença de um secretário norte-americano de De-

fesa no nosso país, limpa em poucas horas terreno para fazer da posição americana a lei.

Está em causa que mesmo os acordos escritos (por que agora as promessas foram pura e simplesmente verbais) só são para respeitar se e quando do interesse do governo de Washington. Concretamente o documento firmado em 1951 e renovado em 1983, estabelece que as «contrapartidas» pagas pelos Estados Unidos teriam uma «tendência de crescimento», e admite a possibilidade de revisão dos seus termos — possibilidade em que a Casa Branca não está interessada. E que assim o governo português não utiliza.

Está em causa fundamentalmente a posição do Governo de Cavaco, face aos Estados Unidos, face à defesa dos interesses e da soberania nacional.

Porque nem só das Lajes se trata.

Trata-se também de Almodôvar. E Carlucci veio também aqui falar da instalação de uma estação de rastreio em Almodôvar (instrumento da «guerra das estrelas»). E discutir «formas compensatórias» de mais um passo de alienação de soberania nacional, mais um passo de participação directa numa política de corrida aos armamentos.

E trata-se também dos F-16, que num prazo de três anos deverão ser retirados de Espanha.

Neste particular, é o próprio «Semanário» que comenta, referindo-se ainda à posição portuguesa face às «contrapartidas» das Lajes: «a atitude portuguesa adquiriu um valor redobrado quando se sabe que os 72 F-16 vão sair de Espanha».

F-16

O secretário de Defesa dos Estados Unidos declarou, quando da sua passagem por Lisboa, que os F-16 não virão para Portugal, acrescentando que iria discutir o seu destino com o governo italiano.

Mas a realidade não decorre dessa forma simplificada, que seríamos levados a deduzir das palavras de Carlucci.

As notícias entretanto divulgadas indicam que se têm vindo a manifestar divisões, no seio do governo italiano, quanto a tal perspectiva. Grosso-modo, liberais, democrata-cristãos, sociais-democratas e republicanos, estariam de acordo com a posição do ministro da Defesa, Valério Zanone, liberal: o governo italiano estará disposto a aceitar os F-16, após uma decisão da NATO nesse sentido, e desde que os aparelhos não sejam portadores de arsenal nuclear (o que na prática não se poderá impedir completamente...).

Entretanto — e também ao nível do poder, e não da oposição — a posição do PS, a posição de Craxi, é oposta. Craxi afirma que a Itália não pode aceitar os «restos» que a Espanha rejeita. E diz: «Quando falei sobre os F-16 foi com base nas informações de que disponho, segundo as quais decorrem negociações entre Espanha e Portugal quanto aos caça-bombardeiros. Por isso afirmo que os F-16 podiam perfeitamente permanecer na Península Ibérica, não entendendo com isto a Espanha nas sim Portugal».

São declarações que valem por si.

Por outro lado, e muito justamente, desde já se er-



Carlucci uma vez mais em Portugal, uma vez mais para garantir a aquiescência do governo aos interesses de Washington

guem protestos populares em Itália, contra a possibilidade de instalação no país dos F-16. Protestos que vêm concretamente da cidade italiana de Comiso, em cuja região está instalada uma base da NATO de mísseis de cruzeiro, que agora ficaria «vaga» por força do tratado soviético-americano de eliminação de mísseis de médio e curto alcance. Salvatore Zago, presidente comunista da Câmara Municipal de Comiso, afirmou aos jornalistas: «aproveitaremos todas as oportunidades para impedir a utilização com fins militares

da base de mísseis nucleares em Comiso».

E se em Itália se erguerem barreiras inultrapassáveis à instalação dos F-16? Que valerão nesse caso as declarações de Carlucci? Que garantias nos dá o Governo de Cavaco?

A não instalação dos F-16 em Portugal só tem uma linha de segurança — a nossa luta contra a política do Governo de Cavaco. Luta contra a sua política antipopular. E também luta contra as posições de subserviência política face ao imperialismo norte-americano.

Internacional

Relações Portugal-Angola

Personalidades nacionais fazem exposição ao PR

Personalidades portuguesas enviaram no passado dia 4 uma exposição ao Presidente da República, Mário Soares, exprimindo a sua preocupação quanto à questão das relações Portugal-RPA e as tentativas de envolver órgãos de soberania portugueses numa campanha internacional de desestabilização contra o MPLA-PT e a República Popular de Angola. A iniciativa, que coincidiu com o 27.º aniversário do início da luta armada de libertação de Angola, tem como primeiros subscritores o engenheiro Aquilino Ribeiro Machado, o deputado Carlos Candal, o professor Fernando Piteira Santos, o empresário Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, o escritor José Saramago, o empresário Luís Metello, o engenheiro João Avelino Cunha Serra, o professor Orlando de Carvalho, o pedagogo Rui Grácio, o economista Sérgio Ribeiro e o investigador Silas Cerqueira, continuando a receber adesões de todo o país.

Na sua exposição, os signatários lamentam constatar que «não estão a ter a sequência desejada, no nosso país, as rasgadas perspectivas abertas pela histórica visita do Presidente José Eduardo dos Santos», e apontam algumas das razões para esse facto.

Sucedem-se em Portugal — dizem — acontecimentos susceptíveis de ofender os sentimentos e a amizade entre o povo angolano e o povo português e de pôr em causa o desenvolvimento positivo das re-

lações de cooperação entre os dois Estados. Continuam a movimentar-se no território nacional, sob pretextos diversos e beneficiando de facilidades, agentes do terrorismo ao serviço da política de agressão e de guerra do regime do apartheid, nomeadamente contra a República Popular de Angola, com o apoio da administração Reagan dos EUA.

Esboçam-se mesmo, refere a exposição a Mário Soares, tentativas de envolver, indirecta ou directa-

mente, órgãos de soberania portugueses numa crescente campanha internacional de desestabilização contra o MPLA-PT e a República Popular de Angola, em coincidência com o agravamento da agressão militar externa da África do Sul, de que é alvo principal a independência e soberania de Angola.

Segundo os signatários, insere-se neste contexto a eventual visita de Jonas Savimbi a Portugal, apontado como «um agente, responsável por terrorismo ao serviço da agressão racista estrangeira contra o seu próprio povo», bem como a promoção da «entrada ilegal em zona fronteiriça do sul de Angola — que a África do Sul ocupa militarmente e onde mantém instalado o referido chefe terrorista — de personalidades portuguesas com responsabilidades públicas».

Como se sublinha, toda esta operação, a ter sucesso, acarretaria forçosamente o prolongamento e até o reforço da agressão e da guerra do regime do apartheid contra a República Popular de Angola.

A fim de evitar que tal suceda, os signatários da expo-

sição consideram premente que:

- Portugal e os órgãos de soberania competentes se demarquem de uma forma totalmente clara e definitiva de quaisquer campanhas e acções de desestabilização contra a República Popular de Angola e o seu Governo legítimo;

- De modo nenhum e a nenhum título, possa vir a ser eventualmente autorizada a passagem ou entrada em território português de qualquer chefe terrorista, no caso vertente antiangolano, nomeadamente Jonas Savimbi, o que, além de tudo o mais, se tornaria perigosamente lesivo do interesse nacional no plano das boas relações de cooperação com a RPA;

- Muito menos possam Portugal, ou círculos oficiais portugueses, aparecer ou oferecer-se como «intermediários» ou «mediadores» entre responsáveis de grupos terroristas antiangolanos e a República Popular de Angola, que rejeita liminarmente tais grupos terroristas e ofertas de mediação, bem como rejeita quaisquer tentativas de fazer passar o que é invasão dos racistas sul-africanos por «guerra civil» — tudo isto servindo apenas para atrasar o processo de negociação efectiva do fim da ocupação sul-africana e a retirada dos agressores racistas, e assim prolongar a guerra, a destruição e a morte que vitimam o povo angolano;

- Em geral cessem todas as facilidades usufruídas em território português por grupos organizados de terroristas ao serviço dos racistas sul-africanos, assim como os apoios de Portugal para o regime opressor e agressor do apartheid, em contradição frontal com os princípios e normas do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, e respectivas resoluções para cuja votação Portugal deveria de ora em diante concorrer, e com os ideais democráticos, anti-racistas, solidários do povo português;

- Assim se criem condições para avançar significativamente no caminho do desenvolvimento de uma cooperação — económica, tecnológica, científica, cultural, social, político-diplomática, inter-estatal e popular — de novo tipo entre Portugal e a República Popular de Angola, assente numa base de princípios de igualdade, respeito mútuo, não ingerência, reciprocidade de interesses e vantagens, e tendo como componente a solidariedade portuguesa contra a opressão, agressão e guerra não declarada do regime do apartheid — o que de resto é indissociável de toda a cooperação bilateral com os demais Estados da Linha da Frente e países africanos de língua oficial portuguesa.

Apartheid condenado por países nórdicos

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia e Finlândia divulgaram há dias uma declaração conjunta condenando o regime de apartheid na África do Sul.

Os subscritores do documento exortam o governo sul-africano a libertar de imediato todos os presos políticos e a cessar as perseguições aos dirigentes e membros do Congresso Nacional Africano (ANC) e dos restantes partidos políticos e organizações anti-apartheid.

Os ministros decidiram ainda convidar Govan Mbeki, dirigente do ANC recentemente libertado após 23 anos de cadeia, a visitar os países nórdicos.

Apesar do seu crescente isolamento internacional, o governo de Pretória continua a apostar na sobrevivência do apartheid. Segundo a revista «Paratus», órgão do Ministério da Defesa sul-africano, está em vias de criação no país uma nova estrutura de combate às «desordens internas». Trata-se de uma organização integrada pelo exército, a polícia e a população branca.

O novo sistema visa a transformação do país num «acampamento militar invencível», através da implementação de uma «defesa territorial global» capaz de fazer frente a uma hipotética «ameaça de invasão» por parte dos países da Linha da Frente e uma «insurreição» da maioria negra.

De acordo com a revista, a «manutenção da ordem interna» passará a ser assegurada por grupos de «comandos» constituídos por civis, que actuarão dentro das normas militares. A sua função será a de patrulhar as cidades e povoações negras, defender empresas e outras instalações, guardar postos de vigia e recolher informações sobre as organizações democráticas.

Os comandos têm direito de usar armas e de as distribuir a conhecidos e devem «actuar imediatamente contra os instigadores de desordens», até à intervenção das tropas regulares.

Com esta organização, afirma a «Paratus», será possível criar um escudo seguro para a protecção do sistema contra a «ofensiva comunista».

É caso para dizer que os racistas sul-africanos têm medo mas não têm emenda.

Entretanto, na última conferência dos bispos católicos sul-africanos, o enviado pessoal do Papa João Paulo II, Mario Cassari, sublinhou a grande importância do papel dos sacerdotes na luta por uma nova África do Sul.

As autoridades introduziram a censura rigorosa da imprensa, encarceraram pessoas inocentes e aumentam a repressão, disse Cassari, o que incita os religiosos sul-africanos a desenvolverem acções mais enérgicas pela afirmação dos ideais da paz e da razão no seu país.

Dia dos Heróis moçambicanos

A República Popular de Moçambique homenageou no passado dia 3, data da morte do fundador da Frelimo, Eduardo Mondlane, todos os heróis nacionais caídos na luta contra o colonialismo.

O último número da revista moçambicana «Tempo» refere, a propósito da efeméride, que o Dia dos Heróis é um momento de reflexão sobre o que deve ser feito para defender a independência e a liberdade.

Como a revista afirma, apesar das forças armadas terem conseguido aniquilar ultimamente uma série de importantes bases da «Renamo», o terror e a violência mantêm-se nas zonas sul do país.

Segundo a agência «AIM», mais de mil civis morreram, no segundo semestre de 1987, vítimas de acções criminosas. A tática actual da contra-revolução assenta no terror contra a população através do qual se pretende criar uma situação caótica no país, cortando as comunicações entre as províncias e a cidade de Maputo, isolando o centro político e económico do país, escreve a revista «Tempo».

Sindicatos colombianos contra o terrorismo

A Central Unitária de Trabalhadores da Colômbia apelou às forças democráticas do país para que se unam na criação de uma frente contra a violência terrorista que assola o país.

No comunicado divulgado pela Central afirma-se que a situação política da Colômbia se agravou sensivelmente devido ao aumento da actividade dos terroristas ligados aos grupos políticos reaccionários e aos traficantes de drogas.

As acções terroristas, diz ainda a CUT, visam fazer gorar as eleições autárquicas marcadas para o próximo mês de Março, assim como criar condições para o estabelecimento de um regime de direita no país. A actual situação política, acrescenta, exige o início imediato do diálogo entre o governo e as forças políticas que defendem a democracia e se manifestam por transformações económicas e sociopolíticas progressistas na Colômbia.

Os salões da Casa do Alentejo, em Lisboa, foram pequenos para acolher quantos ali acorreram no passado dia 4, para com a sua presença se solidarizarem com a heróica

luta do povo angolano, pela libertação e independência nacional, iniciada há 27 anos.

A sessão solene que assinalou a efeméride contou com a presença do

embaixador da RPA em Lisboa, Mawette Batista, o presidente da AAPA, Daniel de Matos, Maria Louro, da Comissão de Paz de Lisboa, Diogenes Boavida, ex-ministro da Justiça angolano e vice-presidente da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos, Ivone Tuta, Pezarat Correia, o ministro angolano das Pescas, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho e muitas outras personalidades.

A condenação da política agressiva da África do Sul e o apoio às iniciativas de Angola em prol da paz na África Austral foram o tema dominante da sessão.



Internacional

Médio Oriente

CEE apoia Conferência Internacional

A Comunidade Económica Europeia (CEE) pronunciou-se há dias a favor da realização de uma conferência internacional de paz sobre o Médio Oriente, com a participação de todos os países e organizações envolvidas na questão, ao mesmo tempo que instava o governo de Israel a respeitar as decisões da ONU e a Convenção de Genebra no que se refere à situação dos palestinianos nos territórios ocupados.

Esta posição, tomada numa reunião a que assistiu o rei Hussein, da Jordânia, assume particular significado, dado o recente veto dos Estados Unidos à resolução do Conselho de Segurança da ONU exigindo que Israel respeitasse a Quarta Convenção de Genebra (protecção das populações civis em tempo de guerra) e preconizando uma solução global para a questão do Médio Oriente.

A oposição norte-americana àquela resolução, numa altura em que as iniciativas diplomáticas do presidente egípcio Hosni Mubarak e do rei Hussein da Jordânia, nas principais capitais europeias, capitalizam apoios para a concretização da conferência internacional, põe uma vez mais em evidência a comunhão de pontos de vista entre os EUA e Israel.

Uma coincidência que, sendo um obstáculo aos esforços de paz para o Médio Oriente, contribui objectivamente para o agravamento da tensão nos territórios árabes ocupados, onde a repressão israelita continua a

provocar vítimas.

As notícias do passado fim-de-semana são preocupantes. Às manifestações de protesto da população civil contra a ocupação, as tropas israelitas respondem com rajadas de metralhadora, espancamentos até à morte, prisões indiscriminadas.

Bernard Mills, director do organismo das Nações Unidas de auxílio aos refugiados palestinianos, declarou às agências noticiosas que só no passado domingo um centro de saúde da organização no campo de Jabalya, prestou assistência a 42 palestinianos vítimas de espancamentos pelos militares. Um

dos socorridos tinha apenas quatro anos!

Segundo Bernard Mills, foi o espancamento que levou à morte o jovem Ayman Aqel, de 16 anos, raptado domingo por soldados israelitas e encontrado mais tarde, já moribundo.

Na segunda-feira, após o funeral do jovem, as tropas israelitas dispersaram a tiro uma manifestação de protesto, ferindo uma criança com onze anos e outra com quinze.

A bestialidade da repressão, internacionalmente condenada, não tem impedido o prosseguimento do levantamento popular que se regista nos territórios desde 9 de Dezembro último. Assinalando a data, anteontem, nova greve geral foi declarada, tendo-se efectuado manifestações em todos os territórios. Na mesma ocasião, os dignitários religiosos das mesquitas de Beil Umbar, próximo de Hebron, apelaram aos fiéis para que cortassem a estrada que liga a cidade a Jerusalém.

«Há um limite»

A violência na Cisjordânia e na Faixa de Gaza está a



Espancamento de civis palestinianos, por vezes até à morte, tornou-se uma prática dos ocupantes israelitas nos territórios ocupados

provocar também um crescente mal-estar em Israel, em particular entre os jovens reservistas que se recusam a prestar serviço militar nos territórios ocupados.

Ofer Kassim, de 24 anos, passou recentemente vinte e oito dias na prisão por se recusar, como ele próprio diz, «a ir bater nos palestinianos com uma matraca». Foi o primeiro, de uns trezentos israelitas que nas últimas semanas se recusaram a servir nos territórios ocupados, a pagar a sua recusa com a prisão.

Membro do movimento «Há um limite», criado em 1982 pelos soldados que então recusavam ir para o Líbano, Kassim é um dos muitos jovens para quem a situação se tornou insustentável. Hoje, para além do Líbano, há mais uma fronteira que se recusam a passar: é a «linha verde» que separa Israel dos territórios árabes.

Da sua passagem pela prisão Ofer Kassim conta: «A

maioria (dos outros militares) sem estar de acordo com a recusa em servir, compreendia as minhas razões e achava-as legítimas; não tive problemas sérios a não ser com um soldado que tinha sido condenado a um mês de prisão por ter morto um árabe ao reprimir uma manifestação em Hebron. Allás tinha sido condenado não por ter atirado mas por o ter feito "sem respeitar as regras". Estava furioso: considerava que era uma injustiça e que o Estado lhe devia dar uma medalha por ter morto um árabe».

É um testemunho que dispensa comentários. Os Estados Unidos, enquanto principal apoio do governo israelita, têm de aceitar que não se pode perder mais tempo na procura de uma solução pacífica para o Médio Oriente. Há um limite para o que é humanamente aceitável e Israel está a ultrapassá-lo perigosamente.

«A notícia do acordo de cessar-fogo e da retirada das tropas americanas do Vietnã no prazo de 60 dias foi acolhida com imensa alegria pelos povos do mundo inteiro, por todos os homens e mulheres amantes da paz e da justiça, por todos aqueles que prezam a independência dos povos. Tal facto, representa uma grande vitória para o povo vietnamita. Mas é também uma vitória para os seus aliados, para todos os que o ajudaram material, política e moralmente na sua resistência aos agressores, para as forças do socialismo e da paz no seu conjunto. (...)

A maior potência imperialista do mundo, com todo o seu poder económico e militar, que chegou a ter no Vietnã cerca de 550 000 homens e várias dezenas de milhares dos seus aliados sul-coreanos, tailandeses e filipinos, nada pôde contra um povo decidido a não se deixar submeter, apoiado na sua coragem, na justiça da sua causa e na solidariedade internacional. O acordo que os agressores americanos foram forçados a assinar impõe não só a retirada das tropas mas também a desminagem dos portos, a libertação dos prisioneiros de guerra e dos presos políticos e o pagamento de reparações para a reconstrução da Indochina.

Ao povo americano «a guerra mais longa e mais difícil» da sua história, segundo a expressão de Nixon, custou mais de 3500 milhões de contos (só a partir de 1965) e 46 mil mortos, além de mais de 150 mil feridos tratados em hospitais e outros tantos sem tratamento hospitalar. Ao povo vietnamita, para além das imensas perdas materiais, das destruições sem fim de bens preciosos, de cidades e aldeias, pelos bombardeamentos criminosos feitos apenas com o fim de arrasar tudo, além de tudo isto que custou a guerra, ela custou a vida a mais de dois milhões de pessoas e sofrimentos enormes a todo o povo.»

(«Grande vitória do povo do Vietnã» - «Avante!», VI Série, n.º 450, Fevereiro 1973)

AVANTE!

«Com os mais ferozes métodos de repressão, que culminaram com o massacre de Londonderry, mostrando a sua odiosa face de opressão, o imperialismo britânico, através do governo conservador de Heath, procura sufocar os profundos anseios de liberdade do povo irlandês.

Para condenar esta violência criminoso, o povo irlandês, tanto no norte como no sul, levantou-se em bloco: a embaixada inglesa em Dublin foi incendiada; grandes manifestações tiveram lugar simultaneamente em várias cidades da Irlanda do Norte e da República da Irlanda. A manifestação marcada para 6 de Fevereiro em Newry (Irlanda do Norte), a o apelo da Associação para os Direitos Cívicos, apesar de proibida e da presença ameaçadora de 15 000 soldados ingleses, teve lugar, imposta por mais de 50 000 manifestantes, na mais poderosa manifestação de massas de que há memória há dezenas de anos.

O Comité Nacional do Partido Comunista da Irlanda afirmava numa declaração recente: (...) «Os únicos meios que permitirão defender os interesses do povo e infligir uma derrota aos governos britânico e unionista são os que se fundam na unidade e na participação das massas num largo movimento de resistência».

As potentes acções de massas contra o decreto de internamento de Agosto passado, à sombra do qual mais de 2500 patriotas foram levados para campos de concentração onde têm sido submetidos a selváticas torturas, indicam que estas palavras de ordem encontram o bom acolhimento das massas populares (...)

(«Solidariedade ao povo irlandês em luta» - «Avante!», VI Série, n.º 430, Fevereiro 1972)

Barco da paz

Partiu ontem de Atenas, com destino a Haifa, porto da Palestina ocupada, o «Barco da Paz». A bordo vão refugiados palestinianos, deportados por Israel, e delegações de diferentes países que assim manifestam a sua solidariedade à luta do povo palestiniano.

Como disse a propósito desta iniciativa o dirigente da OLP, Yasser Arafat, os palestinianos que se propõem regressar à pátria fazem-no «com a esperança de exercer o

seu direito natural de viver dignamente e em liberdade na terra dos seus antepassados».

Um gesto simbólico, a que se juntaram portugueses, em representação do PCP, PS, PRD, MDP, JSD, do Sindicato dos Jornalistas, do Sindicato dos Professores, da CGTP-Intersindical Nacional, do Comité de Solidariedade com os Direitos Humanos do Povo Palestiniano e do Conselho Português para a Paz e Cooperação, entre outros.

Afeganistão, a paz possível

«Tentando contribuir para o rápido e bom termo das negociações afegano-paquistanesas em Genebra, os governos da URSS e do Afeganistão acordaram em estabelecer uma data concreta do início da retirada das tropas soviéticas - 15 de Maio de 1988 - e concluí-la dentro de 10 meses». Esta a proposta concreta avançada por Gorbatchov numa declaração difundida no passado dia 8.

À proposta, junta-se a análise das permissas, prazos e aspectos políticos que lhe estão ligados. Das questões que se prendem ao processo de retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. E ainda o realçar da importância e significado internacional deste passo.

De tudo isto damos aqui conta, de forma resumida embora. Porque importa que não passe despercebida a importância política do que estamos a viver, e que em poucas palavras Gorbatchov sintetiza: «a regularização política do problema do Afeganistão coloca desde já uma questão: qual é o próximo conflito a ser resolvido?»

«Presentemente, terminou nas conversações de Genebra a elaboração dos documentos sobre todos os aspectos da regularização. Entre esses documentos, figuram acordos afegano-paquistaneses sobre a não-ingerência nos assuntos da outra parte e sobre o regresso dos refugiados afegãos do Paquistão, garantias internacionais de não intervenção nos

assuntos internos da República do Afeganistão e sobre a interligação de todos os elementos da regularização política. Existe um entendimento sobre a criação de um mecanismo de verificação.

«Que resta então fazer? Estabelecer prazos aceitáveis para todos da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Tenho em vista somente os prazos, já que a decisão política sobre a retirada das tropas soviéticas foi por nós tomada conjuntamente com a direcção afegã há algum tempo».

Entre os aspectos políticos que a questão dos prazos envolve, Gorbatchov destaca: «a retirada das tropas soviéticas está ligada, naturalmente, à não admissão da ingerência nos assuntos internos do Afeganistão».

Para entretanto alertar: «Isto não quer dizer, certamente que ninguém poderá agora bloquear a regularização e fazer retroceder as

conversações. Desejaria não acreditar que haverá Estados ou políticos que se responsabilizem perante o povo do Afeganistão e outros povos pelo malogro da regularização».

A paz é possível?

«Pergunta-se, não se intensificarão ainda mais os confrontos militares após a retirada das tropas soviéticas? Não convém tentarmos fazer vaticínios, mas penso que é possível evitar um tal evoluir dos acontecimentos, se aqueles que lutam agora contra os seus irmãos assumirem uma posição de responsabilidade e procurarem aderir na prática à construção da vida pacífica. Se se guiarem pelas emoções, multiplicadas pelo fanatismo, e não pela voz da razão, vão deparar com a crescente aspiração do povo afegão à reconciliação no país e com os

compromissos dos Estados de não mais se imiscuirem nos assuntos internos daquele país».

O «nó afegão desfeito»

«Assim que o «nó afegão» for desfeito, este facto influirá profundamente sobre outros conflitos regionais.»

«A Terra está literalmente infestada por estes focos perigosos. Cada um destes conflitos, quer seja do Afeganistão ou do Médio Oriente - onde ocorre a guerra entre o Irão e o Iraque - da África do Sul, do Kampuchea ou da América Central, implica a dor não só dos povos directamente envolvidos, como também a dor de todos».

«Levar a regularização política no Afeganistão até ao fim constituirá uma importante ruptura na cadeia de conflitos regionais».



2.º ENCONTRO NACIONAL de SAÚDE

27 e 28 de Fevereiro de 1988 - Lisboa
na sede da
JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Nos próximos dias 27 e 28 deste mês, cerca de 400 camaradas oriundos de todo o País, especialmente técnicos de saúde dos mais variados níveis mas também membros de autarquias, sindicatos e colectividades, para além de muitos convidados de fora do Partido, especialistas do sector, vão encontrar-se em Lisboa numa iniciativa aberta à reflexão e ao debate devidamente organizado sobre a situação actual da Saúde no nosso país. Trata-se do 2.º Encontro Nacional, promovido pelo PCP e que tem vindo a ser preparado em diferentes regiões, nomeadamente através de encontros de quadros no Porto, Coimbra, Lisboa e Évora, agrupando vários distritos.

Aprofundar um debate

Como assinala o desdobrável de divulgação da iniciativa, que decorrerá na sede da Junta de Freguesia de Alcântara, se o 1.º Encontro de Saúde traçou orientações gerais e definiu o que entendemos por SNS, o 2.º Encontro vai alargar e aprofundar o debate colectivo sobre uma série de temas que, pela sua actualidade ou falta de discussão, necessitam de uma posição própria e responsável do PCP.

atrasada, ou que sejam mais polémicos mesmo dentro do Partido, o fundamental será tentar «acertar agulhas», avançando-se no seu debate dinâmico, sem preocupações de chegar a conclusões definitivas.

Sublinhando a importância das actividades preparatórias do Encontro, João Camilo apontou a título de exemplo o projecto em curso na região de Lisboa, com reuniões convocadas por temas e não por organizações, proporcionando assim mais interesse e objectividade à discussão.

Um outro ponto de referência na breve conversa que mantivemos

Também para o sector da Saúde o PCP tem alternativas

■ José Paulo Oliveira

A Comissão Nacional Organizadora (CNO) composta por membros das várias regiões do País, dinamiza e coordena já um vasto conjunto de trabalhos preparatórios que continuarão nos dias 27 e 28 de Fevereiro através do debate em 4 secções dos temas propostos e da apresentação em plenário das principais conclusões.

O porquê do adiamento

Em breve conversa com o «Avante!», o dr. João Camilo, um dos camaradas ligados à preparação do Encontro, recorda que a iniciativa chegou a estar marcada para 6 e 7 deste mês (o último fim-de-semana), tendo sido adiado devido à realização nesses dias, de manifestações e concentrações em vários pontos do País, envolvidos nos últimos tempos em importantes acções de luta.

Apesar do horário do encontro garantir bastante tempo para debate das secções temáticas, como nos refere João Camilo, não haverá tempo para se poder tratar de tudo com profundidade. Por isso, o Encontro começa «antes» do dia 27. Aliás, já começou com o lançamento de um intenso debate em torno dos documentos-base elaborados por grupos de trabalho específicos.

Acertar agulhas

Em relação a temas cujo grau de discussão esteja ainda numa fase

com o camarada Camilo prende-se com a participação em número e qualidade de técnicos de saúde convidados, que não sendo comunistas colaboram numa iniciativa de especial significado social, sem paralelo na vida portuguesa. A sua participação neste Encontro constituirá um extraordinário contributo para a valorização da iniciativa, aguardada com muito interesse.

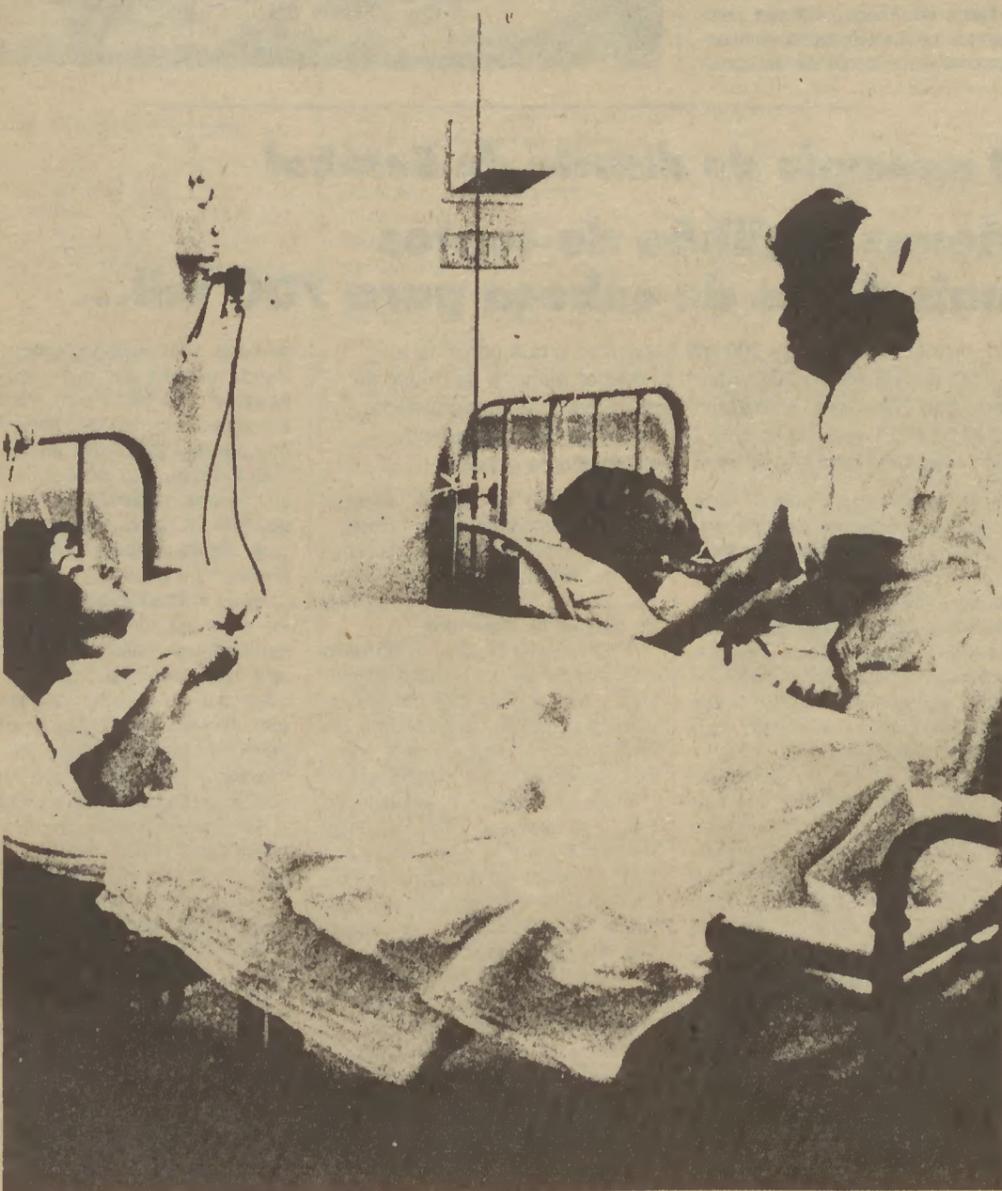
Integrada num esforço de divulgação das conclusões e das grandes linhas de força a sair do Encontro Nacional, está prevista a publicação, para ampla distribuição, da Resolução Política e dos principais documentos a aprovar.

Os camaradas de fora de Lisboa devem solicitar alojamento, que será garantido. Os trabalhos do Encontro serão abertos à comunicação social.

Ministério ou empresa?

Como nos diria João Camilo, o Encontro Nacional do PCP surge numa altura em que há uma modificação qualitativa na saúde em Portugal. Deliberadamente, o serviço público é posto em causa. A ministra Beleza dirige o Ministério da Saúde como se fosse uma empresa, que obrigatoriamente tem de dar lucro, rodeando-se de homens ligados aos Mellos, colocados em postos-chave desse departamento governamental. Abrem-se as portas às multinacionais e aos grandes grupos económicos e financeiros.

A fúria reprivatizadora, a «rentabilização» pró-capitalista, o ódio ao Serviço Nacional de Saúde, a insta-





2.º ENCONTRO NACIONAL de SAÚDE

27 e 28 de Fevereiro de 1988 – Lisboa
na sede da
JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

bilidade profissional dos trabalhadores do sector, o encerramento de serviços em unidades hospitalares e as ameaças firmes contra a sua própria existência (veja-se o caso do Júlio de Matos em Lisboa) – são pontos salientes duma política que merece a condenação geral do País, que, entretanto, continua a marcar passo na cauda da Europa quanto a cuidados de saúde.

Em vez de tomar medidas para nos fazer tirar dessa posição, Cavaço, Beleza e o Governo PSD estão mais interessados numa política de constante degradação do serviço público, arrastando a situação para um ponto em que a saúde se divida de facto em dois campos opostos:

para os ricos, boas clínicas com atendimento de cinco estrelas, na base de um dispendioso seguro de doença; e para os pobres, sob o signo da esmola e da caridade, condenando muita gente, como no fascismo, aos hospitais das misericórdias. É contra esta política que os portugueses devem estar mobilizados e esclarecidos.

Sabemos o que queremos

Como salienta o desdobrável agora divulgado pelos comunistas da saúde, «os oito anos decorridos sobre o 1.º Encontro Nacional vieram provar à saciedade a justeza e a adequação das medidas por nós

sucedivamente apresentadas e definidas».

Com efeito, «o caos a que chegaram os serviços de saúde em Portugal poderia muito bem ter sido evitado se muitas das soluções por nós propostas tivessem sido implementadas», as quais passam, naturalmente, pela dignificação, desenvolvimento e modernização nos serviços públicos e o estímulo aos profissionais que labutam no sector.

«Nunca tivemos a pretensão», diz o desdobrável, «de saber tudo e, sobre tudo, ter a última palavra. Desde 1975 que temos ouvido, discutido e examinado conjuntamente com técnicos de saúde, democratas independentes ou de outras forças

políticas, as melhores soluções para os gravíssimos problemas que se colocam à saúde do nosso povo».

Hoje, conclui o documento, podemos dizer que **sabemos o que queremos**. «Temos para os problemas da saúde propostas concretas de solução e estamos a encetar uma discussão aprofundada para melhorar ainda mais o nosso conhecimento do sector. A política de desastre e de doença dos sucessivos governos, dizemos: **na saúde também temos alternativa**». E é importante, acrescentamos nós, que as ideias e as propostas que dão corpo a essa alternativa sejam levadas de forma dinâmica ao conhecimento das populações. ■

Encontro em Braga

A saúde está, claramente, na ordem do dia em Portugal. Infelizmente esta situação de evidência não está relacionada com quaisquer avanços na almejada meta de mais e melhor saúde para todos, mas pelo contrário, devido à degradação visível no nível de prestação de cuidados de saúde, que atinge níveis preocupantes, e é motivo de grande insatisfação não só para os utentes dos serviços públicos de saúde, mas igualmente para todos os trabalhadores destes serviços.

Consciente desta situação, o PCP decidiu realizar o 2.º Encontro Nacional de Saúde, que se realiza em Lisboa nos dias 27 e 28 de Fevereiro.

Enquadrando-se na preparação deste Encontro, o Sector da Saúde de Braga do PCP vai efectuar um encontro distrital de militantes que de alguma maneira se interessam por este problema. A iniciativa realiza-se no próximo sábado (dia 13), a partir das 15 horas, em Braga, na Casa dos Crivos.

■ O Sector da Saúde do distrito de Braga do PCP

4 secções temáticas

24 tópicos em perspectiva

6 horas de debate

Estão previstas, no funcionamento do 2.º Encontro da Saúde, cerca de seis horas de debate nas quatro secções temáticas que preencherão o fim da tarde do dia 27 e toda a manhã do dia 28 nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara.

Vejamos, então, quais as quatro secções e os respectivos tópicos de debate:

1.ª Secção – Serviço Nacional de Saúde

- Gestão e órgãos do SNS
- Saúde Ocupacional
- Urgência(s)
- Articulação de cuidados primários e diferenciados
- Saúde mental
- Novas tecnologias.

2.ª Secção – Sector privado/Subsistemas

- Clínica privada/Convenção/Subsistemas (ADSE, SAMS, etc.) e seu relacionamento com o SNS
- Seguro/doença
- Misericórdias
- Propriedade da farmácia.

3.ª Secção – Utentes e Serviço Nacional de Saúde

- Direitos do utente
- Gabinete do utente
- Acesso aos serviços de saúde
- Humanização dos serviços
- Participação na gestão dos serviços
- Despesas com a saúde no orçamento familiar
- Formas de organização dos utentes.

4.ª Secção – Problemas socioprofissionais

- Definição de funções dos profissionais
- Saúde ocupacional nas unidades de Saúde/risco profissional
- Ensino/saídas profissionais
- Códigos deontológicos/responsabilidade profissional/sigilo profissional
- Regimes de trabalho/vencimentos/carreiras
- Trabalhadores da Saúde e integração europeia
- Formas de organização e de luta. ■

Responder aos problemas novos

O 1.º Encontro Nacional de Saúde do PCP, realizado em Lisboa em 1980, continua a ser um referencial indispensável para mudar a saúde em Portugal, sublinha o desdobrável agora divulgado pelos camaradas do sector para este 2.º Encontro. Na iniciativa de 80, lê-se mais adiante, definiram-se as grandes linhas de orientação política para a saúde e os contornos de um Serviço Nacional (SNS) conforme a Constituição e os interesses e anseios dos portugueses. Foram apresentadas propostas e projectos concretos que desde logo colocaram os comunistas na vanguarda das soluções para os problemas da saúde no nosso país. Pela profundidade e rigor dos trabalhos preparatórios, nomeadamente através da qualidade e diversidade da colaboração recolhida, pelo nível técnico e conhecimento do sector de grande parte dos participantes, pela intervenção pertinente e criativa de centenas de cama-

radar de muitas organizações, o 1.º Encontro Nacional foi um marco no exame, diagnóstico e propostas terapêuticas para a Saúde em Portugal. O 2.º Encontro, que agora se vai realizar, pretende precisamente

dar-lhe continuidade, respondendo aos problemas novos (e qualitativamente diferentes, como nos salientou João Camilo) e urgentes que entretanto surgiram no campo da saúde em Portugal. ■



O exemplo do distrito de Setúbal

Menos 1 milhão de contos mais dores de cabeça para 700 mil...

Num distrito com mais de 700 mil habitantes e que continua a crescer, este Governo não encontrou melhor maneira de mexer na saúde que não seja o encerramento de serviços na generalidade dos hospitais e, nos Centros de Saúde existentes, degradando ainda mais uma situação já de si manifestamente grave.

- As longas e penosas filas de espera que começam logo de madrugada junto aos Centros de Saúde para conseguir uma consulta são, para além de chocante, significativamente reveladoras do estado de saúde que (não) temos e parece nem sequer incomodar os responsáveis, já que existindo há tantos anos continuam a ser a triste realidade dos nossos dias.

- O encerramento de maternidades com a invocação da sua não «rentabilidade» sobretudo daquelas em que não se registam 1500 partos/ano. Gravemente exemplar de como os problemas de saúde não podem ser resolvidos na base de estreitos critérios economicistas é o caso da maternidade de Santiago do Cacém, cuja população fica sem qualquer alternativa a menos de 100 km, pela simples razão de fazer em média anual «apenas» 700 partos.

- Aos hospitais são retiradas valências ou serviços, reduzindo cada vez mais a sua capacidade de resposta, (exemplos do Montijo, Setú-

bal, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Sesimbra, entre outros).

- Do atraso do início da construção do Hospital Distrital de Almada que servirá também os concelhos do Selxale de Sesimbra.

- O Hospital Distrital do Barreiro que deveria ser um hospital diferenciado, não é mais que um grande hospital concelhio continuando a ser enviados para Lisboa muitos casos que ali poderiam ser atendidos.

- As condições de atendimento nas urgências são cada vez mais insuportáveis e a experiência dos SAP (Serviços de Atendimento Permanente) permite concluir que não cobre as necessidades e os objectivos que os poderiam justificar.

- É também preocupante a situação face aos estrangulamentos dos recursos dos Centros de Saúde e à ausência de planeamento para a sua actividade, de que não é alheia a não existência ou pleno funcionamento das Comissões Concelhias de Saúde, ainda que estipuladas por lei.

O Centro de Saúde como unida-

de-base dum Serviço Nacional de Saúde precisa ser mais apoiado, funcional, que tenha bom ambiente, condições e meios para os serviços que presta à população utente.

Entretanto, são necessários novos centros no distrito e luta-se pela abertura de outros, designadamente o de Santo André no concelho de Santiago do Cacém.

- Os trabalhadores da saúde, no dia-a-dia, no cumprimento da sua profissão, defrontam-se com falta de meios de toda a ordem e com condições de trabalho indignas, em que as suas aspirações e direitos não são respeitados, em que cada vez está mais longe a sua realização profissional, antes continuando a ser bode expiatório do justo descontentamento dos utentes.

- Como se esta realidade não fosse suficientemente grave, o Orçamento de Estado retirou um milhão de contos à saúde no Distrito de Setúbal.

Pode afirmar-se que se acentuou o desrespeito pelo direito à saúde dos portugueses: os cuidados de saúde tornaram-se mais caros, mais difíceis e demorados; os serviços de saúde degradaram-se e pioraram as condições de trabalho, em consequência de uma política cujo principal motor são as restrições orça-

AÇORES

Capacidade do Governo diminui injustiças sociais aumentam

mentais a todo o custo e um desca-
rado protecção e incentivo à
medicina privada em detrimento do
interesse público; a desumanização
crescente e diminuição da qualidade
dos serviços.

A saúde é um bem demasiado
importante para merecer mais res-
peito por parte daqueles que têm
essa responsabilidade ao nível go-
vernamental.

Denunciando a grave situação
existente no distrito de Setúbal, res-
ponsabilizando o Governo Cavaco
Silva/PSD pelos resultados altamen-
te negativos da sua política de saú-
de, o executivo da Direcção da Or-
ganização Regional de Setúbal do
PCP solidariza-se com os protestos
e a justa luta dos utentes lesados.

■ **O Executivo da DORS
do PCP**



2.º ENCONTRO NACIONAL de SAÚDE

Horário

O Encontro funcionará em plená-
rio e em secções de debate, de
acordo com a seguinte planificação:

1.º dia (27 de Fevereiro)

- 1.ª sessão – das 14.30 às 17 horas / plenário.
- 2.ª sessão – das 17.30 às 19.30 horas / secções temáticas.

2.º dia (28 de Fevereiro)

- 3.ª sessão – das 9.30 às 13 horas / secções temáticas.
- 4.ª sessão – das 15 às 18 horas / plenário, que incluirá intervenção do camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP.

Intervenções da 1.ª sessão plenária

Segundo o desdobrável divulgado
pelos camaradas da Saúde, está pre-
visto um conjunto de intervenções
centrais na primeira sessão de traba-
lhos do encontro. Vejamos os temas
em perspectiva:

- O 2.º Encontro da Saúde no quadro político actual;
- A política de Saúde dos últimos governos e as propostas do PCP;
- Balanço dos encontros pluridistritais (realizados no âmbito da actividade preparatória);
- Recursos financeiros do Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- O Centro de Saúde, unidade-base de um Serviço Nacional de Saúde;
- Política de medicamentos;
- Carta Hospitalar / Regionalização dos Serviços;
- Equipamentos de Saúde / anarquia de aquisição e dependência tecnológica;
- Alguns aspectos das carências em recursos humanos de Saúde;
- Luta dos trabalhadores do sector. ■

Os aumentos decretados pelo Governo de Mota Amaral (combustíveis, pão, açúcar, carne) e a sua política salarial, no quadro de uma situação económica e social que se agrava constantemente no arquipélago foram temas abordados pelo Executivo da Direcção do Partido na Região Autónoma dos Açores (DORAA) que esteve reunido no princípio do mês em Ponta Delgada. Outros temas de viva actualidade, como a «operação barulhenta de guerrilha institucional com o ministro da República», foram analisados por aquele organismo de direcção que fez chegar à nossa Redacção um apontamento pormenorizado com as conclusões do seu debate.

O objectivo dos aumentos

A Comissão Executiva da DORAA considera totalmente inaceitáveis os aumentos dos combustíveis e de bens essenciais verificados nos últimos dias.

O aumento dos combustíveis, feito num momento em que o preço do petróleo continua a descer, corresponde na prática ao lançamento de um imposto e visa restringir o consumo e aumentar as receitas do Fundo Regional de Abastecimentos.

Os aumentos de pão, açúcar e carne, atingem de forma directa e imediata todos os que vivem de rendimentos do trabalho, de pequenos rendimentos fixos ou que são beneficiários dos sistemas de pensões e reformas.

Os aumentos salariais que, entretanto, se têm verificado, embora rompendo os tetos de 7% e 10% que o patronato pretendeu sucessivamente impor, rompimento esse que apenas se deve à acção intensa e positiva do movimento sindical, não são no entanto suficientes para manter o poder de compra da maioria da população.

Salários

O impacto social e económico das actualizações dos salários mínimos na Região, para além de ser reduzido, dado estarem em vigor muitos contratos cujas tabelas são defeituosamente construídas a partir de salários mínimos há muito ultrapassados, não corresponde à necessidade de reposição do poder de compra perdido.

O Executivo da DORAA sublinha que o facto de o Governo Regional não ter levado, como devia, à Assembleia Regional, em devido tempo, a questão da actualização do salário mínimo, apenas se deve ao facto de procurar esconder a situação económica degradada, sem perspectivas e estagnada em que estamos neste momento.

Ao tomar medidas como as destes aumentos e de outros que se tornam assim inevitáveis, o Governo Regional apenas visa, agravando as condições de vida das classes e camadas mais desfavorecidas, manter intactos os benefícios e privilégios dos grupos que dominam a economia regional.

A Comissão Executiva da DORAA depois de lembrar que o PCP, na Assembleia Regional, propôs em Novembro passado a criação de um **acréscimo salarial**, igual para todos os funcionários, definido anualmente e que cubra o diferencial da inflação verificado entre os Açores e o Continente, denuncia o facto do PSD/A e do Governo Regional terem recusado tal proposta, exige que o Governo Regional, no quadro das suas competências, tome as iniciativas conducentes a que tal

acréscimo seja, sem demora, estabelecido.

Consequências da estagnação económica

Os comunistas tomarão as necessárias medidas no sentido de suscitar, na Assembleia Regional e junto da opinião pública em geral, a realização de um claro e esclarecedor debate sobre a situação económica e social que actualmente se vive na Região, sabendo-se como se sabe haver um nítido agravamento que se reflecte no acentuado crescimento de despedimentos verificados nos últimos meses.

Casos como a interrupção das obras de saneamento dos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada, que colocaram 120 trabalhadores no desemprego, como os despedimentos da fábrica de confecções do Livramento (praticamente fechada), situações de falências de pequenas e médias empresas que deixam os respectivos trabalhadores no desemprego e casos de empresas em situação económica cada vez mais difícil, como a Sinaga, são exemplos das gravíssimas consequências da estagnação económica e da incapacidade e falta de vontade do Governo em dar resposta à situação.

Toda esta situação se agrava com o alargamento da base de tributação, referente a vários impostos, determinada pelo Governo Cavaco Silva, bem como com a pretensão de fazer aprovar uma lei de despedimentos e outra legislação laboral totalmente contrárias aos di-

reitos constitucionais, legais e humanos dos trabalhadores.

O PCP, que já denunciou esta situação na Assembleia Regional, tudo fará para que este Órgão Regional se pronuncie contra a aprovação de todo esse inaceitável pacote laboral.

Arrendamento rural

A Comissão Executiva da DORAA, analisando a versão final da lei regional do arrendamento rural, concluiu que tal legislação não defende nem os interesses e direitos de milhares de pequenos rendeiros, nem os interesses e direitos de muitas centenas de pequenos senhores.

Tal como ficou, a lei apenas serve os grandes senhorios que não querem trabalhar a terra, mas que querem tirar dela grandes rendimentos e os grandes rendeiros que querem transformar-se em grandes proprietários.

Guerrilha institucional

É neste quadro de grandes injustiças sociais e de gritantes dificuldades económicas que o Governo Regional desencadeou mais uma operação barulhenta de guerrilha institucional com o ministro da República, procurando assim esconder e disfarçar as injustiças da sua política e a gravidade dos problemas que tinha obrigação de resolver.

A organização do PCP nos Açores considera que o Governo Regional, ao incluir no Decreto Regulamentar de execução do Orçamento, matéria da competência estatutária da Assembleia, apenas pretendeu continuar a sua habitual prática de se apropriar de poderes da Assembleia, motivando assim um veto constitucionalmente fundamentado pela parte do ministro da República.

Ao transformar o Decreto Regulamentar vetado em proposta de Decreto Legislativo a ser apreciado pela Assembleia, o Governo tomou uma solução, constitucionalmente correcta e reconheceu a razão que

assistiu ao veto, dado que assim a matéria vetada foi transformada em lei, como defendia o ministro da República.

Para disfarçar a derrota de mais esta inútil manobra de guerrilha política o Governo pretendeu transformar a votação do decreto vetado numa operação de apoio ao Governo, não tendo conseguido tal objectivo dada a demarcação feita por toda a oposição.

Disfarces e eleitoralismo

A Comissão Executiva da DORAA considera ainda que as crescentes dificuldades políticas vividas no seio do PSD/A e que passam pela marginalização de deputados, por discordâncias profundas em autarquias e por outras dificuldades, levam também o PSD/A, o seu Governo e o seu Presidente, a procurarem encontrar disfarces e realizar manobras que desviem as atenções em relações essas crescentes debilidades.

O PCP, na Assembleia Regional, inquiriu o Governo, sobre os objectivos da anunciada «presidência aberta» do Presidente do Governo, prática essa que a ser feita não poderá deixar de ser classificada como manobra ilegítima, feita à custa da Região, para ultrapassar divergências partidárias, para realizar um tipo de eleitoralismo que, aliás, tem crescido na exacta medida em que a capacidade do Governo diminui e em que as injustiças sociais e problemas económicos e financeiros aumentam.

3.ª Assembleia em Abril

O Executivo da DORAA, tendo em conta dificuldades técnicas, nomeadamente na obtenção de sala adequada, foi obrigada a marcar uma nova data para a realização da 3.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP que, assim, se realizará a 16 e 17 de Abril e não a 5 e 6 de Março como antes fora anunciado. ■



Foi marcada para 16 e 17 de Abril a 3.ª Assembleia da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores, sublinha o Executivo da DORA

■ Henrique Custódio

Associação de Municípios de Setúbal

Somos uma estrutura intermunicipal que visa ajudar o trabalho dos órgãos autárquicos e tem por base o trabalho colectivo e descentralizado, com vista ao ordenamento e desenvolvimento harmonioso do território regional. Assim se definiu aos jornalistas, na passada semana, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) durante uma conferência de imprensa de apresentação das conclusões da 1.ª fase do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS). Começemos por partes. Em primeiro lugar recordemos que a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal não é uma novidade — foi formada em 1982, englobando os 13 municípios do Distrito — embora seja uma originalidade pois, como também se recordou no encontro, «foi a primeira e única Associação até hoje, no nosso país, criada para tão vastos objectivos». Que objectivos? Sucintamente, os citados no início da prosa (estrutura intermunicipal para ajudar o trabalho dos municípios que a integram, dando-lhes uma visão de conjunto da região onde se inserem e dos interesses comuns a defender — isto numa tradução «livre» da formulação referida). E é aqui que entra o PIDDS (o tal Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal), pois é ele, na sua 1.ª fase agora concluída, que põe em andamento o fundamental dos objectivos perseguidos pela Associação de Municípios. Seguir-se-lhe-á a 2.ª fase a implementar ao longo deste ano e do próximo, estando já definido «com suficiente grau de aproximação o conteúdo dos estudos a desenvolver neste período».

É isto que vamos usar semana passada dada pela AMDS em Almada e advertindo o leitor com uma última nota introdutória: estão ao alcance desta Associação acções de coordenação, informação, orientação e reivindicação que ultrapassam as que cada município, isoladamente, teria capacidade para desenvolver de uma forma eficaz. À sempre compensadora conjugação de esforços, junta-se a clarividência necessariamente resultante da análise conjunta de problemas que, sendo de cada município, a todos dizem respeito.

Ao apresentar as conclusões da 1.ª fase do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (cujos relatórios foram elaborados por um consórcio de três empresas privadas) a Associação considerou que «o PIDDS, pelas suas características, pelo seu conteúdo, pelo método seguido e por que representa um esforço de concertação nas acções de planeamento das autarquias locais de uma região, é um facto sem precedentes em Portugal», recordando que este se pode sucintamente definir como um instrumento de planeamento supramunicipal e acrescentando o que nos parece merecer o relevo dos dois-pontos-parágrafo:

«Planear uma região à margem ou à revelia da Administração Central, é um absurdo; planear uma região à margem ou à revelia

do Poder Local, também o é; qualquer entendimento sério e tecnicamente válido, se honesto, não poderá deixar de reconhecer esta realidade».

Nesta perspectiva, o PIDDS abrange «a identificação dos estrangulamentos, problemas e potencialidades do Distrito e que não podem ser equacionados isoladamente por cada um dos municípios associados», tal como abrange «a definição de um modelo de desenvolvimento e ordenamento de âmbito regional, integrador das propostas autárquicas e mobilizador de recursos potenciais, e consequentemente compatibilização de políticas municipais de desenvolvimento assumidas por cada município associado, com vista a possibilitar um desenvolvimento harmonioso global, particularmente

em áreas e domínios considerados prioritários».

O trabalho procede ainda à elaboração de propostas de desenvolvimento e de rentabilização dos meios ao dispor de cada município, à preparação de programas e projectos integrados de desenvolvimento a propor, pelos municípios ou pela AMDS, para concurso aos financiamentos comunitários e à elaboração de um sistema de informação.

Assim o PIDDS surge como «um conjunto de meios e instrumentos técnicos que permitirão ao poder municipal associado exercer, de forma planificada, a coordenação eficaz das suas competências, nomeadamente das iniciativas de desenvolvimento e a sua compatibilização com as iniciativas de nível central».

Um plano para muita coisa

Como se vê, o PIDDS pode (e vai) servir para muita coisa, sendo de referir que, nele, o distrito é encarado como uma região, distinguindo-se do resto da área metropolitana de Lisboa e do Alentejo (seus «vizinhos» territoriais) e individualizando-o na sua realidade económica, social e cultural, onde os diversos municípios associados serão, neste sentido, como as peças do mesmo «puzzle».

Entretanto os apresentadores deste Plano indicaram algumas direcções da sua aplicação (advertindo que não ficavam esgotados os seus usos possíveis):

— Como instrumento de enquadramento das políticas municipais de ordenamento do território, entre as quais avultam os Planos Directores Municipais;

— Como referencial para os investimentos intermunicipais e os grandes investimentos municipais de impacto supramunicipal; como instrumento de apoio ao diálogo com os grandes agentes económicos; como reforço do posicionamento do poder municipal, como interlocutor do Poder Central; como referencial para uma política regional de transportes, conducente a uma Comunidade de Transportes (municípios, organismos operadores); e como instru-

CONSTRUIR O FUTURO DE UMA REGIÃO INTEIRA



mento orientador e de apoio às posições municipais no âmbito da distribuição dos recursos comunitários.

Começar por uma ponta

Mas qual foi o resultado do trabalho conseguido nesta primeira fase, no que se refere ao desenho do PIDDS?

Segundo os seus apresentadores,

esse resultado pode ser sintetizado nos seguintes itens fundamentais: diagnóstico da situação; definição e hierarquização das componentes estratégicas do desenvolvimento; identificação das principais linhas orientadoras do desenvolvimento e ordenamento do território; propostas relativas às principais formas e meios de actuação.

Informou-se igualmente que o avanço conseguido nesta primeira fase, no que se refere ao desenho de estratégias e à elaboração de

propostas, resultou de «um processo de aproximações sucessivas, a níveis gradualmente superiores do equacionamento dos problemas e da formulação das propostas». Ou seja: começou-se por uma ponta e, de questão em questão, vai-se construindo a «escada» do Plano, se permitem uma imagem um pouco ascensorial.

As principais recomendações explicitadas nesta fase do PIDDS decorrem das grandes linhas de desenvolvimento e ordenamento propostas para o distrito e integram um conjunto de acções a serem desencadeadas a diferentes níveis, quer pela AMDS, quer pelos municípios associados. São várias e vamos passá-las para o outro lado do subtítulo.

Linhas de «ataque»

As recomendações a contemplar no âmbito da linha estratégica de desenvolvimento e ordenamento, que aponta para o aumento da produção material com criação de postos de trabalho e o incremento de alguns segmentos do terciário (turismo, parque comercial e serviços «ligados»), relacionam-se «com o funcionamento do subsistema de desenvolvimento económico e enquadram-se num esforço de ordenamento integrado do espaço em que o subsistema se encontra estruturalmente implantado». Esse esforço pressupõe, contudo, que «os grandes problemas da economia espa-



Setúbal é um dos Distritos que mais contribui para a economia nacional e ocupa uma região de multifacetada realidade, que vai da densa concentração industrial à frescura de uma extensa orla marítima, onde o turismo balnear tem um peso crescente (na foto da esquerda, uma vista da cidade do Barreiro, em cima um pormenor da vila piscatória de Sesimbra)

cial se centrem na articulação de duas formas de organização — a territorial e a funcional — e que a sua dinâmica integre decisões a diferentes níveis, dependentes de centros cuja localização é, em muitos casos, exterior ao espaço sobre que incidem».

As principais recomendações apontam para o desenvolvimento de diversas acções: de defesa do solo com elevadas potencialidades agrícolas; que visem uma correcta orientação na implementação física das explorações agrícolas e florestais; que procurem, com a criação de alternativas, sanar eventuais conflitos surgidos entre a consolidação do tecido industrial e a expansão do tecido urbano; de controlo

sobre a dinâmica de expansão industrial com a definição de áreas do território propícias à instalação de estabelecimentos industriais; de desencadeamento dos processos institucionais para correcção e minimização de situações de degradação ambiental provocada por efluentes industriais; de definição de áreas privilegiadas para a instalação de pólos tecnológicos; que visem rentabilizar, com a implementação de actividades económicas adequadas, as infra-estruturas existentes ou previstas a curto-médio prazo; de preservação de áreas especialmente vocacionadas para a instalação de equipamentos hoteleiros, complexos turísticos, parques de campismo e equipamentos de recreio; e acções que visem corrigir a implantação e acompanhar eficazmente a instalação e consolidação do parque comercial, nomeadamente no que respeita à rede de mercados municipais.

A reestruturação e reequilíbrio da rede urbana é a principal linha de actuação proposta pelo PIDDS no domínio do ordenamento urbano, enquanto a terceira das suas grandes linhas orientadoras aponta para o ordenamento do uso dos recursos naturais, com vista à sua explora-



Via Associação de Municípios, fez-se um regulamento geral de águas residuais, que, depois de elaborado, cada Concelho associado adaptou às características próprias do seu território (na foto, pormenor desses trabalhos em Corroios, no Seixal)

ção eficiente, sem prejuízo de actualidade e do equilíbrio ambiental.

Finalmente a última das grandes linhas orientadoras do PIDDS centra-se na melhoria da acessibilidade ao distrito e no seu interior, definindo-se para isso quatro grupos de acções abrangendo três níveis de melhoramento de acessibilidade: o internacional; o inter-regional e o intra-regional.

Um mérito... apesar do Governo

Trata-se, como se vê, de um trabalho de grande alcance e profundidade, capaz de introduzir profundas alterações numa região tão importante como a do distrito de Setúbal. O mérito do Poder Local democrático nesta iniciativa é por demais óbvio. Seria bom que o Governo para ele olhasse com atenção, e finalmente aprendesse o que é a «gestão do futuro» (definição tão do gosto do nosso Primeiro, um perito em frases bacocas a esconder uma governação incompetente).

Aliás nesta apresentação do Plano Integrado de Desenvolvimento foram também tecidas duras críticas ao executivo de Cavaco Silva, denunciando-se que «por negligência e sectarismo político do Poder Central não têm sido assumidos o planeamento e desenvolvimento económico e social do País — tal como por incapacidade e diabre intoleráveis, o Poder Central tem marginalizado o distrito de Setúbal, esquecido de que somos dos que mais contribuímos para a economia nacional».



O Distrito de Setúbal é dos mais desenvolvidos do País no que respeita a infra-estruturas básicas, culturais e desportivas, graças ao trabalho desenvolvido pelo Poder Local democrático; o PIDDS veio encontrar um terreno fértil para actuar (em baixo, trabalho de calcetamento em Palmela, em cima, assentamento de lançil de passelos em Amora, Seixal)



Em cima, momento da entrega, nas instalações da AMDS, da documentação referente à primeira fase do PIDDS, elaborada por um consórcio de três empresas privadas (SISMET/HP/OA). À direita, a conferência de imprensa dada em Almada na semana passada para apresentação das conclusões da 1.ª fase do PIDDS, que contou com a presença de quase todos os presidentes das Câmaras associadas na AMDS: Seixal (que também preside à AMDS), Alcácer do Sal, Almada, Sesimbra, Palmela, Barreiro, Moita, Alcochete, Grândola, Santiago do Cacém, Setúbal e Sines (estes dois últimos não puderam estar presentes)



■ Lígia Calapez

PCB, Conferência Nacional Reestruturação Obra do Partido, obra do Povo

Nas novas condições a possibilidade de cada um poder revelar as suas capacidades é muito maior, sublinha o director do Instituto de Investigação Científica para a Indústria Química e Farmacêutica, no curto encontro havido com a imprensa nas instalações do Instituto.

As novas possibilidades abertas, as novas responsabilidades e problemas, confiança, entusiasmo, dúvidas e cepticismo — um estado de espírito de fundo que se sente logo à chegada à Bulgária, em plena Conferência do Partido pela reestruturação. E que reflecte a própria complexidade do processo em curso. Como afirmou em Conferência de Imprensa o presidente da Comissão sobre questões ideológicas, «a nova concepção é uma forma de superação do anterior modelo de socialismo. Mas o novo modelo, sendo a negação do velho, é também a sua continuidade, numa nova etapa».

Para onde se caminha? Que novas perspectivas se abrem? Quais são as transformações em curso?

«O nosso partido chegou à conclusão de que são imprescindíveis precisamente mudanças revolucionárias, de que devemos seguir a via revolucionária», afirma Todor Jivkov, no relatório apresentado à Conferência. «A vida demonstrou que as possibilidades do modelo de socialismo aplicado no nosso país até agora já se esgotaram».

«Para nós era clara — diz ainda Jivkov no relatório sobre a reestruturação — a necessidade de revelar em que radica, nesta etapa, a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas, a fim de dar livre curso ao seu ulterior desenvolvimento no nosso país».

Mais concretamente: «o quê e como deve mudar na propriedade socialista para dar um poderoso impulso às forças produtivas, para alcançar um estágio qualitativamente novo do socialismo?»

A resposta dos comunistas búlgaros a esta questão central, assenta em alguns princípios fundamentais.

Primeiro, a **propriedade socialista é considerada como «única e indivisível na sua diversidade»**, englobando diferentes formas: estatal, cooperativa, municipal, administrada individualmente ou por grupos, por colectivos.

Um segundo princípio: «**deve ser retirada do anonimato, deve deixar de ser propriedade de ninguém**». Trata-se concretamente de passar «a propriedade socialista para os colectivos de trabalhadores e para as comunidades territoriais (municípios) para que a administrem e procedam à sua gestão na base de determinados direitos, responsabilidades e obrigações».

Um processo que se desenvolve no quadro do **centralismo democrático**. A preocupação é «proceder a uma conjugação entre democracia e centralismo que garanta amplas possibilidades de iniciativa aos colectivos de trabalhadores, a todos os que produzem mercadorias, aos municípios».

Ao Estado e aos seus órgãos de governo ficam reservadas as funções de planificação estratégica e de direcção estratégica das actividades sociais.

Terceiro princípio — a **autogestão socialista**. Que Jivkov apresenta no seu relatório como correspondendo «ao carácter e à essência do sistema socialista».

«A sua força radica — sublinha-se no relatório — em oferecer a possibilidade de desenvolver a democracia socialista, elevar o papel do indivíduo, do factor humano, em todas as áreas da produção social».

■ na prática

Na prática, o processo em curso está naturalmente bem longe de ser

fácil.

«Os novos métodos e formas de gestão ainda não são aplicados senão de forma parcial ou mesmo deformada, os estimulantes e as obrigações económicas ainda não chegaram a todo o lado: o nivelamento existe em larga escala. Os órgãos de autogestão assumem lentamente os seus direitos e obrigações, persiste a tensão ao nível das direcções económicas, enquanto os operários e os colectivos não estão ainda preparados para resolver sós os seus problemas, a assumir os riscos e as consequências destes riscos», alerta Andon Traikov, secretário do Conselho dos Sindicatos Búlgaros, no plenário, sublinhando entretanto que «a orientação é correcta e justa».

Ao pôr o assento sobre «a imensa importância da autogestão para a transformação dos trabalhadores em gestores da sua vida económica, social e espiritual», Grigor Stoichkov, membro suplente do Bureau Político do CC do PCB e vice-presidente do Conselho de Ministros, sublinha também que as alterações à lei eleitoral já adoptadas só muito parcialmente estão ainda a ser utilizadas. «Segundo os dados estatísticos, apenas 25% dos círculos eleitorais utilizaram o seu direito de apresentar várias candidaturas para os Conselhos Populares». Existem também dificuldades «na



НАЦИОНАЛНА
ПАРТИЙНА
КОНФЕРЕНЦИЯ
1988

A Conferência reuniu 3226 delegados de todo o país.

aplicação da autogestão e na introdução dos novos instrumentos económicos».

Mas não apenas de questões económicas se trata. Porque a reestruturação não se circunscreve ao domínio — vital embora — da economia. Antes abarca toda a vida sociopolítica do povo búlgaro.

A conferência reflectiu exactamente essa diversidade de realidades e problemas em debate. Por exemplo, Petar Anastacov, secretário da União dos Escritores Búlgaros, centrou a sua intervenção na necessidade de transformação do próprio homem e no necessário contributo da literatura.

«Os problemas neste domínio — diz Anastacov — referem-se em particular à ligação com o povo. O povo não aceita que se lhe inventem problemas, já os tem que chegue. Já é mais que tempo de nos colocarmos a questão: que acontece ao homem quando é ignorado? O paradoxo reside em que o homem em geral é colocado num pedestal, mas o homem da vida concreta é frequentemente esquecido».

Os primeiros resultados

O processo de reestruturação agora em curso teve o seu início com as decisões tomadas nos plenários do CC do PCB de Fevereiro de 1985 e de Janeiro de 1986. No plenário de Julho de 87 dá-se um outro passo particularmente importante, no que se refere à própria teorização das transformações em curso e no debate das questões económicas.

O 13.º Congresso do Partido, em 1986, avança com as principais teses da política de reestruturação, sendo então aprovados alguns diplomas legislativos particularmente importantes, como o Código do Trabalho; a Declaração da Assembleia Popular sobre a concessão da propriedade aos colectivos de trabalho para administração e gestão; um código legislativo sobre a actividade económica e as principais directrizes sobre a organização de associações de novo tipo; a remodelação do sistema bancário; a promoção do movimento cooperativo.

A Conferência do Partido avançou com um balanço dos primeiros resultados da reestruturação.

No relatório apresentado por Todor Jivkov, destaca-se, antes do mais, o importante trabalho desenvolvido para levar à prática o princípio da autogestão e encetar a reorganização da actividade económica nacional na base dos novos princípios. Foram entretanto criados os órgãos de autogestão dos colectivos dos trabalhadores na esfera da produção material. A reestruturação do sistema bancário reserva aos bancos comerciais recentemente criados funções de controlo sobre a actividade económica através da moeda. Procedeu-se à nova divisão territorial da Bulgária, com acrescidos direitos para as populações e operaram-se sensíveis transformações ao nível do escalão supremo da direcção do Estado.

Alguns elementos de transformações revolucionárias, que Jivkov sublinha influírem já de forma positiva sobre o progresso económico e social.

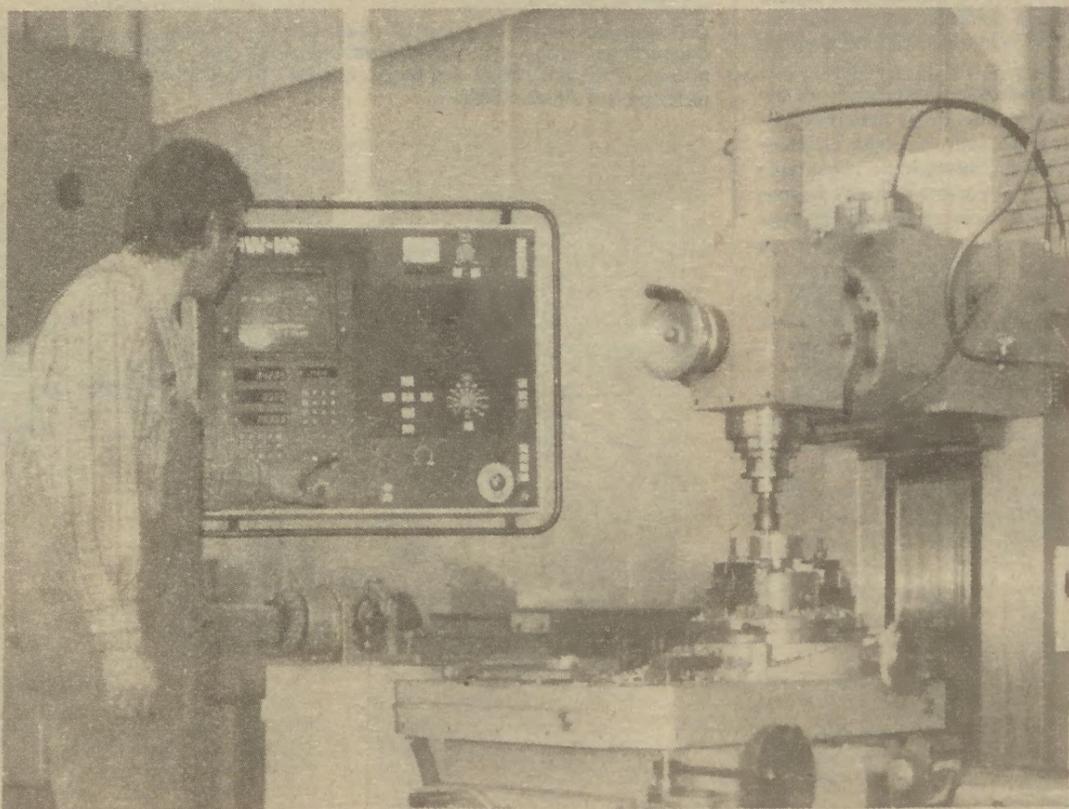
Nos últimos 2 anos o rendimento nacional aumentou de cerca de 11%, graças ao crescimento da produtividade do trabalho. O aumento da produção industrial é de 8,5%. Para 1988, prevê-se um crescimento do rendimento nacional de 6,1% e de 6,6% da produtividade do trabalho.

Facto particularmente significativo: o investimento previsto para 88 no sector social é três vezes superior aos dos anos anteriores do quinquénio.

Para já, alguns resultados positivos foram alcançados em matéria de política social, o que nomeadamente se traduz em aumentos salariais e das pensões de reforma, e no crescimento de serviços à população.

Mas é apenas o princípio. E múltiplas são ainda as dificuldades a ultrapassar, também no plano do empenhamento e participação de todos. «Ainda não se verifica uma fome de inovações», disse Jivkov na Conferência do Partido. E sublinhou: «os problemas são complexos e difíceis, mas a nossa sociedade está em condições de os resolver».

Uma afirmação que de certo modo pode sintetizar a realidade analisada em Sófia, ao longo dos dois dias da Conferência. ■



A aposta na alta tecnologia, na rápida e eficaz aplicação das descobertas da ciência na produção, é um traço dominante da reestruturação no plano económico.

■ Luís Sá



O PCP e a revisão constitucional (*)

A luta em torno da revisão constitucional é parte do conflito central que marcou a situação política dos últimos onze anos, entre as forças políticas e sociais que defendem a consolidação do regime democrático tal como emergiu da Revolução de Abril e as que lutam pela sua subversão.

Os projectos de lei de revisão constitucional apresentados pelos diversos partidos na Assembleia da República e as declarações dos seus dirigentes confirmam no essencial as suas posições face a esta questão da vida portuguesa: o PSD e o CDS apresentam projectos de subversão do regime democrático; o PS, adiando algumas propostas positivas (que não é seguro que se empenhe em defender), admite também importantes cedências em questões essenciais, que poderão ser levadas ainda mais longe, como se deduz de outras tomadas de posição; o PCP defende com firmeza as conquistas revolucionárias alcançadas e apresenta propostas de reforço das liberdades e dos direitos dos trabalhadores, de aperfeiçoamento do sistema político e de garantia da Constituição.

A direita não se limita, porém, a adiantar propostas de subversão do regime, aproveitando a revisão constitucional. Procura antecipá-la e condicioná-la, através da aprovação de legislação ordinária sobre algumas matérias fundamentais: leilão das empresas públicas de comunicação social, alienação das participações do Estado e privatização dos 49% do capital das empresas públicas; revisão reaccionária e antioperária da legislação laboral; liquidação da reforma agrária, limitação dos direitos dos rendeiros e esbulho dos baldios aos povos. Desta forma, tenta essencialmente tornar a dificuldade de obter dois terços para a revisão da Constituição (e se o conseguir terá esvaziado o processo de revisão, diminuído o peso negocial do PS e torná-lo cúmplice dessa revisão antecipada de facto); se não o conseguir, terá criado um bode expiatório para as incapacidades do Governo e arranjado matéria para prosseguir a sua campanha em torno da necessidade da subversão do regime através de uma revisão ilegítima da Constituição.

O processo de revisão constitucional e a tentativa de a antecipar através da aprovação de pacotes inconstitucionais são assim inseparáveis. **A posição de defesa activa da Constituição, definida pelo CC do PCP em 13 de Outubro de 1987 exige um empenhamento de todo o Partido quer no processo de revisão constitucional, lutando pela participação popular e a unidade dos democratas, quer na luta firme contra os pacotes legislativos inconstitucionais.**

Ofensiva permanente contra o regime e a Constituição

A Constituição foi sempre, antes e depois da sua aprovação, um dos principais terrenos de luta e mais tarde um dos alvos preferenciais da direita na sua ofensiva contra o regime democrático.

Primeiro, tentou impedir a sua aprovação através de sucessivos golpes. Depois, procurou transformar a Assembleia Constituinte num instrumento da contra-revolução. Mais tarde, procurou impedir a sua promulgação e entrada em vigor. Com a candidatura de Soares Carneiro, em 1980, tentou a sua liquidação por via plebiscitária. Finalmente, procurou sempre «ferir» só parte da Constituição, amputá-la da sua dimensão mais claramente progressista, considerando-se desobrigada face às conquistas económicas, aos direitos económicos e sociais e a outras normas de natureza mais claramente democrática.

É certo que nem sempre a Constituição foi totalmente cumprida. Por vezes, não foi possível impedir a consumação de políticas e a adopção de orientações desconformes com a lei fundamental. Mas, mesmo nesses casos, não deixou de ser importante que, na sua luta, os trabalhadores tenham por si a Constituição e que a direita tenha que se colocar na ilegalidade para prosseguir a sua política de restauração dos monopólios, em subordinação ao imperialismo e dos latifúndios, de limitação das liberdades e direitos dos trabalhadores e das suas organizações, de controlo governamental dos órgãos de poder político.

Constituiu uma vitória notável das forças democráticas em particular do PCP, ter conseguido manter a Constituição, no essencial, como uma barreira importante à contra-revolução, como uma bandeira dos trabalhadores no seu combate por melhores condições de vida e pelo progresso social, como um apoio importante e um acréscimo de força na luta por uma larga democracia política, económica e social e pela defesa das conquistas de Abril.

A lei fundamental de Abril é uma Constituição que, registando as conquistas históricas do povo português, está igualmente apontada ao futuro, a novas transformações progressistas, previstas em normas programáticas cuja execução é objectivo de luta dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados e idosos: a todos a Constituição reconhece direitos e aponta como beneficiários de políticas sociais avançadas.

Não estamos face a uma Constituição desfasada do «país real» ou voltada para o passado. Pelo contrário, temos uma Constituição profundamente moderna e progressista.

Com efeito, não faz sentido que no final do século XX se reclame — como faz a direita — uma Constituição que, à maneira do século XVIII-XIX, apenas garantiria um elenco muito limitado de liberdades e direitos pessoais e o sistema de Governo. A Constituição que quer a direita não seria mais «moderna» e

«consensual»; seria, pelo contrário, uma Constituição de retrocesso e conflitos sociais.

Regras e requisitos da revisão

Tal não significa, porém, que a Constituição não possa ser legitimamente revista. Com efeito, em si mesma, a revisão é um processo normal e previsto pela própria Constituição.

Para ser legítima, porém, a revisão tem que respeitar a Constituição, isto é, obedecer aos termos e requisitos por esta estabelecidos. **É ilegítima a lei de revisão que não respeite os requisitos quer formais, quer materiais estabelecidos na Constituição para a sua própria revisão.**

A Constituição prevê, com efeito, os termos e limites da sua própria revisão.

Parte destes requisitos são de ordem formal:

- A revisão tem que ser feita pelo órgão próprio, a Assembleia da República.
- Só pode decorrer no momento próprio, isto é, cinco anos sobre a data da publicação de qualquer lei de revisão (ou a qualquer momento por deliberação de quatro quintos dos deputados em efectividade de funções).
- A iniciativa cabe exclusivamente aos deputados.
- As alterações da Constituição são aprovadas por maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções).

Como se sabe, os projectos de lei de revisão constitucional foram entregues na Assembleia da República, no tempo próprio — no caso concreto entre 15 Out. e 16 Nov. de 1987, por iniciativa de deputados (naturalmente, em geral, na base de deliberações dos órgãos competentes dos partidos que representam) e cinco anos após a publicação da anterior lei de revisão.

Para que fiquem respeitados todos os requisitos formais de revisão será ainda necessário que as alterações sejam aprovadas por maioria de 2/3 dos deputados em efectividade de funções. Tendo o PSD 148 deputados e o CDS 4 e sendo necessários 167 votos para aprovar alterações, torna-se claro que o PSD e o CDS não podem por si sós proceder à revisão constitucional.

As alterações à Constituição terão também que respeitar os limites materiais de revisão explicitamente enumerados no artigo 290.º, isto é, a identidade ou núcleo essencial que caracteriza a Constituição.

Significado e conteúdo dos limites materiais

Entre nós ninguém contesta actualmente os requisitos formais de revisão. Não se passa o mesmo com os requisitos materiais.

Segundo alguns, poderia agora ser revisto o artigo que explicita os limites materiais e em futura revisão, daqui a cinco anos (ou antes, por deliberação aprovada por 4/5 dos deputados em efectividade de funções), poderiam ser violados os limites que agora fossem revistos (tese da dupla revisão).

Segundo outros, a revisão constitucional poderia rever a norma que explicita os limites materiais e simultaneamente as normas constitucionais que os concretizam.

Estas teses não têm fundamento: só o poder de elaboração da Constituição é inteiramente livre, soberano, originário; o poder de revisão é subordinado, derivado, heterónimo em relação ao poder constituinte, tem que se exercer nos termos fixados pela própria Constituição.

A Constituição de 1976 fixou limites materiais de revisão porque, ao fim de 48 anos de ditadura e perante o temor do seu regresso, era necessário alargar e sobretudo estabilizar o «compromisso constitucional». Ora o catálogo de limites materiais tem essa importante função estabilizadora. Existia em particular um acordo muito vasto em torno de um dos agora mais contestados limites materiais, a eliminação dos monopólios e latifúndios.

Na actual revisão constitucional, assume um particular relevo a tentativa de rever a «constituição económica». Esta não é uma questão menor. A direita é insaciável e alimenta-se das cedências que lhe são feitas. Se lhe fosse concedido o que agora pretende, subiria a parada em breve. Por outro lado, estabelecida a possibilidade de tocar nos requisitos materiais de revisão, ainda que só na área económica, estaria criado o precedente: no futuro seriam postas em causa matérias como o sistema eleitoral, as liberdades e direitos dos trabalhadores, ou outras. Ficariam assim abertas brechas no regime democrático que poderiam abrir o caminho a novas brechas futuras.

A restauração monopolista e latifundista que uma tal revisão apressaria teria inevitavelmente consequências pesadas no conteúdo, alcance e exercício dos direitos e liberdades pessoais e dos trabalhadores e no funcionamento global do sistema político, que perderia o conteúdo democrático específico com que emergiu na revolução portuguesa e de modo muito especial afectaria a subordinação do poder económica ao poder político.

Em resumo, é inteiramente normal que a Constituição não preveja nem consinta o seu «suicídio». Os limites materiais de revisão não impedem uma revisão larga da Constituição. Impedem, isso sim, a transformação da revisão constitucional num pretexto para subverter o regime ou pelo menos degradar as suas características mais democráticas e progressistas.

A Assembleia da República é um órgão constituído pela Constituição de 1976, cujos poderes são por esta definidos. Entre esses poderes dispõe e vai exercer o poder de revisão constitucional, mas só pode fazê-lo com respeito pelas regras formais e os requisitos materiais de revisão. Isto tem sido reconhecido mesmo por constitucionalistas de direita como Lucas Pires que, em 1970, afirmava: «A função do poder de revisão não é fazer constituições mas exactamente o inverso: guardá-las e defendê-las, propiciando a sua adaptação a novas conjunturas».

O que era considerado indiscutível face à «Constituição» de 1933 é, porém, vivamente contestado, às vezes pelos mesmos, face à Constituição de Abril.

A nossa Constituição nasceu num país em que a liberdade conquistada precisava de ser garantida, em que a subordinação do poder económico ao poder político representava uma condição do próprio processo democrático, em que era necessário um programa que apontasse para assegurar o direito ao trabalho, à habitação, à saúde, ao ensino, em geral a realização dos direitos económicos e sociais básicos e o alcance político dos direitos, liberdades e garantias pessoais e do pluralismo político.

Censura-se à Constituição assumir-se como um instrumento de garantia das aquisições históricas e conter um programa de transformação democrática e progressista da sociedade. Fê-lo através de um compromisso político, que não é neutro mas também não é partidariamente identificado, e que foi traduzido numa Constituição votada pelos deputados constituintes eleitos pela esmagadora maioria do Povo.

Os próprios limites materiais da revisão, aprovados, aliás, já muito depois do 25 de Novembro, foram votados integralmente pelo PCP, PS e PSD e, com poucas excepções, pelo próprio CDS. Vale a pena citar a declaração de voto do então representante do PSD:

«(...) O Partido Popular Democrático está de acordo com todas as alíneas constantes deste artigo (...), relativo à revisão constitucional, e é com profunda satisfação que vê aqui consagradas (...) não apenas as conquistas da Revolução Republicana de 1910, mas também as conquistas da Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974».

(...) As alíneas constantes do artigo (...) definem aquilo que é para nós o essencial da Constituição, aquilo que marca a sua estrutura fundamental, aquilo que não pode ser alterado, sob pena de esta Constituição deixar de ser a mesma Constituição».

Cabe perguntar se os que dizem que votaram em 1976 a Constituição económica com reserva mental, não virão mais tarde, numa nova fase, contestar também aspectos essenciais das liberdades e da democracia política.

O PCP mantém-se fiel ao compromisso democrático que a Constituição consagra.

A revisão constitucional deve destinar-se a aperfeiçoar a Constituição (e o sistema político) e não a reescrevê-la ou a substituí-la.

Em Portugal não existe uma questão de regime. O povo vive e identifica-se com a Constituição. Os resultados eleitorais de 19 de Julho foram de uma eleição de deputados e indirectamente de escolha de um Governo e não um plebiscito contra o regime e a Constituição. Animaram, porém, o recrudescimento da ofensiva da direita no plano político e ideológico contra a Constituição e as conquistas que consagra, impondo a necessidade de mobilizar os trabalhadores e o povo para a sua defesa. Nesse quadro assume um particular realce a ofensiva contra as conquistas económicas e a tentativa de abrir caminho à introdução da figura do referendo, não para alargar a democracia mas sim para tentar a sua perversão plebiscitária contra a Constituição e o regime democrático que consagra.

A mobilização dos trabalhadores, do povo e dos democratas poderá, porém, travar a operação em curso contra o regime democrático. A revisão constitucional não ficou feita em 19 de Julho.

Vai ser feita agora e o seu resultado depende da nossa luta.

A Constituição terá tanto mais força e a direita terá tanto mais dificuldades de fazer triunfar a revisão inconstitucional da Constituição, através de negociações de gabinete e de cedências do PS, quanto maior for a participação no processo de revisão constitucional. **A democracia participativa é um traço essencial da Constituição que deve marcar o próprio processo da sua revisão.**

A acção popular no processo de revisão terá como objectivos centrais lutar pela transparência, respeito pelas regras aplicáveis, defesa do regime democrático, em particular das conquistas essenciais que o definem.

O PCP tem que ser o grande dinamizador da intervenção popular e democrática no processo de revisão constitucional. É necessário estimular o grande movimento de opinião a favor e em defesa do regime democrático nascido do 25 de Abril e consagrado na Constituição.

«O povo tem uma palavra a dizer».

O PCP tem um papel essencial para que essa palavra seja dita, seja ouvida e pese no processo de revisão. ■

(*) Intervenção de abertura da Reunião Nacional de Quadros do PCP (30 de Janeiro de 1988) para apresentação de «textos de apoio para a campanha de participação popular no processo de revisão constitucional».

Gazetilha

por Ignotus Sum

PSD sozinho

No Parlamento. Hora de votação. Maioria, excitada, dá um nó. Saiu da sala toda a Oposição e só o PSD lá ficou, só...

Lá ficou só, tristonho, abandonado, sem encontrar um eco. Por lá ficou, coitado, a falar para o boneco...

Ninguém vai concluir, sisudamente, vendo o PSD em tal deserto, que está errada toda, toda a gente e só ele está certo...

Uma bolsa sempre em baixo

Algum interesse move quem diz que a Bolsa sobe. Logo nos aparece quem diz que a Bolsa desce... ou quem diga a sorrir que a Bolsa vai subir ou quem possa temer que a Bolsa vá descer...

Pois eu, pois eu sinceramente, eu acho que seja como for, há uma Bolsa que está constantemente em baixo: a do trabalhador.

Sim, para onde?

Governo não desiste dos seus desacatos. Outra agora bem triste: Fecha o Júlio de Matos...

Quem tanto se enraivece em tal caminho palavra, não parece ter muito juízo...

E crescendo os maus tratos uma ideia da cabeça não me sai: se o Governo fecha o Júlio de Matos depois, para onde é que vai?...

A sondagem

Quem quer ouvi-lo e vê-lo a apregoar vantagens ei-los, arrepiados os cabelos, a explorar sondagens...

Prepara o farnel de um painel com dez pessoas e depois aí está na confusão a cantar loas...

... para provar o buraco de que o povo português gosta muito do Cavaco...

No dia seis, por tantas vezes, é a imprensa quem diz: eram mil vezes mil os portugueses por todo o País que vieram à rua dizer não ao desemprego, à repressão.

Senhores analistas da voragem: querem melhor sondagem?...

Pontos Cardeais

Para «descansar»...

No próprio dia em que por todo o país, muitos milhares de trabalhadores saíram à rua em protesto contra o Governo, um semanário a ele afecto — e que ultimamente balança o seu coração entre o apoio inequívoco a Cavaco e equívoco a Freitas — correu a publicar uma sondagem. Não fez como o director do «Expresso» que tem insistido desmemoriadamente em marcar o PCP com dez por cento nas últimas eleições. Mas, como ele, atribui-lhe «se as eleições fossem hoje», 10,6 por cento. Esta sondagem serve apenas «para descansar» o Governo e «mostrar-lhe» como o povo está agradecido pela política desenvolvida. Uma política que não agrada sequer ao patronato, quanto mais aos trabalhadores.

«Se as eleições fossem hoje», o PSD teria 48,8 por cento dos votos, diz a tal sondagem...

Se é certo que os resultados eleitorais não se podem prever pela participação nas manifestações, também é certo que não se podem prever em sondagens destas. Certo, certo, é que a política do Governo tem concitado o repúdio de muita gente. Até de tradicionais amigos.

Até os amigos fogem

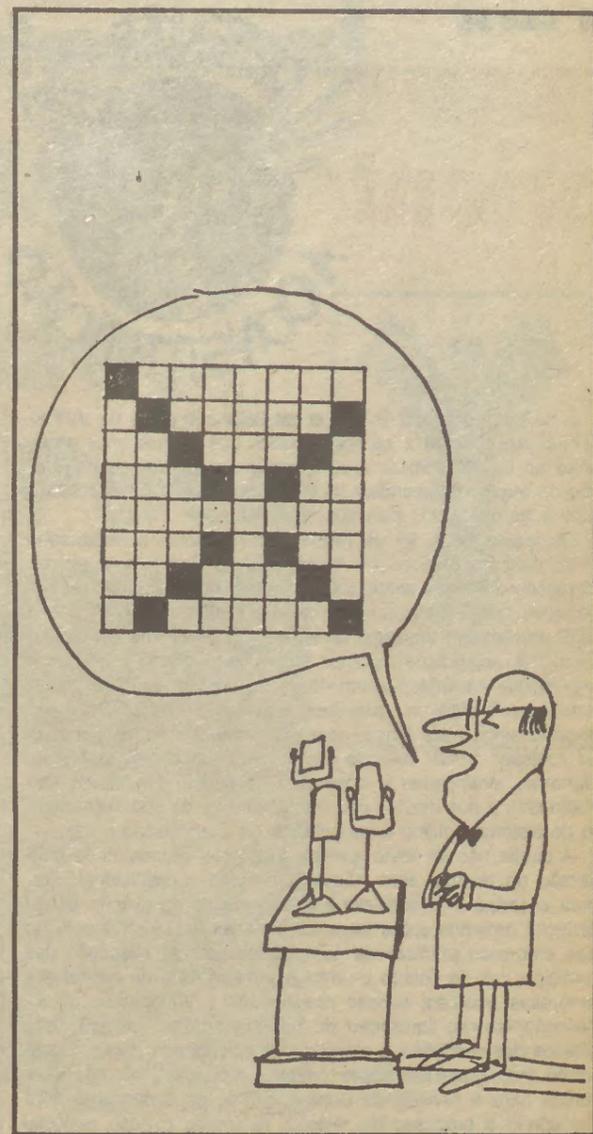
Já nem se fala de Freitas — que precisa para afirmar-se, de se afirmar contra o Governo. Nem dos seus seguidores, com especial destaque para Narana Coissoró, que trata o ministro Cadilhe de «nódoa». Falamos mesmo dos amigos do Governo, os que têm concertado sempre com ele em todas as mesas de concertação. A amiga CIP distancia-se. E a tão amiga

que tem sido UGT até protesta. No congresso de Braga, tanto o PS como o PSD seguem na esteira de Torres Couto e ameaçam com a... «greve geral!» Pudera, que isto de sindicatos, sejam eles quais forem, não se podem fazer nem manter sem trabalhadores. E os trabalhadores estão mesmo zangados com o Governo. Zangados com o Governo estão também os portuenses. Todos. Mesmo os do PSD. Somam-se as declarações de destacados militantes daquele partido que se manifestam frontalmente contra as medidas governamentais que prejudicam a população do Porto. Cada vez mais sozinha, a maior maioria — a laranja, a que não precisa de ninguém! — viu-se mesmo desertada de vários deputados que, na Assembleia da República, no outro dia, lhe fizeram perder uma votação. Porque a oposição, essa opôs-se em bloco.

Fugir para a frente

No entanto, Cavaco não desarma. E no próprio dia em que a sua política sofriria a maior contestação de sempre, no passado sábado, foi gabar-se para a imprensa de que não recuará um milímetro, de que ia acelerar mesmo as medidas destruidoras que vem a anunciar. Doesse a quem doesse.

Foi, como afirmou a SIP do PCP, «uma ostensiva confissão do nervosismo do Governo, face à cada vez mais ampla tomada de consciência, por parte de largos sectores da população quanto ao carácter nefasto e injusto da política governamental». «Com a sua inexcedível vocação para a mistificação», continua a



nota da SIP, «bem pode o primeiro-ministro fingir que tudo se reduz a «manobras» das forças da oposição, mas a verdade é que sabe muito bem que o que o seu Governo enfrenta é um crescente descontentamento — expresso em numerosas lutas e acções — dos cidadãos que vêem os seus interesses e aspirações ofendidos, ameaçados e desprezados pelos planos e medidas do Governo.» Acelerar, diz Cavaco. Não será fugir para a frente?

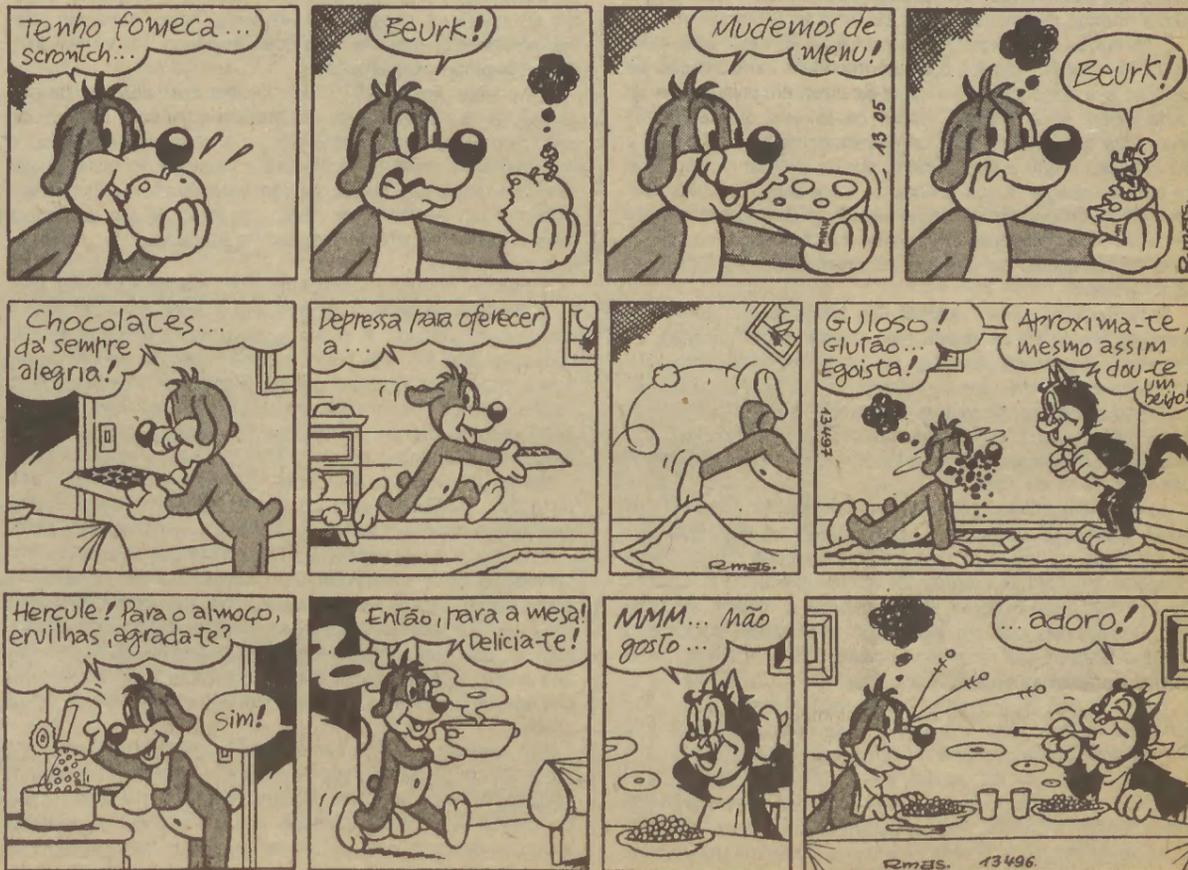
Reforma

Inclinado ao espectacular, o ministro Carneiro, da Educação, lembrou-se de pôr os professores a reflectir. Durante um dia, que nos

dias outros deve achar que os professores não precisam. Chamou-lhe dia D, com se se tratasse de uma invasão. E vai daí o que se deu foi o contrário: as escolas do preparatório e do secundário não puderam ser «invadidas» pelos alunos. Para que os professores pudessem reflectir bem, já que só — no parecer do ministro — dispõem de um dia para o fazer. Aproveitando para reflectir também, Carneiro deslocou-se a uma escola de Miraflores — onde andam duas filhas dele — e botou palavra. Disse que esta reforma «é difícil de implantar, mas não é impossível». Não se aproveitaria melhor o tempo se o ministro se reformasse mais os seus colegas todos do Governo?

PIF

d'après C. ARNAL



Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 737
11 de Fevereiro de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 11

• COSTA DA CAPARICA

Plenário de pescadores, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Jorge Pires.

• ALPIARÇA

Plenário Distrital de Quadros da Saúde, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Sexta 12

• PORTO ALTO

Plenário de militantes, às 21.00.

• SANTANA DO MATO/CORUCHE

Reunião de militantes, às 20.30, no Centro Social.

• COUÇO

Reunião de eleitos da CDU, às 18.00, no Centro de Trabalho.

• CARTAXO

Reunião de militantes de empresas, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• CASEBRES

Plenário de freguesia, às 20.30, no Centro de Trabalho.

• ÁGUAS DE MOURA

Plenário de militantes, às 21.00, no salão Joaquim Lopes.

• ALMADA

Encontro sobre Cul-



tura, no âmbito da preparação da V Assembleia Concelhia, às 21.30, no CT concelhio, com a presença do camarada Aurélio Santos.

• PORTO

Plenário do Sector da Saúde, às 21.30, para discussão do documento preparatório do Encontro Nacional de Saúde.

• TORRES VEDRAS

Debate: «O Mundo

Actual e as suas Transformações», às 21.30, no Centro de Trabalho com a presença de Vilaverde Cabral.

• ALGUEIRÃO/MEM MARTINS

Sessão, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• VALE DE FIGUEIRA

Plenário de militantes, às 21.30, nos Corações de Vale Figueira, com a participação

do camarada Manuel Pedro.

Sábado 13

• RIO TINTO/GONDOMAR

Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho da Ponte.

• FÂNZERES/GONDOMAR

Plenário de militan-

tes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• ALCÁCER

Plenário, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• SETÚBAL

Almoço-convívio da freguesia de S. Sebastião, às 13.00, nas instalações da antiga fábrica Mecânica Setubalense.

• PAIO PIRES

Plenário de Organização, às 15.00, no Centro de Trabalho,

• SEIXAL

Plenário de célula da Weiga e Werner, às 15.00, no Centro de Trabalho de Paio Pires.

• FUNCHAL

Convívio do sector de hotelaria, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• ALMARGEM DO BISPO/SINTRA

Encontro CDU, às 15.00, em Almomos.

• ALPIARÇA

Encontro de Reformados, às 15.00, no salão do Centro de Trabalho.

Reunião das UCPs-Cooperativas Agrícolas do concelho às 20.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Joaquim Gomes, membro do Secreta-

riado e da Comissão Política do CC do PCP.

• QUELUZ

Plenário de militantes, às 15.30, no Centro de Trabalho.

• OEIRAS

Reunião, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• S. JOÃO DA MADEIRA

Jantar/convívio, Carnaval 88, às 20.00, no Centro de Trabalho.

• CAMARATE

Plenário de Organização, às 15.00, no Centro de Trabalho, com o camarada Joaquim Dias.

• APELAÇÃO

Almoço/convívio, a partir das 13.00, com o camarada Aurélio Santos.

• CATUJAL

Plenário de Organização, às 15.00, com o camarada Francisco Pereira.

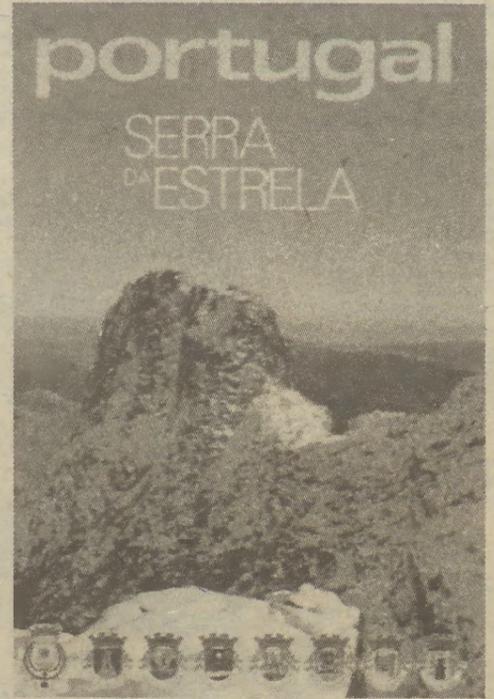
• COUÇO

Baile de Carnaval, a partir das 21.00, no Pavilhão da Tabaqueira.

Domingo 14

• BAGUIM DO MONTE/GONDOMAR

Plenário de militantes, às 09.30.



Carnaval na Serra

A Organização do Ensino Secundário da Juventude Comunista Portuguesa vai realizar nos próximos dias 13 e 14 de Fevereiro (no fim-de-semana), uma excursão à Serra da Estrela, com um convívio carnavalesco no sábado à noite, na Covilhã.

Inscrições na sede da JCP em Lisboa.

Participa e traz um amigo, vai ser porreiro!



PIF



d'après C. Arnal.



TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela — «Tudo ou Nada», 113.º epis.
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.35 - **Ciclo Preparatório TV**
 17.35 - **Sumário**
 17.40 - **Brinca Brincando**
 18.20 - **Gira Mundo**
 18.55 - Série — «O Império de Carson», 86.º epis.
 19.30 - **Telejornal**
 20.05 - **Boletim Meteorológico**
 20.15 - Telenovela — «Roque Santeiro», 86.º epis.
 21.05 - **Primeiro Andamento**
 21.45 - **Telemundo**
 22.15 - Série — «A Clínica da Floresta Negra»
 23.10 - 24 Horas
 23.45 - Remate

RTP2

13.15 - **Totally Live**
 14.10 - **Pano Para Mangas**
 15.40 - Série — «Horizontes de Glória»
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.10 - Telenovela — «Os Imigrantes», 186.º epis.
 18.00 - **Ponto por Ponto**
 19.00 - **Campeonato do Mundo de Andebol**
 20.00 - Série — «Cidade Nua»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Campeonato do Mundo de Andebol**
 22.30 - **Já Está!**

Sexta

RTP1

11.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela — «Tudo ou Nada»
 13.00 - **Jornal da Tarde**

13.35 - **Ciclo Preparatório TV**
 17.35 - **Sumário**
 17.40 - **Brinca Brincando**
 18.25 - Série — «Os Anos não Contam»
 18.50 - Série — «O Império de Carson»
 19.30 - **Telejornal**
 20.25 - **Boletim Meteorológico**
 20.35 - Telenovela — «Roque Santeiro»
 21.25 - Série — «Sonhos de Ontem»
 22.20 - **O Programa das Festas**
 22.50 - 24 Horas
 23.20 - Remate



23.55 - **Pela Noite Dentro** — «Perry Mason — o Caso da Freira Pecadora», real. Ron Satlof (EUA/1986)

RTP2

13.15 - **Totally Live**
 14.10 - **Agora, Escolha!**
 15.40 - Série — «Os Anos Trinta»
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.10 - Telenovela — «Os Imigrantes»
 18.00 - **Ponto por Ponto**
 19.00 - **Formula One**
 20.00 - Série — «Cidade Nua»
 21.00 - **Clube de Jornalistas**
 22.00 - Série — «O Aventureiro de Monóculo»
 23.35 - **Troféu**

Sábado

RTP1

09.00 - **Juventude e família**
 12.05 - Série — «A Água e a Vida»
 12.30 - **TV Mulher**
 13.00 - **Notícias**
 13.10 - Série — «A Vida e o Mundo»
 14.00 - **Parlamento**
 14.30 - **Concurso** — «Sobe e Desce»
 15.30 - **Sessão da Tarde** — «Mulheres de Armas», real. Nadav Levitam (Israel)
 17.20 - **Quem Cata Consente**
 18.00 - **Vivá Música**
 19.00 - **Saber Saúde**
 19.15 - **Sete Folhas**
 19.45 - **Totoloto**
 20.00 - **Jornal de Sábado**
 21.00 - **Boletim Meteorológico**
 21.05 - Série — «Cobardias»



22.00 - **Cinema da Meia-Noite** — «O Mundo Maluco», real. Stanley Kramer (EUA/1963).

RTP2

09.00 - **Compacto Totally Live**
 13.00 - **Compacto «Tudo ou Nada»**
 16.00 - **Troféu**
 20.00 - **Som da Surpresa**
 21.00 - **Campeonato do Mundo de Andebol**
 22.00 - **Concordo ou Talvez Não** — «Anos 80 — Os Anos do Dinheiro»

Domingo

RTP1

09.00 - **Juventude e família**
 11.15 - **Missa**
 12.00 - 70x7
 12.30 - **TV Rural**
 13.00 - **Notícias**
 13.10 - Série — «Pequenas e Médias Empresas — Uma Aposta no Futuro»
 13.40 - Série — «Casa de Irene»
 14.05 - Série — «A Década da Destruição»
 15.00 - **Desenhos Animados**
 15.20 - **Primeira Matinée** — «Uma Rapariga da Província», real. Leslie Kardos (EUA/1953)
 17.00 - **Clube Amigos Disney**
 19.00 - Série — «Um Anjo na Terra»
 20.00 - **Jornal de Domingo**
 20.30 - **Boletim Meteorológico**
 20.40 - **Eu, Show Nico**
 21.30 - Série — «Pais e Filhos»
 22.30 - **Domingo Desportivo**

RTP2

09.00 - **Music Box**
 10.00 - **Troféu**
 12.30 - **A Infância dos 5 anos**
 13.00 - **Music Box Especial**
 14.00 - **Caminhos**
 14.30 - **Novos Horizontes**
 15.00 - **Troféu**
 17.00 - Série — «A Cura em Causa», 1.º epis.
 18.00 - **Campeonato do Mundo de Andebol**
 19.15 - **Piano Bar**
 20.00 - Série — «Quem Sai aos Seus...»



20.25 - **Artes e Letras** — «Cézanne — o Homem e a Montanha»



21.30 - **CineClube** — «Vénus Loura», real. Josef Von Sternberg (EUA/1932)

Segunda

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela — «Tudo ou Nada»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **O Circo de Sochl**
 14.15 - **A Nova Cinderela**
 15.15 - **Palmas para Abbott e Costello**
 16.45 - **O Prémio Nobel**
 17.30 - **Sumário**
 17.35 - **Brinca Brincando**
 18.20 - **Um Certo Sorriso**
 18.55 - Série — «O Império de Carson»
 19.30 - **Telejornal**
 20.05 - **Boletim Meteorológico**
 20.15 - Telenovela — «Roque Santeiro»
 21.10 - **Concurso** — «Com Pés e Cabeça»
 22.45 - 24 Horas
 23.15 - Remate
 23.30 - **Cinema Português** — «O Comissário da Polícia»

RTP2

13.15 - **Totally Live**
 14.10 - **Agora, Escolha!**
 15.35 - **Concerto de Gala da Ópera de Berlim**
 16.40 - **Trinta Minutos Com...**
 17.10 - Telenovela — «Os Imigrantes»
 18.00 - **Ponto por Ponto**
 19.00 - **Formula One**
 20.00 - Série — «Cidade Nua»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Ténis**

Terça

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela — «Tudo ou Nada»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **O Circo de Krasnodar**
 14.30 - **Voa com o Falcão**
 16.00 - **Desenhos Animados**
 16.30 - **Carnaval**
 17.30 - **Sumário**
 17.35 - **Carnaval Infernal**
 18.25 - Série — «Vinho do Porto»
 18.55 - Série — «O Império de Carson»
 19.30 - **Telejornal**
 20.05 - **Boletim Meteorológico**
 20.15 - Telenovela — «Roque Santeiro»

21.10 - **Teatro** — «Aqui Há Fantasmas»
 23.10 - **Isto é Televisão**
 23.40 - 24 Horas
 00.10 - Remate
 00.20 - **Carnaval-Rio**

RTP2

13.15 - **Totally Live**
 14.10 - **Dois Dedos de Conversa**
 15.40 - Série — «A Dama de Monsereau»
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.10 - Telenovela — «Os Imigrantes»
 18.00 - **Ponto Por Ponto**
 19.00 - **Formula One**
 20.00 - Série — «Cidade Nua»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.35 - Série — «La em Casa Tudo Bem»
 22.05 - **Cinema Dois** — «Kaos», real. Pier e Paolo Tavian (Itália/1984).

Quarta

RTP1

10.00 - **Às Dez**
 12.15 - Telenovela — «Tudo ou Nada»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Circo de Voronezh**
 14.20 - **Petter's Pop Show**
 16.00 - **Katy**
 17.30 - **Sumário**
 17.35 - **Brinca Brincando**
 18.20 - **A Prática das Coleções**
 18.55 - Série — «O Império de Carson»
 19.30 - **Telejornal**
 20.05 - **Boletim Meteorológico**
 20.15 - Telenovela — «Roque Santeiro»
 21.10 - **Lotação Esgotada** — «Correspondência Violada», real. Claude Chabrol (França/1984)
 23.00 - 24 Horas
 23.30 - Remate

RTP2

13.15 - **Totally Live**
 14.10 - **Agora, Escolha!**
 15.40 - **Piano Bar**
 16.35 - **Trinta Minutos Com...**
 17.10 - Telenovela — «Os Imigrantes»
 18.00 - **Ponto Por Ponto**
 19.00 - **Formula One**
 20.00 - Série — «Cidade Nua»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Fantasia e Realidade**
 22.00 - **Clube de Imprensa**
 22.45 - Série — «O Fim do Império Britânico»

O MANIFESTO COMUNISTA FOI PUBLICADO HÁ 140 ANOS

K.Marx F.Engels



188 pp.
 300\$00
 Cód.: 13.05

«Com a clareza e o fulgor do génio, esta obra delinea uma nova concepção do mundo, o materialismo consequente, que também abarca o campo da vida social; a dialéctica, a doutrina mais profunda e mais abrangente do desenvolvimento; a teoria da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na história universal — o de criar uma sociedade nova, a sociedade comunista»

V.I. LÉNINE, Karl Marx, in Obras Completas, 5.ª edição russa, tomo 26 Moscovo, 1969, p. 48.

edições **Avante!**

A DIFERENÇA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO

CD a distribuição

Teatro O Cartaz

LISBOA

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.
Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado**, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.
Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. **Lendas de Amor e Morte**, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.
Teatro Vasco Santana, Av. da República, **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.
Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.
Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de

Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

PORTO

Casa do Infante. De 3.ª a sáb., às 21.45; sáb. e dom., às 17.30. **O Marinheiro**, de Fernando Pessoa, enc. Fernando da Costa, pelo **Teatro Caixa de Pandora** (até 13/2).

ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

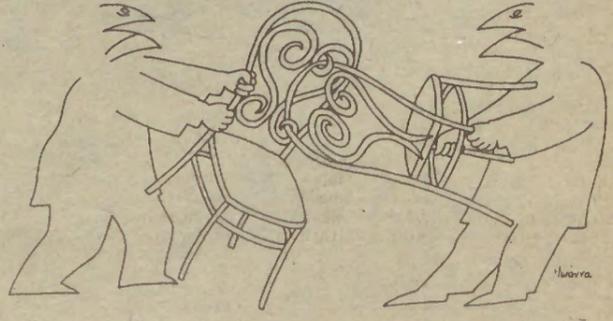
SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

LISBOA

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A. **À Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os PAPA-LÉGUAS.
TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.



Visite o Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10

Cinema

A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
B As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
C O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D Sem Eira nem Beira	—	—	★★★	★★★	★★★

Classificação de ★★★★★

A — Real. Adrian Lyne — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/1 (14.00, 1.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Bernardo Bertolucci — Las Vegas/2 (15.00, 18.15, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.
 D — Real. Agnès Varda — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa

Exposições

• LISBOA

Ana Leonor e Luís França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença. Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.

Alfredo Luz e Jorge Pé-Curto — Escultura e pintura. Escada, Centro Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 14.00 (até 20/2).

Aldá Nobre — Pintura. Galeria Monumental, Campo dos Mártires da Pátria.

António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG. Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Artur Bual — Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de St.ª Justa, 93-2.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 25/2).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira), R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Caboverdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Catarina Baleiras — «Projecto 1988». Pavilhão de Exposições do Instituto Superior de Agronomia. Diariamente das 15.00 às 21.00 (até 17/2).

Cecília de Melo e Castro — «Info-arte». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Colecção da Livraria Buchholz, Lda. — Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38. Diariamente das 12.00 às 24.00 (até 17/2).

Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.

«Estação dos Encontros» — Pintura. SNBA, Rua Barata Salgueiros, 36.

Estêvão Soares — Aguarelas e óleos. Espaço do Pintor, Rua de S. Nicolau, 119-2.ª. Dt.º. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00 (até 26/2).

Fernando Brito — Pintura. Galeria Quadrado, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruchões. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 15.00 às 19.00.

Fernando Curado de Matos e Sérgio Eloy — Fotografia «Texturas». Atelier 15, Rua Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00.



Estêvão Soares, no Espaço do Pintor

Helena Sá e Dulce Farinha — Tapeçaria. Museu Nacional do Traje (ao Lumiar).

Holografias — Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Inácio Matsinho — Pintura. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38.

José Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

Jorge Alves — Design. Galeria da Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00. Inaugura amanhã (até 16/2).

José de Azevedo — Aguarelas. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. Diariamente das 10.00 às 19.00 e das 15.00 às 19.00 (até 13/2).

Jovens Pintores — Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1 (até 17/2).

Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.

Manuel Graça Dias — Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 20/2).

Mário Leon — Fotografia. Associação Port. de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17-2.ª. Diariamente das 14.00 às 18.00, 3.ª e 6.ª, até às 22.30 (até 26/2).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Pedro Chorão — Desenhos. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 20/2).
Pedro Portugal e

Rui Cunha — Pintura e fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. Diariamente das 10.00 às 20.00.

Perez Navarro — Pintura. Galeria Módulo, Av. Ant.º Augusto de Aguiar, 56-5.ª. Dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 14/2).

Regina Silveira — «Inflexões». Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Rocha Pinto — Pintura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 20/2).

Sérgio Eloy — Fotografia. O Varandim, Praça Bernardino Machado, 11-B. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 17.00 (até 13/2).

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.ª. Diariamente das 14.30 às 19.30.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteliro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Triluz — Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Visões Latinas — Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 13/2).

• PORTO

Desenhos Realistas — Museu Nacional de Arte Moderna. Casa de Serralves. De 3.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00.

Francisco Leiro — Pintura. Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B (até 11/1).
Gerardo Castello Lopes — Fotografia. Cooperativa Árvore,

Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 16/2).

Gravuras — Da Colecção Calouste Gulbenkian. Museu Soares dos Reis.

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.

Maria Mendes — Pintura e desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 16/2).

Modernistas Portugueses (anos 30/40) — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel II. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00.

Obras para uma Colecção — Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 12/2).

«Do Tear à Moda» — Centro Regional de Artes Tradicionais, Rua da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.30 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Zulmiro de Carvalho — Escultura. Galeria JN, Rua Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

• OUTRAS LOCALIDADES

Ward Janssen — Pintura e desenho. Centro Cultural São Lourenço (até 18/3) ALMANSIL.

Miguel Barbosa — Pintura, S. Marcos, Galeria S. Marcos, Galeria de Arte, Rua de S. Marcos, 3. Diariamente das 10.00 às 22.00 (até 20/2) AZEITÃO.

Luís Rodrigues — Pintura e desenho. Sala do Castelo da Ass. de Artes Plásticas (até 28/2) CAMPO MAIOR.

Arqueologia — Galeria da JF de Cascais (até ao fim de Fevereiro). CASCAIS.

Vasco Elói — Desenho. Teatro Municipal Mirita Casimiro. CASCAIS.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Desenhos Realistas — Círculo de Artes

Plásticas de Coimbra, Rua Castro Matoso, COIMBRA.

João Paulo Feliciano — «Pintura e objectos de parede». CAPC. COIMBRA.

Cristina Ataíde e Pedro Croft — Objecto em pedra. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. De 6.ª a dom. das 15.00 às 20.00, COLARES.

Colectiva — Pintura. Sala de Exposições da Junta de Turismo (até 4/3) ERICEIRA.

Arnaldo Metzener Serra — Pintura. Sala de Exposições «Arcadas do Parque» (até 21/2). ESTORIL.

Zé Penicheiro — Pintura. Palácio D. Manuel. ÉVORA.

Fernando Curado de Matos — Fotografia. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. Diariamente excepto à 2.ª (até 14/2) LOURES.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-NOVO.

Colectiva — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Convento de Jesus (até 21/2). SETÚBAL.

Manuela Cardoso — Pintura. Catéria, Galeria de Arte, Pousada de S. Filipe (até 4/3). SETÚBAL.

1.º Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.

Manuela Portelinha — Fotografia. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada da Galeria, 12. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00, TAVIRA.

Colectiva — Galeria Neupergama, Rua Miguel Bombarda, 15, 35 e 37. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 18.00, dom., das 16.00 às 18.00 (até 28/2) TORRES NOVAS.

Pedro Tudela — Pintura/Instalação. Forum/Visou, Casa Museu Almeida Moreira (até 6/3) VISEU.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

C. P. P. C.



Casa para a Paz

Casa aberta a todos os que lutam pela paz e pela convivência fraterna entre os povos, esta Casa para a Paz é a do Conselho Português para a Paz e Cooperação, ontem inaugurada. Fica na R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º em Lisboa e, além das actividades diárias para que se exigem cada vez mais colaboradores — e qualquer de nós é ali, por isso, bem vindo — vai acolher actividades de animação cultural. O primeiro programa está anunciado para a noite do próximo dia 19.



Música

Em semana dominada por espectáculos de Carnaval escasseiam concertos estritamente musicais. Ainda assim, na Fundação Gulbenkian ou por sua iniciativa realizam-se em Lisboa os seguintes concertos:
 — Na Igreja do Loreto, hoje, às 21.30, o Coro e a Orquestra Gulbenkian sob direcção do maestro Fernando Eldoro e os cantores Jennifer Smith, soprano,

Jacqueline Mayeur, contralto, António Wagner Dintz, barítono, Mark Tucker, tenor, e Michel Brodard, baixo, interpretam o Te Deum de António Teixeira.

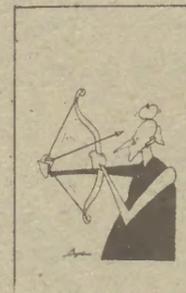
Com os mesmos intérpretes e programa, um concerto amanhã, sexta-feira, às 18.30, no Grande Auditório da Gulbenkian.

Ainda na Gulbenkian, mas no Auditório Dois, quarta-feira, dia 17, às 18.30, recital pelo contraabaixista Stefano Scodanibbio. Obras de Bussetti, Scelsi, Druckman, Xenakis, entre outros.

Para quinta, dia 18, está programado um concerto pela Orquestra Gulbenkian com o pianista Adriano Jordão, preenchido com o Concerto n.º 1 para piano e orquestra de Beethoven e a Sinfonia n.º 3 de Brahms.

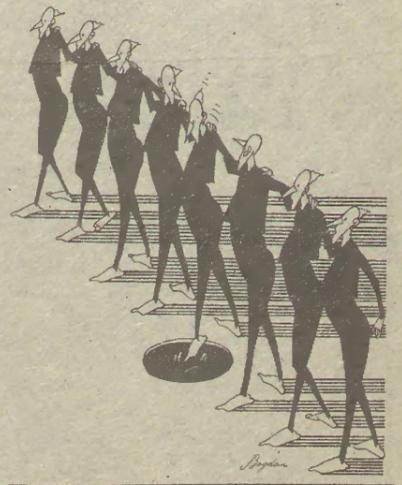
Noutra sala de Lisboa — a do S. Luiz — dois concertos com «Carnaval dos Animais» de Saint Saens e «Carnaval» de Schumann. No domingo às 11.00 e na terça às 18.30, com entrada livre.

Em Algés — Clube de Teatro 1.º Acto — concerto de piano por António Toscano, que executa obras de Mozart. No sábado às 17.00.



Ópera

Novo espectáculo em S. Carlos: dias 14 às 16.00 e 17 às 20.30, a ópera em dois actos de Bellini A Sonnambula, com direcção musical de Franco Ferraris, encenação de Paolo Trevisil cenografia de Alessandro Sanquirico.



Teatro na SPA...

Termina amanhã, dia 12, a curta série de apresentação do espectáculo «Cidade



Rei», uma produção do Teatro Espaço com encenação e coreografia de Agueda Sena. Hoje e amanhã às 18.00 na Sociedade Portuguesa de Autores, Av. Duque de Loulé.



... e no CAM

Hoje, amanhã e sábado às 21.30, domingo às 16.00, últimos espectáculos no Centro de Arte Moderna pela companhia de teatro de marionetas Bonecos de Santo Aleixo. Bilhetes a 200\$00.

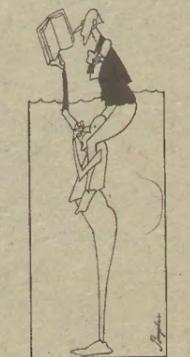
Cinema

Começa amanhã o Fantasperto — Festival Internacional de Cinema Fantástico, com projecções em três salas do Porto: Auditório Carlos Alberto, Lumière, Sala L. Em Lisboa:

Na Cinemateca, destaque para as sessões de sexta-feira: às 18.30, Railroaded, de Anthony Mann/1947, e às 21.30 As Aranhas, de Fritz Lang/1919 — este com tradução simultânea dos intertítulos.



No Forum Picoas, em sábado e domingo de Carnaval um filme divertido: Tootsie de Sidney Pollack, com Dustin Hoffman. Sessões às 19.00 e 22.00.



Ler & Dialogar no Vitória

Esta semana com João de Melo, autor do romance «Entre Pássaro e Anjo» — livro e escritor no centro de mais um dos habituais debates organizados pela célula dos escritores da ORL. Hoje às 21.00.



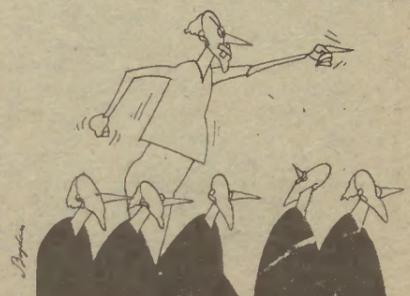
Excursão a Marrocos

Nos dias 1, 2, 3 e 4 de Abril a Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira organiza uma excursão a Marrocos, integrada na campanha para o CT da DORS. Preço por pessoa: 4300\$00 (não inclui a passagem do barco).

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado, vento fraco, neblina ou nevoeiro matinal. Previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica



a TV

A realidade e a confusão

Um dos maiores escândalos deste Governo é o aumento impressionante das custas judiciais. Os meios afectos ao Governo minimizam a questão, que não, não é bem assim...

Telejornal vai ouvir, ao calhas, dois profissionais.
— Por este processo quanto é que se pagava antes?

- 2530 escudos.
- E agora?
- 18000 escudos...
- Outro:
- Quanto pagava antes?
- 100 contos.
- E agora?
- 400 contos...

Esta é a realidade. O resto é confusão...

Ainda sobre as custas judiciais, comentário de Freitas do Amaral, face à gravidade do problema:

— Isto vai dar um levantamento popular!

Freitas do Amaral é jurista consagrado. Logo, insuspeito.

A greve da Carris. Telejornal dá a notícia. Mete imagem de arquivo: chuva, mau tempo, incomodidade da bicha, caras fechadas...

Tentativa de voltar o povo contra os trabalhadores? Bem... Não será isto uma habilidade subliminar?...

De vez em quando lá lhes foge a língua para a verdade. Afinal, a popularidade de Reagan está por terra...

Afinal, o governo hondurenho, em vista da pressão nacional e internacional, vai expulsar os «contras» do seu território...

Afinal 75 por cento do povo americano está contra o auxílio aos contras...

Mesmo no Telejornal, a verdade faz valer os seus direitos...

Os criminosos anti-sandinistas são vulgarmente conhecidos por «contras», abreviatura de contra-revolucionários.

Telejornal gosta porém de lhes chamar guerrilheiros. Está certo. Se ela gosta de chamar guerrilheiros aos bandidos da Renamo, por que é que ia abrir excepções? Ou há moralidade...

Disseram-nos que os Estados Unidos estão em baixo de finanças.

Disseram-nos que os Estados Unidos atravessam uma crise.

Disseram-nos que eles gastam muita massa na ajuda aos «combatentes da liberdade», género «Contras», Unita, Renamo, contras-afegãos...

Então Portugal, que é um país rico, perdeu as dívidas aos Estados Unidos que são um país pobre...

Por aqui se vê a quem o nosso país está entregue...

Há em Portugal, à venda, óculos que custam mil contos. O oculista diz que há pessoas para os comprar.

Acredito. Em geral, a minoria dos ricos aumenta com a maioria dos pobres.

O projectado encerramento do Hospital Júlio de Matos está criando mais uma vaga de oposição à política de Cavaco.

Telejornal ouviu fugazmente três médicos do hospital. Espantoso: os médicos tiveram conhecimento da decisão governamental através... dos meios de comunicação social!

Bom. Depois de três fugazes depoimentos, seguiu-se uma longa entrevista... Com quem?

Ora com quem... Com Leonor Bezeza, claro...

Jornal de Sábado. A abrir Cavaco Silva. Quando se refere aos trabalhadores, uma expressão de hostilidade, de agressividade, de ódio mesmo.

A Caravela «Bartolomeu Dias» chega a Mossel Bay. Mossel Bay é uma praia onde existe um leiteiro: «Praia só para Brancos». Estamos em pleno domínio do apartheid.

Então vem uma ordem do governo de Botha: enquanto durarem as festividades, Mossel Bay poderá ser também frequentada por mestiços...

Porquê? É fácil de compreender.

Estavam presentes televisões de vários pontos do mundo. Então seriam levadas a todo o mundo imagens da confraternização social...

Não resultou, porque a concessão do governo da África do Sul não foi aceite.

Infelizmente, este desenvolvimento não foi descrito na reportagem da RTP.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Frank Carlucci fez esta semana uma escala triunfal em Lisboa. Em 24 horas pôs ponto final em pesporrências que governos aliados só costumam usar com os trabalhadores, e renovou a utilização pelos Estados Unidos da base das Lajes por menos 90 milhões de dólares do que o que fora pedido pelo Governo português, compensados com a entrega — «a acertar» — de material de guerra que já não lhes serve.

Que Carlucci seja capaz de tal «performance» não espanta: conhecem-se-lhe os dotes; como é que o consegue sem ter que se pôr também de cócoras fica por explicar...

O amigo português

«Em Setembro do ano passado — quando já eram evidentes as dificuldades dos Estados Unidos em satisfazer os seus compromissos —, Cavaco Silva advertia que Portugal «poderia procurar a anulação do acordo das Lajes se Lisboa não conseguisse», até finais de 1987, um maior auxílio financeiro por parte de Washington. Em entrevista ao «The New York Times», o Primeiro-Ministro português chegou mesmo a criticar as autoridades norte-americanas pelo facto de não estarem a cumprir o contrato de aluguer da base da Terceira.

No próprio dia da chegada de Frank Carlucci, Cavaco Silva reafirmava publicamente a intenção de o seu Governo «defender com muita força» aquilo que considerava ser «a posição correcta do nosso país». A saída da reunião de trabalho com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro declarava aos jornalistas que seria intransigente no decurso das negociações que, mais tarde, ele próprio e o ministro da Defesa, Eurico de Melo, iriam ter com Carlucci.»

(«Expresso», 6 Fev.)

«Em causa está a drástica redução das verbas concedidas pelos EUA a Portugal, em troca da utilização da base acriana das Lajes, que passou — por imposição do Congresso — de 205 milhões de dólares (em 1985) para 177 milhões, este ano. Verba esta que, pedira o Governo português, devia ser de 207 milhões de dólares.»

(«O Jornal», 5 Fev.)

«Carlucci chegou. Foi tomar banho a uma piscina, porque é esse o segredo da sua forma física e do seu charme. E... mais? A firmeza...? Vagamente, disseram-se coisas sobre equipamentos militares... problemas a resolver sem calendário... ah, sim: um grupo de trabalho (muito importante: nunca deixar de criar um grupo de trabalho)»

(«Diário de Notícias», 7 Fev.)

«Carlucci e Cavaco encontraram uma fórmula de desdramatização do contencioso Lisboa-Washington. Um conhecedor do pensamento do Primeiro-Ministro justifica a inesperada água na fervura: «Os americanos quiseram evitar que pedíssemos a revisão do acordo.»

(«Semanário», 6 Fev.)

«Em pouco menos de meia dúzia de horas de conversações com o responsável norte-americano da Defesa, Portugal aceitou discutir a troca de uma ajuda financeira de milhões de contos que lhe era devida, por lotes excedentários de material de guerra abatido às bases militares norte-americanas para

reequipamento das Forças Armadas Portuguesas.»

(«Expresso», 6 Fev.)

«Grande abertura e grande cordialidade» foi a expressão utilizada por Eurico de Melo, também vice-Primeiro-Ministro, para classificar as conversações («fora do âmbito da abertura formal de negociações») mantidas entre as duas partes, na conferência de imprensa que se seguiu aos encontros que Carlucci mantivera nesse mesmo dia com Cavaco Silva, com Eurico de Melo (a sós) e com Eurico de Melo e as altas patentes.

Carlucci terá conseguido convencer o Governo português de que a lacuna financeira poderia ser coberta por um auxílio, reforçado, em equipamento militar, ao abrigo da «Southern Region Amendment», um dispositivo legal votado no Congresso, por proposta do senador Barry Goldwater, que permite compensar por outros meios a redução financeira sentida, agora também, pela Grécia, pela Turquia e pela Espanha.»

(«O Jornal», 5 Fev.)

«Não há uma base jurídica para tal operação. Apenas a palavra de honra do Secretário americano da Defesa.

No acordo de 1983, assinado por George Shultz e Jaime Gama, lê-se: «Em cada um dos anos subsequentes durante a vigência deste acordo, o Executivo dos Estados Unidos, no cumprimento do seu compromisso de exercer os melhores esforços, solicitará ao Congresso dos Estados Unidos a aprovação de fundos destinados à ajuda para a defesa e ajuda económica ao Governo português nas condições mais favoráveis possíveis, sujeitas à existência de fundos disponíveis e outros requisitos legais dos Estados Unidos.» A cláusula dos «best efforts» redundou em menos dinheiro. Um acriano designa-a por «cláusula absurda». Um dos negociadores de 1983 pensa hoje que, para protecção futura dos interesses de Portugal, os acordos com Washington deveriam ser transformados num tratado (sujeito a ratificação pelo Congresso).

Como evitar os logros do acordo de 1971, ao cabo do qual só nos restaram para escolha armas da II Guerra Mundial e velhas ambulâncias, depositadas na Alemanha Ocidental?»

(«Semanário», 6 Fev.)

«Carlucci «é um velho amigo» — disse Eurico de Melo, lembrando a passagem do actual governante norte-americano pela embaixada deste país em Lisboa.»

(«Diário Popular», 4 Fev.)

«Um americano, testemunha de reuniões na quarta-feira, sintetiza: «O importante é que o Governo português dispensou a formalida-

de e aceitou garantias verbais num clima de amizade». E certo é que a compreensão vocalizada por Eurico de Melo faz de Portugal um dos aliados sentimentalmente mais tolerantes da América.»

(«Semanário», 6 Fev.)

Sindicalismo & Negócios

«A UGT declara o seu distanciamento em relação ao Governo no preciso instante em que assumem maior peso nos seus órgãos de decisão sindicalistas afectos ao partido que sustenta esse mesmo Governo.

A hegemonia socialista continua a ser um facto indesmentível e a liderança de Torres Couto não sofre contestação que enfraqueça a sua posição. Mas o que é certo é que os resultados das eleições de 19 de Julho não poderiam deixar de produzir alguns efeitos e a composição do Secretariado da UGT eleito em Braga reflecte uma diferente relação de força entre as tendências socialista e social-democrata, ainda que esta não pudesse obviamente almejar uma transição pura e simples, para a hierarquia da central, das posições relativas que os dois partidos ocupam na cena política desde 19 de Julho. O poder negocial socialista ficou, ainda assim, bem sublinhado, visto que a conquista de posições dos TSD se fez, em parte, à custa do afastamento de sindicalistas da sua própria área caídos em *em desgraça* por ocasião das eleições presidenciais e posteriormente organizados autonomamente na Asiresd.

Aliás, não se pode dizer que a coincidência entre a demarcação do Governo por parte da UGT e a eleição de novos membros dos TSD para a direcção da central revele uma incoerência flagrante. Em relação às leis laborais, tema sempre presente nos quatro dias de congresso, os sindicalistas sociais-democratas adoptaram desde a primeira hora uma atitude de clara rejeição das propostas do Executivo, porventura mais firme até do que a posição assumida, numa fase preliminar do debate público, por alguns dirigentes da tendência socialista. Falta saber agora se a comunhão de pontos de vista sobre essa matéria, para que entretanto se caminhou, perdurará para além de Braga ou se foi determinada precisamente pela proximidade do congresso e pela disputa de votos que ele implicava.»

(«Diário de Notícias», 9 Fev.)

«O reforço do bloco social-democrata, daquele que é, indiscutivelmente, apoiado pelo Governo e pelo PSD — a Tendência Social-Democrata — constituiu uma das notas mais salientes do Congresso da União Geral de Trabalhadores (UGT), que, durante quatro dias, se realizou em Braga. (...) Arménio Santos, que ocupará agora a segunda posição na hierarquia da central, vai ser de grande utilidade, porque este deputado terá influência junto do Governo e do PSD para a concretização das iniciativas empresariais da UGT. Entre elas um banco e uma seguradora, que por certo serão financiados pelas federações internacionais que se representaram em peso neste congresso.»

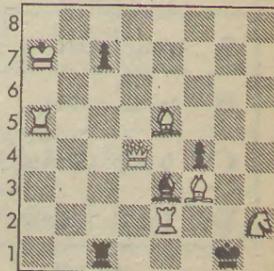
(«Diário de Notícias», 9 Fev.)

«Um americano, testemunha de reuniões na quarta-feira, sintetiza: «O importante é que o Governo português dispensou a formalida-

Xadrez

CXL — 11 de Fevereiro de 1988
Proposição N.º 140
Por: Giorgio Guidelli
1.º Prémio
«Good Companion», 1919

Pr: [5]: Ps.c7, f4-B63-Tc1-Rg1



Br: [7]: Ch2-Bs.65, f3-Ts.a5, e2-Dd4-Ra7

Mate em 2 lances

Jogo N.º 140
Torneio Internacional de Belgrado, 1987

Br: I. Hjararson — Pr: L. Ljubojevic

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, d5; 4. Cc3, c6; 5. e3, Cbd7; 6. Bd3, B67; 7. 0-0, 0-0; 8. e4, d.e4; 9. C.e4, b6; 10. b3, c5; 11. Bb2, Bb7; 12. D.e2, c.d4; 13. C.d4, Cc5; 14. C.c5, B.c5; 15. Cf3, D.g7; 16. C.e5, Tad8; 17. Tad1, Td6; 18. Cg4, C.g4; 19. D.g4, f6; 20. Bc2, D.e7; 21. T.d6, B.d6; 22. T.e1, e5; 23. h4, Td8; 24. h5, Bb4; 25. T.e2, Dd7; 26. Bf5, Dd1+; 27. Rh2, Bd2; 28. B66+, Rh8; 29. Bd5, Bf4+; 30. g3, f5; 31. Dh4, B.g3+; 32. R.g3, T.d5; 33. c.d5, D.d5; 34. Db4, Df3+; 35. Rh4, h6; 36. T.e3, D.f2+; 37. Tg3, Dh2+; 38. Th3, Df2+; 39. Tg3, Rh7; 40. Rh3, Df1+; 41. Rh4, Dh1+; 42. Th3, Dg1; 43. Tg3, Dh2+; 44. Th3, D.b2; 45. Dc3, Df2+ e as brancas abandonam.

Nota: Na proposição N.º 139 (Av. 4.11.88) falta um Cavalo em d1.

Solução do N.º 140

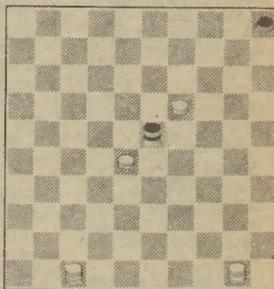
Chave: 1. Bh8! (2. Tg5++)

1. c5; 2. Dg7++

■ A. de M. M.

Damas

CXL — 11 de Fevereiro de 1988
Proposição N.º 140
Por: Henri Chiland
«La Marseillaise 11.1.1974
Pr: [2]: 5-(23)
Br.: [4]: 19-28-(47)-(50)



Jogam as brancas e ganham

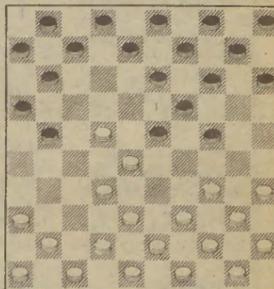
Campeonato da Europa / Moscovo, Dez. 1987 (14 participantes)

1.º, G. Jansen (Holanda), 23 pts.; 2.º, V. Virny (URSS), 22; 3.º, R. Clerc (NL), 21; 4.º, V. der Zee (NL), 21; 5.º, Korienievsky (URSS), 18; 6.º, G. Valneris (URSS), 17... o português D. Machado foi 14.º com 0 pontos.

Golpe N.º 140

Por: Paul Sonier

«Revue Française du Jeu de Dames», VI, 1938



Jogam as brancas e ganham 1 peão

Soluções do N.º CXL

N.º 140 (H.C.): 47-15 (23x14) [se: (23x32) 19-14+]; 15-10 (14x46) 50-28!+.

Golpe N.º 14 (P.S.): 6. 22-17 (11x33); 7. 38x18 (13x22); 8. 34-29 (24x33); 9. 39x26 B+1.

■ A. de M. M.